

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Rio de Janeiro, 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 elaborado pela Assessoria da Direção Geral deste Instituto e apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado na Assessoria da Direção-Geral do INES, de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017 e da Portaria TCU 65/2018.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAP – Colégio de Aplicação (INES)
CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CGU – Controladoria-Geral da União
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)
DINFO – Divisão de Informática (INES)
DN – Decisão Normativa
D.O.U. – Diário Oficial da União
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro)
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Port. – Portaria
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RG – Relatório de Gestão
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)
TCU – Tribunal de Contas da União
UNIDADE – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

ITEM	LOCALIZAÇÃO
Quadro I – Organograma do INES conforme Regimento Interno vigente.....	Capítulo 1
Quadro II – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	Capítulo 1
Quadro III – Macroprocessos finalísticos e de apoio.....	Capítulo 1
Quadro IV – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios	Capítulo 2
Quadro V – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU 408/2002.....	Capítulo 2
Quadro VI – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.....	Capítulo 2
Quadro VII – Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola.....	Capítulo 2
Quadro VIII – Atendimentos audiológicos e acesso ou permanência no trabalho.....	Capítulo 2
Quadro IX – Força de trabalho da unidade.....	Capítulo 4
Quadro X – Distribuição da lotação efetiva.....	Capítulo 4
Quadro XI – Detalhamento do quadro de cargos em comissão e funções comissionadas da unidade..	Capítulo 4
Quadro XII – Despesas de pessoal.....	Capítulo 4
Quadro XIII – Contratos de prestações de serviços (pessoal da apoio).....	Capítulo 4
Quadro XIV – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	Capítulo 4
Quadro XV – Imóveis de propriedade de União sob responsabilidade da unidade, exceto imóvel funcional	Capítulo 4
Quadro XVI – Aspectos da gestão ambiental.....	Capítulo 4
Quadro XVII – Relatório de cumprimentos das recomendações do Órgão de Controle Interno.....	Capítulo 7
Quadro XVIII – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	Capítulo 7
Quadro XIX – Convênios e instrumentos congêneres em vigor no exercício de 2017	Capítulo 7
Quadro XX – Termos de execução descentralizada em vigor no exercício de 2017.....	Capítulo 7
Quadro XXI – Convênios, termos de execução descentralizada e outros dispositivos, elaborados em 2017 e em processo de formalização prevista para 2018.....	Capítulo 7
Quadro XXII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	Declarações de Integridade

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 1 - PLANO DE AÇÃO 2017-2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e competências

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

1.3 Organograma

1.4 Macroprocessos finalísticos

1.4.1 Principais parceiros

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

2.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

2.2.1 Contexto de planejamento estratégico

2.2.2 Estratégias de atuação

2.2.3 Execução do plano de ação

2.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

2.3.1 Período de abrangência do PDI

2.3.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

2.3.3 Vinculação do PDI com o PPA

2.3.4 Programas temáticos

2.3.5 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado

2.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

2.5 Desempenho orçamentário

2.5.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.5.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

2.5.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito no orçamento

2.5.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

2.5.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

2.5.6 Informação sobre a execução das despesas

2.5.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

2.5.8 Desempenho operacional

2.5.9 Renúncia de receitas

2.5.10 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

3.2 Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos

3.3 Gestão de riscos e controles internos

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Qualificação da força de trabalho da unidade

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

4.1.3.1 Irregularidades na área de pessoal

4.1.3.1.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

4.1.3.1.2 Terceirização irregular de cargos

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

4.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

4.2.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da unidade

4.2.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da unidade, mas contratada de terceiros

4.2.1.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

4.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

4.2.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

4.2.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da unidade

4.2.2.4 Informações sobre imóveis locados de terceiros

4.3 Gestão da tecnologia da informação

4.3.1 Principais sistemas de informações

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

- 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários
- 5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

6.3.1 Revisão analítica do balanço patrimonial

6.3.1.1 Revisão analítica do “ativo”

6.3.1.2 Revisão analítica do “passivo circulante”

6.3.1.3 Revisão analítica do “patrimônio líquido”

6.3.1.4 Revisão analítica da “Variação Patrimonial Diminutiva” (VPD)

6.3.1.5 Revisão analítica do “balanço orçamentário”

6.4 Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis

6.5 Notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976)

6.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

6.7 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de deliberações e recomendações do TCU

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade em caso de dano ao Erário

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

7.7 Outras informações sobre a gestão

7.7.1 Parcerias de cooperação técnico-científica

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema e-Pessoal

Declaração de cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/1993 quanto à entrega de declarações de bens e rendas

Declaração de integridade dos registros no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Informações contábeis

Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

Apuração dos custos dos programas e das unidades

Conformidade contábil

Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2018-2022

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2017. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda. No período, alcançamos boa parte das metas estabelecidas, e os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais. O Plano de Ação 2018 a 2022 (Anexo I), baseia-se no Plano de Desenvolvimento Institucional do INES para o período, em fase de consolidação. No campo dos Macroprocessos Finalísticos, merecem destaque as seguintes realizações:

Em **Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**, tiveram início as atividades do Comitê de Ética em Pesquisa, com recebimento, análise e emissão de parecer sobre projetos de pesquisa. Também em 2017 desenvolveram-se trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, iniciados em outubro de 2016, e em fase final de consolidação e aprovação. No Anexo I deste Relatório, apresentamos o quadro preliminar de Objetivos e Metas para o período. Por fim, a Direção do Instituto recebeu do DESU proposta de criação de um Programa de Bolsa Permanência – para prevenir a evasão – a ser encaminhada ao MEC em 2018.

Na **Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão**, houve avanços concernentes à Graduação e à Pós-Graduação. Na Graduação Presencial, o Curso Bilíngue de Pedagogia – Licenciatura manteve, em 2016, a oferta de 60 novas vagas, manhã e noite (atendendo à situação de alunos trabalhadores), todas preenchidas, com mais 4 candidatos aprovados e admitidos a título de reingressantes. Houve divulgação em espaços acadêmicos, sistemas públicos de ensino, movimentos surdos e redes sociais, e o cumprimento da Lei 12.711/12 (reserva de vagas para estudantes egressos da rede pública, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita e estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção aos dados censitários). Nos seus onze primeiros anos de existência, de 2006 a 2017, o Curso preencheu 95% das vagas ofertadas, com 64,5% de formados. Manteve-se a parceria com o Colégio de Aplicação do INES para a oferta de estágio curricular supervisionado, em docência e gestão escolar, e, em 2017, alunos participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A avaliação institucional pelo INEP alcançou nota 4,0 (máxima 5,0). Na Graduação Semipresencial, em 2017, deu-se o processo seletivo – com mais de 5 mil inscritos – do Curso Online de Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, para 13 polos nas cinco regiões do Brasil, com 390 alunos selecionados, surdos e ouvintes. O Projeto do Curso, que abarca um ambiente virtual bilíngue de aprendizagem especialmente criado, venceu o Prêmio *Reimagine Education*, nos Estados Unidos, considerado o Oscar da educação mundial. As aulas tiveram início em março de 2018. Na Pós-Graduação Lato Sensu, seguiu o curso *Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção*, com 27 alunos ativos em 2017. Foi elaborado novo curso de pós Lato-Sensu – Língua Portuguesa: leitura e escrita no ensino de surdos – que abre inscrições em abril de 2018. Na Pós Stricto Sensu, o INES encaminhou proposta de criação de um Mestrado Profissional Interdisciplinar em Educação Bilíngue, e aguarda avaliação por parte da CAPES.

No campo da **Educação Básica: Colégio de Aplicação**, o número de matrículas no ano caiu de 400 para 379 alunos, dado compreensível no contexto de políticas de inclusão escolar. No quadro docente do Instituto, destaque para termos 98% dos professores com dedicação exclusiva. Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, houve 353 ingressantes e 350 concluintes em curso de preparação para o trabalho e a geração de renda. Houve 35 empresas disponibilizaram 225 vagas, das quais 132 resultaram em contratação formal.

No campo **Saúde, Surdez e Educação**, foram realizados, pela Divisão de Audiologia (DIAU) 7.198 procedimentos, em atendimento a 2.517 pessoas, sendo 487 alunos do INES e 2.030 pessoas da

comunidade. Houve 888 bebês e crianças de 4 meses a 12 anos atendidos, o que se relaciona direta ou indiretamente ao acesso/permanência na escola. Mais de 1.800 pessoas foram atendidas com exame audiológico e laudo médico, visando à efetivação de direitos, como trabalho; transporte público gratuito; benefício de assistência social ou reabilitação.

No campo da **Gestão do Conhecimento**, 4.450 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por estas ações do Instituto: 1 congresso internacional / seminário nacional; 3 seminários sobre educação de surdos; 8 fóruns bilíngues; 6 assessorias técnicas; 5 palestras; 2 capacitações de centros de apoio ao surdos dos Estados, e visitas técnicas ao INES. Foram enviados, a 192 instituições ligadas à educação de surdos de todo o País, 16.605 itens de materiais produzidos pelo INES: publicações, CDs e DVDs. Entre 2015 e 2017, houve 75 pesquisas cadastradas e desenvolvidas. O Curso de Libras presencial, com professores surdos concursados, alcançou 1.629 alunos atendidos ao longo do ano. Foram mantidas e ampliadas parcerias¹ para a capacitação em Língua de Sinais, visando efetivar direitos das pessoas surdas. Foram capacitados 65 profissionais em Leitura e Produção de Textos Acadêmicos e Legendagem de Vídeos (extensão), e atendidos 78 estagiários de graduação do próprio INES e de universidades parceiras. No campo da acessibilidade, destacamos: a) a equipe de Tradução, em parceria com a jornalista do INES, produziu vídeos em Libras com notícias, documentos e editais, para o portal do Instituto; b) a equipe da Biblioteca instalou impressora e máquina de escrever para deficientes visuais, teclado adaptado e softwares; c) o Núcleo de Educação Online desenvolveu o Repositório Digital Huet, sobre Educação de Surdos; d) a Biblioteca do INES teve cerca de 1.500 consultas presenciais ao acervo; e) A TV INES – primeira Web TV bilíngue – Libras e Português do Brasil, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, com programação 24 horas – alcançou transmissão ao vivo de seu sinal pela internet e, em 2017, desenvolveu e disponibilizou o aplicativo do Primeira Mão, primeiro telejornal no Brasil em Libras e Português, criado no ano anterior. O programa é feito semanalmente com as principais notícias do Brasil e do mundo e conta com a parceria do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e da Rede TV, que oferecem o conteúdo jornalístico.

¹ **ORGÃOS PÚBLICOS:** AGU – Advocacia Geral da União; Forças Armadas; Departamento da Polícia Federal; Arquivo Nacional; Museu Nacional; Instituto Benjamin Constant (IBC); Fundação Instituto Osvaldo Cruz (FIOCRUZ/ FIOTEC); Instituto Fernandes Figueira (IFF); Hospital Universitário Clemente Fraga Filho; ACERP/TV INES; Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN/RJ); Núcleo Estadual de Atendimento ao Deficiente - vinculado a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda – SETRAB/RJ e ao Sistema Nacional de Empregos (atendimento ao trabalhador Surdo); Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro; Secretarias Municipais de Educação e de Cultura do Rio de Janeiro; Secretarias Estaduais de Educação e de Assistência Social (RJ); PROCON – Rio de Janeiro; Guarda Municipal do Rio de Janeiro; Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Assistência Social de Queimados/RJ; Faeterj – Bom Jesus de Itabapoana/RJ.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro; Sistema “S”: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI - Serviço Social da Indústria, SESC - Serviço Social do Comércio, FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro; OAB - Ordem dos Advogados do Brasil / Seção: Rio de Janeiro; Fundação Progresso (projetos sociais do Núcleo de Educação e Cultura Fundação Progresso); Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro – Mangueira; Instituto Defensores da Terra; Instituto Casa Viva; Grupo de Escoteiros do Município do Rio de Janeiro (Grupo Escoteiro João Ribeiro dos Santos); Instituto Moleque Mateiro (atividade social do Bondinho do Pão de Açúcar); Associação Petropolitana de Surdos; Hortifruti (DIEPRO); UNISUAM (DIEPRO); Abrigo Teresa de Jesus (DIEPRO); Nova Coqueiro de Alimentos Ltda. (DIEPRO).

1 VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e competências

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da UNIDADE			
Denominação Completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Denominação Abreviada: INES			
Código SIORG: 252		Código LOA: 26104	Código SIAFI: 152005
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.445/0273-01	
Principal Atividade: Educação superior – graduação			Código CNAE: 8531-7/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285 5107	(21) 2285 7546	(21) 2285 7692
Endereço Eletrônico: dirge@ines.gov.br			
Página na Internet: http://www.ines.gov.br			
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22240-003			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da UNIDADE			
Criação: Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Denominação atual: Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Balizamento como Instituição Federal de Ensino: art. 206 da Constituição Federal e Lei 9.394, de 1996 (LDB). Balizamento como centro de referência nacional na área da surdez: Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (D.O.U. de 26/8/2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UNIDADE			
Como órgão específico singular da estrutura do MEC: Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 (D.O.U. de 6 de março de 2012). Balizamento como instituição educacional bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa): Lei 10.436, de 2002 e seu Decreto de Regulamentação nº 5.626, de 2005. Credenciamento para ensino superior: Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005. Regimento Interno: Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UNIDADE			
A instituição vem promovendo, em regime participativo – comissão representativa de diferentes setores e categorias; texto-base aberto a sugestões da comunidade em regime de consulta pública – a elaboração de seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2018 a 2022. Esse documento encontra-se em fase de consolidação, devendo ser aprovado em reunião aberta do Conselho Diretor do INES até maio de 2018, para ser encaminhado ao Ministro de Estado da Educação.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à UNIDADE			
Unidades Gestoras Relacionadas à UNIDADE			
Código SIAFI		Nome	
152005		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Gestões Relacionadas à UNIDADE			
Código SIAFI		Nome	
00001		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
152005	00001

1.1.2 Finalidades e competências institucionais da unidade

O Instituto foi originalmente criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, e teve sua denominação atual dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

Como Instituição Federal de Ensino habilitada à oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação), a ação educativa do INES é balizada nos princípios firmados no art. 206 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 1996. A Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005, credenciou a instituição para o ensino superior.

Como centro de referência nacional na área da surdez, sua atuação tem como base o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição, texto desse dispositivo tem valor jurídico de Emenda Constitucional no Brasil e baliza várias ações do INES, conforme demonstrado a seguir.

Em seu Artigo 24, relativo à **Educação**, esse Decreto estabelece que os Estados-Partes promovam:

- Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e
- Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, ainda na área da **Educação**, o referido artigo desse Decreto também determina que os Estados-Partes:

- (...) tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
- (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com respeito ao **Encaminhamento Profissional**, determina-se:

- Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

O Decreto, em seu Capítulo 25, trata da **Saúde**, e define que os Estados-Partes:

- Oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

O mesmo Decreto, em seu Capítulo 30, que trata da **Cultura**, estabelece:

- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

Indicamos, a seguir, artigos da Convenção da ONU que norteiam a atuação do INES especificamente como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.
- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.
- Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;

- Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais;
- [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade;
- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- [Coletar] dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção.

As finalidades e competências do INES estão delineadas respectivamente em dois dispositivos. O primeiro deles é a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010, que aprovou o Regimento Interno do INES. Nesse documento legal define-se que o Instituto é dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação.

O segundo dispositivo a ser mencionado é o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Educação. Nele, define-se que o Instituto é órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação.

Assim, nos termos do art. 1º, § 1º de seu Regimento Interno, são **finalidades do INES**:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

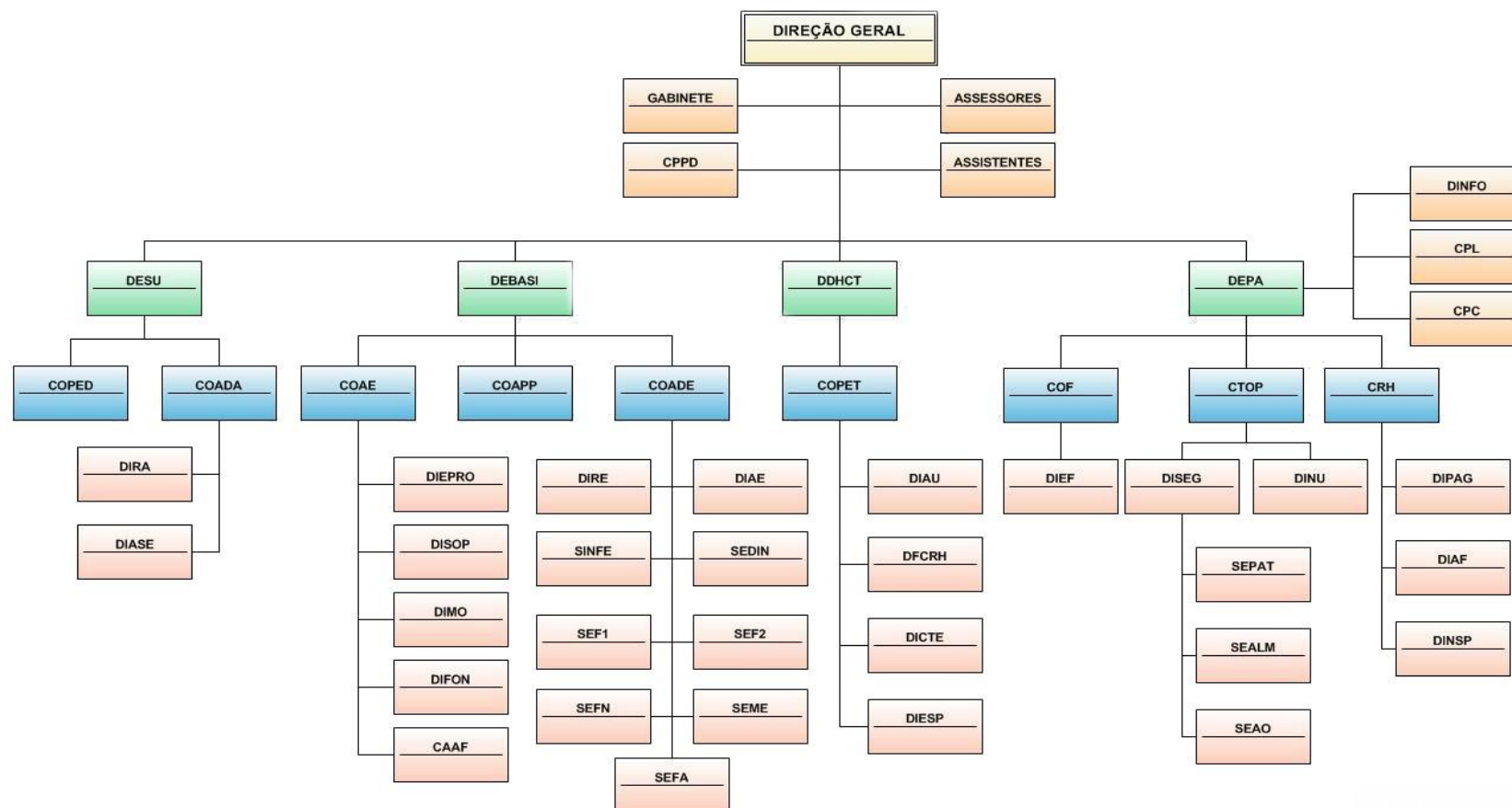
Nos termos do art. 37 do Decreto 9.005/17, são **competências do INES**:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;
- II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;
- III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;
- IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;
- V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;
- VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;
- VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;
- VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;
- IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas surdas; e
- XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.

1.2 Organograma funcional

Quadro I: Organograma do INES nos termos do Regimento Interno vigente: Portaria MEC nº 323, de 08/4/ 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).

ORGANOGRAMA



Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção-Geral	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as ações do INES enquanto instituição federal de ensino superior e de educação básica e centro de referência nacional na área da surdez, incluindo planejamento estratégico, formulação de políticas, gestão, relações institucionais com o Estado e a Sociedade e com outras instituições do Brasil e do exterior, e comunicação social, sempre visando à cidadania e inclusão social e educacional da pessoa surda nas políticas públicas.	Solange Maria da Rocha Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti	Diretor(a) Geral	DE: 22/12/10 a: 19/01/15..... De: 19/01/15 ... a
Gabinete da Direção-Geral	Assistir o Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa, supervisionar as atividades administrativas do seu Gabinete e coordenar a comunicação social do Instituto.	Ana Paula de Paiva Figueiredo Paulo Roberto do Nascimento	Chefe de Gabinete	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a
Departamento de Ensino Superior - DESU	Coordenar, supervisionar e orientar os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e semipresenciais ofertados, bem como as atividades docentes, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão e também o engajamento de alunos em práticas de iniciação científica e monitoria e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Wilma Favorito Leila Dupret Machado Protásio Ferreira e Castro Tanya Amara Felipe de Souza	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a 04/11/15 De: 04/11/15 a 04/01/16 De: 04/01/16 a
Departamento de Educação Básica - DEBASI	Coordenar, supervisionar e orientar as atividades pedagógicas de educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - do Colégio de Aplicação do INES, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão, assegurando também atendimentos na área de saúde ao aluno do CAP e oferta de cursos visando à qualificação profissional e à geração de renda para a pessoa surda, e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Monique de Mattos Couto Amanda do Prado Ribeiro	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a
Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT	Planejar, propor, desenvolver e avaliar ações voltadas ao desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e pedagógicos; desenvolvimento de recursos humanos; articulação com instituições nacionais e estrangeiras, na área da surdez, para intercâmbio de experiências e informações; desenvolvimento na área de audiologia, principalmente diagnóstico; cooperação técnica visando impulsionar as políticas públicas para pessoas surdas; gestão da memória e do acervo histórico e bibliográfico do INES.	Maria Inês Batista Barbosa Ramos Gabriela Rizzo	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 27/03/15 a
Departamento de Planejamento e Administração – DEPA	Conduzir e desenvolver atividades relacionadas a: organização e modernização administrativa; planejamento e programação orçamentária e financeira; gestão de tecnologias da informação; gestão de pessoas e serviços gerais; gestão da sustentabilidade ambiental; bem como compra, contratação de serviços, alienação e locações de bens, suprimento de fundos, licitações, etc., no âmbito do Instituto, zelando pelo interesse público e pelo cumprimento das normas vigentes.	Alvanei dos Santos Viana Marta Isabel Barros Silveira Duarte	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a

1.3 Macroprocessos finalísticos

Nos termos do documento PDI INES 2012-2016, os macroprocessos finalísticos do INES podem ser assim organizados:

Quadro III – Macroprocessos finalísticos

Macroprocesso	Descrição (processos)	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
* Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional (finalístico)	* Formulação de Políticas Públicas; * Gestão do Desenvolvimento Institucional * Gestão das Relações Institucionais	* Políticas educacionais, linguísticas, de saúde auditiva, de acessibilidade, de promoção de direitos humanos, de assistência estudantil e de comunicação social, dentre outras; * Construção de planejamento estratégico, indicadores, avaliação e acompanhamento, relatórios, atendimento ao cidadão e à sociedade em geral, bem como ao servidor e aos usuários dos serviços do INES; * Interlocução e laços de cooperação com instituições e atores nacionais e internacionais.	* Alunos surdos do INES, seus familiares e cidadãos surdos brasileiros; * Demais instituições parceiras.	* Assessoria da Direção Geral, em articulação com unidades finalísticas de educação, saúde e desenvolvimento científico e tecnológico do Instituto.
* Educação Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão (finalístico)	* Ensino de Graduação * Ensino de Pós-Graduação * Pesquisa * Extensão	* Curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura; * Curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue; * Manutenção de grupos de pesquisa; * Oferta de cursos livres à comunidade.	* Alunos surdos e ouvintes; * Pesquisadores internos e externos ao INES; * Comunidade.	* Departamento de Ensino Superior

<p>* Educação Básica: Colégio de Aplicação (finalístico)</p>	<p>* Escolarização * Transição para o Trabalho</p>	<p>* Oferta de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) a alunos com surdez severa e profunda; * Cursos de preparação para o trabalho e de atividades para a geração de renda e ações de triagem e encaminhamento profissional de pessoas surdas, abertos à comunidade.</p>	<p>* Alunos surdos do INES; * Pessoas surdas jovens e adultas da comunidade; * Empresas.</p>	<p>* Departamento de Educação Básica</p>
<p>* Saúde, surdez e educação (finalístico)</p>	<p>* atendimentos clínicos para público interno (alunos) e externo relacionados a prevenção, diagnóstico a indicações terapêuticas em saúde auditiva * Construção e difusão de conhecimento em Saúde Auditiva</p>	<p>* Testes de acuidade auditiva; * atendimentos e orientações fonoaudiológicas; * Exames médicos relacionados à saúde auditiva; * atendimentos a alunos por assistentes sociais e psicólogos; * Pesquisa e ensino relacionados à saúde auditiva e à relação saúde e educação.</p>	<p>* Alunos surdos do INES; * Bebês, crianças, jovens e adultos da comunidade, surdos ou não; * Comunidade acadêmica.</p>	<p>* Divisões de Audiologia, Fonoaudiologia, Médico-Odontológica e Sociopsicopedagógica.</p>
<p>* Gestão do Conhecimento (finalístico)</p>	<p>* Apoio à Educação de Surdos * Produção Editorial; * Cooperação Técnica * Difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras</p>	<p>* Concepção, desenvolvimento e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos; * Produção editorial na área da surdez; * Cooperação com os sistemas de ensino para a na área da surdez; * Difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio de cursos e da TV INES.</p>	<p>* Sistemas de ensino, suas instituições e alunos; * Comunidade surda do Brasil; * Comunidade acadêmica.</p>	<p>* Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.</p>

1.3.1 Principais parceiros

Os principais parceiros das ações realizadas pelo Instituto são:

- Presidência da República – Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Advocacia Geral da União (AGU)
- Ministério da Educação (MEC)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
- Ministério da Saúde (MS)
- Instituto Benjamin Constant (IBC)
- Unidades Regionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENAI e SENAC
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Museu Nacional (MN/UFRJ)
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ)
- Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)
- No Programa *Viver sem Limite* (Presidência da República / Ministério da Educação), para a realização do Curso de Pedagogia Bilíngue semipresencial: Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Pará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Grande Dourados; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) de todo o Brasil (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Tocantins, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba)
- Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro
- Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro) (INEPAC)
- Secretaria Municipal de Educação de Niterói-RJ
- Departamento de Trânsito do Governo do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN/RJ)
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Rio de Janeiro (TRF1)
- Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Rede COMEP;
- Universidades públicas e privadas que encaminham, ao Instituto, alunos em regime de estágio curricular obrigatório supervisionado;
- Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP)
- Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Com base no PDI 2012-2016 e no documento-base do novo PDI-NES (em discussão), bem como na Lei que aprovou o PNE, os Objetivos Estratégicos e o correspondente Plano de Ação do INES seguem delineados por área de abrangência.

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em uma perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português).	* Avançar na estruturação do curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue (LIBRAS e Português) com outras instituições de ensino superior;
III – Subsidiar a formulação das políticas nacionais de saúde, de trabalho e emprego, de assistência social, sociojurídicas, de cultura, de direitos humanos, de comunicação, de esporte e de ciência e tecnologia, no âmbito de sua competência na área da surdez.	* Estabelecer interlocuções com diferentes órgãos de políticas para contemplar as questões dos direitos linguísticos e sociais dos surdos.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - como patrimônio imaterial do País em todo território nacional, e favoreçam a sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Manter espaço de Estudos da LIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes e/ou pesquisadores da LIBRAS e com participação aberta a linguistas e outros dedicados ao tema; * Promover o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio da TV INES.

VI – Fortalecer e legitimizar a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez.	* Redefinir a Política de Pesquisa do Instituto, em consonância com as demandas da área da Surdez e com novos marcos organizacionais, abrangendo mecanismos de apoio da instituição à participação em estudos pós-graduados e à apresentação de trabalhos;
--	--

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.	<ul style="list-style-type: none"> * Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia; * Institucionalizar o ensino de pós-graduação, mantendo-se a oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construindo um curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado); * Construir uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior; * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas; * Promover – com recursos do Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República – e coordenar pedagógica e administrativamente a realização de um Curso de Pedagogia Bilíngue, na modalidade semipresencial, com 360 vagas ofertadas, sendo 60 para o INES e 300 para polos nas cinco regiões do Brasil – 30 vagas por polo – sendo 50 % do total de vagas reservadas para candidatos surdos.
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.	* Manter Grupos e Núcleos de Pesquisa de que participem docentes da Educação Básica e da Educação Superior, alunos de pós-graduação, bem como servidores em geral, em temáticas relacionadas à área da surdez, à educação de surdos e à LIBRAS.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas.</p>	<ul style="list-style-type: none">* Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem;* Qualificar novos professores para as atividades de ensino da LIBRAS e de assistência educacional em LIBRAS;* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);* Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil, conduzidas por professor de LIBRAS;* Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES, preferencialmente no horário em que seus filhos estão na escola.* Ampliar o quadro de profissionais concursados nos cargos de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS e de Professor da carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos na Educação Básica;* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica, em consonância com o Pronatec;* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).

Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<ul style="list-style-type: none">* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente até 2015;* Institucionalizar o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiolgia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento;* Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social.* Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento;* Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear;

	* Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto.
--	--

Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.	<p>* Construir um documento de Política Editorial que consiga:</p> <ul style="list-style-type: none"> - abarcar a pluralidade das linhas de ação do Instituto orientadas para os direitos sociais e de cidadania das pessoas surdas; - orientar a implantação de um sistema de intercâmbio; - qualificar, nos sistemas de avaliação (<i>Qualis</i> CNPq, por exemplo), os diferentes itens de nossa linha editorial; - ampliar e diversificar essa linha editorial, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em LIBRAS eventualmente em novos suportes, como os <i>e-books</i>; <p>* Elaborar e distribuir materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas (os dois segmentos do ensino fundamental e ensino médio), por meio de um Grupo de Trabalho (composto por professores da Educação Básica e da Educação Superior, técnicos, intérpretes), bem como materiais e publicações técnico-científicos;</p> <p>* Elaborar, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias;</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>
XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos.	<p>* Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar;</p> <p>* Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>* Realizar, anualmente, eventos como Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, Seminários (incluindo Grêmio Estudantil do INES), Encontros de Pais, etc.</p>
XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao	* Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a

<p>atendimento educacional de alunos surdos.</p>	<p>estimulação precoce e políticas complementares;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais; * Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas; * Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
<p>XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Construir e publicar um documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>, gerenciado por Bibliotecário(a) efetivo(a), incluindo nesse documento diretrizes de relacionamento com Centros similares e com Bases de Dados Nacionais e Internacionais e inserindo o referido Centro no novo Regimento Interno do INES; * Elaborar um Termo de Referência e licitar um projeto de adequação da estrutura física, mobiliário e equipamentos do edifício atualmente utilizado pela Biblioteca do INES, respeitadas normas de acessibilidade. * Ampliar o quadro de profissionais dedicados ao futuro Centro por meio de lotação de mais Bibliotecários, além de Técnicos Administrativos de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;
<p>XVIII - Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Consolidar a Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Instituto, a TV INES.
<p>XIX – Ampliar as ações de difusão de conhecimentos na área da surdez,</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Estruturar a área de educação a distância no INES;

bem como da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por meio da Educação a Distância.	* Promover a utilização do Estúdio do INES nos processos de educação a distância;
---	---

Gestão Institucional

Objetivos Estratégicos (PDI)	Plano de Ação
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	* Consolidar o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Plano Anual de Capacitação do INES – PAC INES, visando à constante melhoria da eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo;
XXI – Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis; * Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação; * Promover o mapeamento da Gestão da Tecnologia da Informação no INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI; * Realizar um mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional; * Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;
XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a	* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência; * Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;

eficácia e eficiência de suas ações.	<p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.
--------------------------------------	---

2.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

2.2.1 Contexto de planejamento estratégico

As ações do Instituto – dado ser ele órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, nos termos do Decreto 9.005, de 2017 – estão compreendidas, conforme transcrito a seguir, no contexto de planejamento estratégico do referido Ministério, que, no exercício de referência, bem como nos próximos anos, é pautado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que “aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”:

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIA 1.11: priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

4.2: promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3: implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.5: estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.7: garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8: garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.10: fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11: promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.13: apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14: definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16: incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIA 5.7: apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

ESTRATÉGIA 7.30: universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1: assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.11: implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.4: ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.9: institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.1: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.3: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4: fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.8: ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.9: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.10: assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.15: institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.3: induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.4: promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.7: fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.8: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência,

pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS 15.5: implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

16.3: expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4: ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

2.2.2 Estratégias de atuação

Os Objetivos Estratégicos traçados – bem como o correspondente Plano de Ação – encontram-se em fase de discussão e construção coletiva do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, que abará o período 2018-2022. Foi constituída Comissão representativa de setores e categorias profissionais, designada em Portaria, com início dos trabalhos em outubro de 2016. A referida Comissão fez levantamento de demandas e propostas e, em 2018, abriu processo de consulta pública sobre um documento-base. Está prevista apresentação em reunião aberta do Conselho Diretor, abrindo-se prazo para discussões por parte dos Conselheiros com seus representados e nova reunião para aprovação final entre abril e maio de 2018. Na sequência, o documento aprovado será divulgado na Intranet e no Portal do INES, com versão na Língua Brasileira de Sinais disponibilizada em vídeo.

Em geral, no início de cada ano letivo, os Departamentos finalísticos e não-finalísticos do INES apresentam à comunidade INES, em auditório, relatos acerca dos Objetivos traçados para o ano anterior, do Plano de Ação adotado e dos correspondentes Resultados alcançados.

Nesse momento, são explicitados alguns riscos ou obstáculos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, e também listadas algumas linhas de ação para o exercício seguinte.

As principais estratégias adotadas em 2017, no âmbito do Instituto, foram:

- a) análise e formulação de políticas públicas;
- b) estabelecimento de parcerias com outros entes do Poder Público e com a iniciativa privada;
- c) realização de eventos;
- d) realização de cursos regulares (graduação, pós-graduação) e cursos de extensão;
- e) produção de materiais de apoio na área da surdez e educação de surdos;
- f) cooperação técnica com entes federados;
- g) participação de servidores em eventos de capacitação;
- h) criação de comissões;
- i) criação de condições estruturais para a oferta de educação a distância, incluindo o desenvolvimento de ambiente virtual de aprendizagem bilíngue (Português e Língua Brasileira de Sinais);
- j) consolidação e ampliação do alcance de um veículo de comunicação (web TV) bilíngue acessível a pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e pessoas ouvintes (TV INES).

2.2.3 Execução do Plano de Ação

Os resultados de execução das ações empreendidas para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI INES 2012-2016 seguem delineados por área de abrangência

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Avançar na estruturação do Curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue e estabelecer	* Em 2017, foi desenvolvido ambiente virtual de aprendizagem bilíngue (Libras e Português) e foi realizado o processo seletivo de 390 candidatos surdos e ouvintes de todo o Brasil (13 polos em todas as regiões) que a partir de março têm atividades letivas no referido Curso.	-x-	* O INES consolidou seu papel político no cenário da educação nacional, em sintonia com os anseios das comunidades surdas brasileiras. Destaca-se o fato de o projeto do Curso Online de Pedagogia Bilíngue do INES haver conquistado importante prêmio internacional –

interloquções relativas aos direitos dos surdos.	* O INES concluiu sua participação em Grupo de Trabalho designado pelo MEC para a formulação da Política Nacional de Educação Bilíngue – LIBRAS e Português.		o <i>Reimagine Education</i> , nos Estados Unidos – e, com isso, ter alcançado repercussão internacional de sua atuação, reiterada pela qualificação do mencionado projeto para disputar prêmio da UNESCO.
* Apoiar pesquisas.	<p>* O INES conta com 10 grupos de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior cadastrados no CNPq, com participação de alunos bolsistas de Iniciação Científica e Extensão;</p> <p>* Entre 2015 e 2017, foi apoiado o desenvolvimento de 75 pesquisas, das quais 24 cadastradas somente em 2016, na Divisão de Estudos e Pesquisas (DIESP);</p> <p>* Prosseguiu a implantação do Plano Anual de Capacitação e de seu Programa de Apoio, que abarcam o apoio institucional a ações de capacitação de longo prazo;</p> <p>* Encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto.</p> <p>* Em 2017, tiveram início as atividades do Comitê de Ética em Pesquisa do INES (CEP-INES), com recebimento e emissão de parecer sobre projetos de pesquisa.</p>	-x-	O prosseguimento da oferta de pós-graduação Lato Sensu, a criação de um novo curso ofertado a partir de 2018 e a realização das pesquisas impulsionaram a construção de uma proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar, que se encontra em análise na CAPES/MEC.
* Subsidiar formulação de políticas públicas.	<p>* Realizados 3 Seminários Educação e Surdez, do INES, com 750 profissionais capacitados, de diferentes regiões do País, e mais 6 assessorias técnicas para estados e municípios, alcançando outros 245 profissionais. Esses eventos possibilitam mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar a concepção e o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à surdez.</p> <p>* Foram realizadas, em 2017, ações de capacitação junto aos Centros de Apoio ao Surdo- CAS.</p>	-x-	* O INES consolidou-se em seu papel de referência em políticas linguísticas e educacionais relacionadas às comunidades surdas.
* Matricular	* O Curso de Libras presencial, com professores surdos		* O INES consolidou-se em seu papel de

anualmente 600 pessoas com curso de LIBRAS, criar Núcleo de Estudos de LIBRAS e realizar Exame de Certificação Pró-LIBRAS.	<p>concurados, alcançou 1.629 participantes concluintes.</p> <p>* Em 2017, prosseguiu o funcionamento de um Núcleo dedicado a Estudos e Pesquisas sobre a LIBRAS, formado por profissionais surdos, intérpretes, professores e pesquisadores, que está construindo um glossário de termos acadêmicos na área de Pedagogia (Manuário – Glossário Acadêmico Bilíngue Libras / Português), que deu origem também a um programa veiculado regularmente na TV INES.</p>		referência na valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais e das produções culturais das comunidades surdas.
* Redefinir Política de Pesquisa e definir mecanismos de apoio a estudos pós-graduados.	<p>* Uma minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto em análise por parte da Direção Geral e do Conselho Diretor do INES.</p> <p>* Prosseguiu a implantação de seu Plano Anual de Capacitação de Servidores – PAC INES e Programa de Apoio, que contemplam também o apoio a estudos pós-graduados.</p> <p>* Em 2016 foi adotada uma nova Política Editorial, que colocou os periódicos do INES em portal próprio na Internet, entre outras medidas.</p>	-x-	* Prevê-se para 2018 a aprovação da Política de Acervo do Instituto.
* Desenvolvimento Institucional	* Em 2016, iniciou-se a construção do novo PDI INES 2018-2022, em fase de consolidação.		

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 60 novos alunos no curso de graduação em Pedagogia;</p> <p>* Manter a oferta de pós-graduação Lato</p>	<p>* O INES alcançou a meta de matrículas no curso de graduação, e o curso teve a maior demanda desde sua criação.</p> <p>* Manteve-se a oferta de um curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue, e criou-se novo</p>	* Ainda falta material acadêmico em LIBRAS, de grande importância para o desenvolvimento do aluno surdo. Têm sido produzidos filmes com material didático em LIBRAS, com supervisão linguística pela Diretora do Departamento de Ensino Superior, atuação de intérpretes de	O sucesso na implementação da graduação e da pós-graduação Lato Sensu credenciou o INES a ser indicado pelo MEC para, dentro do Programa <i>Viver sem Limite</i> , da Presidência da República, conduzir um curso de graduação semipresencial em Pedagogia bilíngue, para polos nas cinco regiões brasileiras. Em 2017, o Projeto desse Curso, que inclui um ambiente

<p>Sensu;</p> <p>* Promover a Semana Pedagógica.</p> <p>* Viabilizar a realização de um Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue semipresencial e a distância para todo o Brasil.</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>	<p>curso Lato Sensu, com início de aulas em 2018.</p> <p>* Em 2017, foi retomada a realização da Semana Pedagógica do INES, em sua oitava edição, e realizada a III Jornada de Iniciação Científica, com 48 trabalhos de alunos apresentados;</p> <p>* Em 2017, foi desenvolvido um ambiente virtual de aprendizagem bilíngue, Libras/Português, e foi concluído o processo seletivo, que resultou em 390 candidatos aprovados e habilitados (surdos e ouvintes).</p> <p>* Em 2017, o INES levou ao grande público, via TV INES, diversos programas de interesse cultural e informativo das comunidades surdas. Destacou-se o desenvolvimento e disponibilização do aplicativo do telejornal Primeira Mão, em Libras e Português, com parceria do Sistema Brasileiro de Televisão e da Rede TV, que fornecem conteúdo jornalístico.</p>	<p>Libras / Português e consultoria de professor surdo.</p>	<p>virtual de aprendizagem bilíngue (libras/Português) especialmente desenvolvido, venceu o Prêmio <i>Reimagine Education</i>, nos Estados Unidos, considerado o Oscar da educação mundial. O Instituto, com base nessas experiências, construiu uma proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar, que se encontra em análise na CAPES/MEC.</p>
<p>* Construir documentos com diretrizes para pesquisa e constituir grupos de pesquisa.</p>	<p>* O DESU já possui documento de política e normas para as atividades de pesquisa (política e normas), mas no momento encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, a elaboração de um documento unificado de Pesquisa, que contemple também as atividades realizadas pelo Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT.</p> <p>* Em 2017, funcionaram dez grupos de pesquisa, em atividade, com docentes da Educação Superior e da Educação Básica e alunos de Iniciação Científica, dedicados a temas relacionadas à educação de surdos e à Libras.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Espera-se que os resultados das ações credenciem o INES a ter aprovada sua proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar, que constitui Objetivo Estratégico institucional e se encontra em análise na CAPES/MEC.</p>
<p>* Implementar a política de extensão.</p>	<p>* Em consonância com a Portaria nº 154/2012, que instituiu normas para as atividades de extensão, foram ofertadas atividades à comunidade e bolsas a alunos</p>	<p>-x-</p>	<p>* Em 2017, houve esforço de ampliação da oferta, com 10 cursos de extensão ofertados.</p>

	participantes de projetos de extensão.		
--	--	--	--

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 500 alunos no CAP INES.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais por meio de concurso, incluindo Intérpretes e Professores de LIBRAS.</p> <p>* Viabilizar acesso à educação profissional.</p> <p>* Estimular a produção artística dos alunos.</p>	<p>* Não foi alcançada a meta de matrícula no Colégio de Aplicação do INES. Das 500 vagas, foram preenchidas 379.</p> <p>* Os Concursos Públicos (Edital nº 09/2012 e Edital nº 29/2013), com nomeações nos anos subsequentes, ampliaram significativamente o quadro docente do Ensino Básico e superaram definitivamente pendência de Tradutores e Intérpretes de Libras terceirizados.</p> <p>* Em 2017, na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, houve 350 pessoas concluintes de curso de preparação para o trabalho e a geração de renda. As 35 empresas ofertantes disponibilizaram 225 vagas, das quais 132 resultaram em contratação formal.</p> <p>* Em 2017, realizou-se novamente exibição de trabalhos artísticos feitos por alunos surdos.</p>	<p>* As ações vêm sendo implementadas, mas se faz necessário superar o déficit do quadro docente da Educação Básica, principalmente em face do número de professores que vêm se aposentando a partir da concessão da RSC prevista em Lei e em face do debate público sobre Reforma da Previdência.</p>	<p>* Faz-se necessária melhoria na gestão da informação relativa ao aluno. Trabalha-se na perspectiva de um cadastro único. Espera-se também uma melhor organização do trabalho docente, por meio de Portaria que foi recentemente aprovada pelo Conselho Diretor. Também se deve investir mais na divulgação do CAP-INES.</p>

Saúde, Surdez e Educação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Realizar atendimento para diagnóstico.</p>	<p>* Em 2017, foram realizados, pela Divisão de Audiologia (DIAU) 7.198 procedimentos, em atendimento a 2.517 pessoas, sendo 487 alunos do INES e 2.030 pessoas da comunidade. Houve 888 bebês e crianças de 4 meses a 12 anos atendidos, o que se relaciona direta ou indiretamente ao acesso/permanência na escola. Mais de 1.800</p>	<p>* Em 2017, problemas estruturais impactaram no desenvolvimento das atividades de diagnóstico: falta de equipamentos e condições insalubres do edifício onde está localizada a Divisão de Audiologia. Além disso, também impactou a aposentadoria de 3 das 6</p>	<p>* Consolida-se a importância do campo da Saúde Pública no conjunto de competências institucionais, o que sinaliza a necessidade de se redefinir o lugar desse campo na estrutura organizacional do Instituto, para ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos, assegurar espaços e equipamentos necessários,</p>

<p>* Fazer com que profissionais de Saúde frequentem curso de LIBRAS.</p> <p>* Melhorar gestão da informação e atendimento.</p> <p>* Disseminar conhecimento produzido na área.</p>	<p>peças foram atendidas com exame audiológico e laudo médico, visando à efetivação de direitos, como trabalho; transporte público gratuito; benefício de assistência social ou reabilitação.</p> <p>* Os profissionais das áreas de Audiologia, Fonoaudiologia, Medicina, Psicologia e Serviço Social frequentaram Curso de LIBRAS.</p> <p>* Profissionais da área da Saúde Auditiva do INES ministraram aulas, e palestras e participaram de campanhas relacionadas ao tema da Saúde Auditiva. Além disso, apresentaram trabalhos em eventos nacionais e internacionais no campo da Audiologia, inclusive divulgando ações e materiais do Instituto, e realizaram assessorias técnicas. O Núcleo de Orientação e Saúde do Surdo – NOSS realizou ações de: capacitação e atendimento a alunos (e seus familiares) do CAP INES; disseminação de conhecimentos sobre a relação Saúde-Surdez em instituições de ensino superior; apresentação de trabalhos em eventos; publicação de artigos; distribuição de material didático sobre DST/AIDS, etc.</p>	<p>fonoaudiólogas dessa Divisão, e a licença de uma das 3 remanescentes. São necessárias medidas em caráter de urgência em termos de infraestrutura e de provimento das vagas surgidas. Além disso, um outro setor, o NOSS, necessita de reforço em seu quadro para poder desempenhar seu papel. Recomenda-se a participação de profissionais surdos, de administrativos e principalmente de profissionais da área de Saúde.</p>	<p>aperfeiçoar a gestão e potencializar resultados.</p>
---	--	--	---

Gestão do Conhecimento

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Produzir materiais de apoio à educação de surdos.</p> <p>* Construir glossário de termos técnicos</p>	<p>* Foram enviados a instituições relacionadas à educação de surdos de todo o Brasil 16.605 itens de materiais produzidos pelo INES – abrangendo publicações, CDs e DVDs – e foram asseguradas as versões online dos periódicos do Instituto <i>Espaço</i>, <i>Fórum</i> e <i>Arqueiro</i>.</p> <p>* O Laboratório de Novas Tecnologias do INES tem produzido diversos materiais em LIBRAS:</p>	<p>-x-</p>	<p>* A Política de Acervo será discutida em 2018.</p>

<p>para apoiar participação de surdos na educação profissional.</p> <p>* Produzir materiais em LIBRAS, segundo interesse das comunidades surdas.</p>	<p>Editais filmados de Concursos Públicos, incluindo o ENEM em Libras; resenhas filmadas de textos acadêmicos; spots para o Portal INES; Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Interno e normas de funcionamento do Colégio de Aplicação, sempre em Libras; registro de aulas, de eventos pedagógicos e de palestras; materiais para aulas da pós-graduação em Libras; material para assessoria técnica; produção de QR para revista Arqueiro (publicação técnica do INES), etc.</p>		
<p>* Realizar Congresso Pluridisciplinar.</p> <p>* Realizar eventos anuais.</p>	<p>* Realizados o XVI Congresso Internacional e o XXII Seminário Nacional, com 1.216 participantes de todo o Brasil e do exterior.</p> <p>* Eventos realizados: Fórum Educação, Linguagem e Surdez: 1.427 participantes; Seminário Educação e Surdez: 750 pessoas capacitadas; 6 Assessorias Técnicas: 245 profissionais capacitados.</p> <p>* Visitas técnicas: o Instituto recebeu 463 pessoas, entre profissionais e estudantes, de 18 Estados brasileiros e de outros 11 países.</p>	-x-	
<p>* Consolidar a TV INES como Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa.</p>	<p>* A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil – criada em 2013, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, avançou na democratização da informação, desenvolvendo e disponibilizando aplicativo para o telejornal Primeira Mão, apresentado em Libras e Português, e viabilizado por meio de parceria com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e com a Rede TV para fornecimento de conteúdos jornalísticos.</p>		<p>* O lançamento da TV INES teve impacto na mídia e nas comunidades surdas. Apresentadores e repórteres surdos ganharam destaque na mídia convencional, ajudando na difusão positiva da comunidade surda brasileira e de sua Língua de Sinais. O novo portal da TV INES, mais interativo, possibilita, além da avaliação, comentários e compartilhamento de vídeos em redes sociais e o envio de vídeos pelo público.</p>
<p>* Criar sistema de informação e acompanhamento da cooperação técnica.</p> <p>* Estabelecer</p>	<p>* Efetivados 6 assessorias técnicas, 3 seminários e 5 palestras, em diferentes Estados brasileiros, alcançando 1.025 profissionais, na sua maioria ligados à educação de surdos, principalmente da rede pública.</p> <p>* Nas ações de Cooperação Técnica com</p>		<p>* Ainda se faz necessária a criação de um sistema de acompanhamento da Cooperação Técnica.</p>

contatos e parcerias com CAS relativos a políticas.	municípios, o INES demanda que as prefeituras informem resultados de levantamentos acerca do número de surdos do município, perfil, tipo de atendimento ofertado, etc. Isso impulsiona o autoconhecimento dos municípios e ajuda o INES a compatibilizar a cooperação às necessidades locais. O INES viabilizou a participação dos CAS no Congresso Internacional, e capacitou gestores e profissionais dos CAS em 2017.		
* Realizar campanhas que valorizem potencialidades dos surdos.	* Em 2017, foi realizada Mostra de Artes Plásticas com produções de pessoas surdas.	-x-	* O evento deu visibilidade a trabalhos de jovens surdos criativos e talentosos.
* Estruturar a área de educação a distância.	* Em 2017, o INES realizou ações estruturantes para viabilizar a oferta de um curso de graduação em Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial para polos nas cinco regiões do Brasil a partir de 2018.	-x-	* O INES confirma seu papel de referência na área da surdez e da educação de surdos como agência nacional de formação.

2.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No final de 2016, o INES iniciou o processo de construção de seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional, que prosseguiu ao longo de 2017 e se encontra em fase final de consolidação.

2.3.1 Período de abrangência do PDI

O novo PDI INES, em fase final de consolidação, abará o período de 2018 a 2022.

2.3.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

Na versão preliminar do PDI INES 2022-2016, a missão do Instituto ficou assim definida:

Fazer da surdez um fator de cidadania no Brasil, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão pública de excelência.

Os objetivos e metas do PDI seguirão vinculados às competências regimentais do Instituto, consubstanciadas nos campos finalísticos em que foram reunidos no Plano – Políticas Públicas e Relações Institucionais; Educação Básica; Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão do Conhecimento; Saúde, Surdez e Educação – somados ao campo da Gestão Institucional. São múltiplas as dimensões da atuação do INES como órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação:

- Como instituição de **Educação Básica**, que mantém um Colégio de Aplicação de orientação bilíngue (LIBRAS e Português), que oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional;
- Como instituição de **Ensino Superior** que realiza, em contexto bilíngue (LIBRAS e Português), a formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação Lato Sensu) de profissionais da educação, bem como a pesquisa e a extensão;
- Como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**, que atua:
 - No diagnóstico e atenção inicial em saúde auditiva, abertos à comunidade;
 - Na produção editorial orientada para a difusão de informações e conhecimentos nessa área, por meio impresso, audiovisual e eletrônico;
 - Na valorização das práticas culturais das comunidades surdas e no ensino da Língua Brasileira de Sinais aberto à comunidade;
 - Na cooperação técnica com Estados e Municípios em relação à formulação e implementação de políticas públicas e à difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, na perspectiva da inclusão social e cidadania das pessoas surdas;
 - Na promoção de eventos nacionais e internacionais que visam socializar os resultados de pesquisas na área da surdez.

2.3.3 Vinculação do PDI com o PPA

A Lei 11.593 de 2012, que instituiu o Plano Plurianual 2012-2015 - PPA, incluiu entre as diretrizes desse documento que orientou as ações do Governo Federal no Brasil a “garantia dos direitos humanos” e a “valorização da diversidade cultural”. Podemos dizer que o PPA 2016-2019 – publicado em 13 de janeiro de 2016 – mantém o mesmo espírito, ao fazer do PNE e de seus compromissos com os direitos humanos e a diversidade cultural o alicerce do Eixo Estratégico *Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico*.

2.3.4 Programas temáticos

As principais ações finalísticas do INES são compreendidas no âmbito do Programa Temático 2080 - *Educação de Qualidade para Todos*, no PPA 2016-2019, publicado em 13 de janeiro de 2016, no qual a ação que lhe cabe é a de número 2080.20RI.26104.1007. O PPA vigente será contemplado no PDI INES 2018-2022, do qual extraímos trechos relevantes que compõem o Anexo I deste Relatório.

2.3.5 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado

As ações do INES nessa esfera estão inseridas no Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e são as seguintes:

- 2109.2004.26104.0033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 2109.2010.26104.0033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2109.2011.26104.0033 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- 2109.2012.26104.0033 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2109.20CW.26104.0033 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
- 2109.4572.26104.0033 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

2.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A Direção Geral desta Unidade – com os Diretores de Departamento – bem como seus Departamentos internamente realizam reuniões periódicas com as coordenações e divisões para acompanhamento das atividades definidas em planejamento, definindo-se prazos e, em caso de necessidade, procedendo-se a ajustes que se mostrem necessários, acompanhados por meio de relatórios escritos de andamento dos processos ou por meio de apresentação presencial da situação. As atividades contempladas por lançamento de dados em Sistema possibilitam o acompanhamento também por esse meio, para fins decisórios.

2.5 Desempenho orçamentário

2.5.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

“EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE”

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RI			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					
*Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1007					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.900.000	33.900.000	24.216.437	15.628.130	15.628.130	0	8.588.308
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	2360	0	2345	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.658.178	10.331.612	429.314	Estudante Matriculado	Unidade		

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 19/03/2018

"AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS"

Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20RI		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica				
*Iniciativa					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da Educação Básica, à ampliação da oferta de Educação Integral e à alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Código: 0598				
Programa	Educação Básica	Código: 2030	Tipo: Apoio às políticas		
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
780.035,97	388.729,71	16.507,55	Aluno Matriculado	Unidade	

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 19/03/2018

“AÇÕES - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI

-Não se aplica.

Análise Situacional

Em 2017, o orçamento do INES, aprovado na LOA e somado aos créditos suplementares, totalizou um montante de R\$ 149.829.715,00 (cento e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e quinze reais), valores para custear as despesas correntes, pessoal e encargos sociais e de capital. Deste montante, R\$ 109.592.793,58 (cento e nove milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos) foram empenhados com Pessoal Ativo, Inativo e Encargos Sociais; R\$ 4.709.270,96 (quatro milhões, setecentos e nove mil, duzentos e setenta reais e noventa e seis centavos) com Benefícios; R\$ 24.374.682,12 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e doze centavos) com outras despesas correntes e capitais.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 98.304.417,00, que comprovadamente não foi suficiente para custeá-las, devido ao acréscimo de despesas ao longo do exercício decorrente do aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, despesas de exercícios anteriores, RSC, etc.), demandando um acréscimo de aproximadamente 10,29%, onde foi necessário gerar um crédito suplementar de R\$ 12.027.620,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais do ano de 2017 com o de 2016, houve um aumento de aproximadamente 10,86% (R\$ 10.298.096,00), ocasionado pelo pagamento de exercícios anteriores na ordem de R\$ 2.909.118,20 para pessoal ativo e R\$ 1.187.002,91 para pessoal inativo e pensionista; do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes, e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Analisando os quadros acima detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período.

O contingenciamento do orçamento e as alterações do cronograma de repasse financeiro tiveram influência no montante inscrito em restos a pagar. Essa situação comprometeu todo o cronograma de execução dos processos de licitação, fazendo com que muitos deles fossem concluídos no último trimestre do exercício, ocasionando, assim, um grande aumento do valor empenhado, inscrito em restos a pagar.

Podemos concluir que os esforços realizados em 2017 concorrem para que as metas traçadas no Plano Nacional de Educação, aprovado na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem por objetivo orientar os esforços do Governo Federal e dos sistemas de ensino até 2024, sejam alcançadas em menos tempo, o que representa efetivação de direitos dos cidadãos surdos brasileiros.

2.5.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não houve fatores intervenientes no desempenho orçamentário em 2017.

2.5.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito no orçamento

Não se aplica.

2.5.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

“Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores”

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2017 (d) = (a-b-c)	
2016	65,82	65,82	0,00	0,00	
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	
2014	125.800,00	125.800,00	0,00	0,00	
Total	125.865,82	125.865,82	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2017 (i) = (e-g-h)
2016	14.662.301,82	10.335.735,68	10.335.735,68	429.314,34	3.897.251,80
2015	447.124,20	388.729,71	388.729,71	16.507,55	41.886,94
2014	28.886,25	0,00	0,00	0,00	28.886,25
2013	304.025,52	0,00	0,00	0,00	304.025,52
Total	15.442.337,79	10.724.465,39	10.724.465,39	445.821,89	4.272.050,51

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 19/03/2018

Análise crítica:

De acordo com o art. 36 da Lei 4.320, de 17/03/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Entendem-se como Restos a Pagar Processados, as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como os compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho.

A inscrição de Restos a Pagar Não Processados no INES deve se basear na análise prévia dos saldos de empenhos pelas áreas envolvidas com a execução orçamentária, de modo a dar suporte ao ordenador para autorizar suas inscrições ou cancelamentos. Durante o exercício financeiro subsequente são levantados os valores de Restos a Pagar pendentes de liquidação e/ou pagamento e, de acordo com a análise prévia da condição de cada empenho, sendo os mesmos encaminhados aos Departamentos para manifestação sobre o pagamento ou cancelamento.

Quanto ao pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar, sejam Processadas ou Não Processadas, o mesmo deverá ser feito no ano seguinte ao da sua inscrição, porém esse prazo poderá ser postergado por meio de Decreto Presidencial, como ocorreu com os Restos a Pagar Não Processados inscritos nos anos de 2008 e 2009 que tiveram a vigência prorrogada até 30 de abril de 2011 pelo Decreto 7.418, de 31/12/2010 e pelo Decreto 7.468 de 28 de abril de 2011 que os

mantiveram válidos após 30 de abril de 2011 desde que se referissem a despesas executadas diretamente pelo órgão e com execução iniciada até essa data.

Em 23 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 7.654 que atualizou a legislação de restos a pagar e estabeleceu que a inscrição de despesas com restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho dependerá da observância das seguintes condições: a inscrição ficará condicionada à indicação pelo ordenador da despesa; os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e após essa data permanecerão válidos os restos a pagar não processados que se referirem a despesas executadas diretamente pelo órgão com execução iniciada até 30 de junho, ou seja, relativos a despesas do Programa de Aceleração do Crescimento, do Ministério da Saúde ou Ministério da Educação financiadas com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para os valores inscritos no exercício de 2011 e 2010 não se aplicou, de acordo com o Decreto 7.654/11, a exigência da indicação pelo Ordenador de Despesa. Já para os valores inscritos a partir do exercício de 2012 a indicação pelo Ordenador de Despesa foi exigida adequando-se o procedimento de inscrição ao Decreto 7.654/11. Essa indicação ocorreu por meio de transação no SIAFI realizada pelo Ordenador de Despesa ou por pessoa por ele indicada e com perfil de senha para tal finalidade.

As áreas envolvidas no processo de execução de despesas foram contempladas com relatórios que permitem identificar os empenhos que se encontram com saldo e, a partir de suas análises, já estão solicitando o cancelamento dos empenhos que não mais serão executados, reduzindo assim a necessidade financeira de nossa instituição.

O Instituto movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados inscritos em Exercícios Anteriores o montante de R\$ 15.442.337,79, tendo sido cancelado o valor de R\$ 445.821,89 e liquidado o valor de R\$ 10.724.465,39, ficando com saldo a pagar para o exercício de 2018, o valor de R\$ 4.272.050,51.

Verificamos também que não houve impacto na gestão financeira da Unidade no exercício de 2017, decorrente do pagamento de Restos a Pagar. A permanência de saldo em Restos a Pagar em mais de um exercício financeiro refere-se:

- 2013: a valor de contrato que foi rescindido unilateralmente, sendo que o contratado recorreu à justiça com o objetivo de cobrar serviços que alegam ter executado e não ter recebido o pagamento.
- 2014 : a serviço executado e não faturado referente a concessão de mão de obra de motorista.
- 2015: a serviços executados e não faturados e não entregues pelos fornecedores.
- 2016 - a serviços que estão sendo executados dentro da vigência do contrato, onde a responsável pelo maior saldo em restos a pagar não processado em 31/12, que representa 91,23%, é da Empresa MS TECH, no valor de R\$ 3.819.255,80, que está implantando um software para desenvolvimento de material didático online, bem como serviços técnicos para disponibilização, administração, operação e suporte para hospedagem de computação em nuvem para software de gerenciamento dos processos acadêmicos e pedagógicos com aderência a ambiente virtual de aprendizagem, a serem utilizados no Curso de Pedagogia Bilíngue a Distância do INES. Este contrato está sendo executado por etapas.

Durante todo o exercício de 2017 houve atuação e cobrança da área financeira junto aos setores responsáveis com o objetivo de orientar quanto aos prazos de entrega desses materiais e/ou serviços contratados, visando a um controle permanente dos Restos a Pagar.

2.5.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de execução descentralizada	7	-	1	474.977,77	-	2.867.150,07
Totais	7	-	1	474.977,77	-	2.867.150,07

Fonte: SIAFI

Em, 19/03/2018

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de execução descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			7
		Montante Repassado			474.977,77
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

Em, 19/03/2018

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Não houve contas apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Análise crítica:

Em 2015, ocorreu um repasse para a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, UG 153163, através de termo de execução descentralizada, com o objetivo de desenvolvimento de atividades de extensão para execução do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e de certificação em Tradução e Interpretação da Libras, em âmbito nacional.

Do valor total repassado foi devolvido o valor de R\$ 369.026,81, através da 2016RA000009, de 11/03/2016, sendo o valor de R\$ 343.969,02 referente ao saldo e o valor de R\$ 25.057,79 referente a rendimentos.

O Prolibras foi instituído pelo Ministério da Educação – MEC, a partir do disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ao qual, por sua vez, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2017, foram feitos repasses para 7 universidades/Institutos para implantação do curso de pedagogia bilíngue – EAD.

2.5.6 Informação sobre a execução das despesas

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.345.155,76	8,9	17.684.776,18	13,25	9.800.290,51	7,54	8.757.657,57	7,37
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência	200.000,00	0,14	4.479.886,80	3,36			19.552,40	0,02
d) Pregão	12.145.155,76	8,76	13.204.889,38	9,89	9.800.290,51	7,54	8.738.105,17	7,36
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	11.747.768,54	8,47	11.509.410,83	8,63	5.546.141,22	4,27	5.787.827,62	4,87
h) Dispensa	10.961.480,18	7,9	10.951.796,49	8,21	4.920.504,81	3,79	5.399.142,30	4,55
i) Inexigibilidade	786.288,36	0,57	557.614,34	0,42	625.636,41	0,48	388.685,32	0,33
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos	0		0,00		0		0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	109.733.580,86	79,1	98.972.390,78	74,17	109.733.580,86	84,42	98.972.324,96	83,32
k) Pagamento em Folha	109.592.793,58	79	98.852.385,28	74,08	109.592.793,58	84,31	98.852.319,46	83,22
l) Diárias	140.787,28	0,1	120.005,50	0,09	140.787,28	0,11	120.005,50	0,10
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	133.826.505,16	96,47	128.166.577,79	96,05	125.080.012,59	96,23	113.517.810,15	95,57
6. Total das Despesas da UPC	138.728.425,98	100	133.442.923,55	100	129.981.502,56	100	118.780.555,91	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 26/03/2018

Análise crítica:

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2017.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, não há como alterar esses tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em

Diário Oficial da União e serviços de Correios – e que, comprovadamente, não há outros fornecedores que executem esses serviços, pois muitos decorrem de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo, e também a execução do contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (Interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional.

Em 2016 e 2017 não houve despesas relacionadas a suprimento de fundos.

No tocante ao pagamento de pessoal, houve uma variação, de aproximadamente 10,87% a mais sobre o exercício de 2016, ocasionado pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes, pagamentos de exercícios anteriores na ordem de R\$ 2.909.118,20 para pessoal ativo e R\$ 1.187.002,93 para pessoal inativo e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
31.90.01 - Aposentadorias	43.260.202,85	36.361.912,68	43.260.202,85	36.361.912,68	0,00	0,00	43.260.202,85	36.361.846,86
31.90.11 – Vencimentos e vantagens	41.569.810,20	39.430.816,07	41.569.810,20	39.430.816,07	0,00	0,00	41.569.810,20	39.430.816,07
31.90.03 - Pensionista	9.628.058,59	9.200.968,55	9.628.058,59	9.200.968,55	0,00	0,00	9.628.058,59	9.200.968,55
Demais elementos do grupo	15.134.721,94	13.858.687,98	15.134.721,94	13.858.687,98	0,00	0,00	15.134.721,94	13.858.687,98
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39 – Out.Serv.Terceiros - P.Jurídica	15.250.203,15	18.576.689,10	8.157.759,66	7.998.396,17	7.092.443,49	10.578.292,93	8.157.759,66	7.998.396,17
33.90.37 – Locação mão-de-obra	6.200.823,04	5.121.912,58	5.839.882,96	4.468.264,71	360.940,08	653.647,87	5.839.882,96	4.468.264,71
33.90.46 – Auxílio Alimentação	2.206.892,05	2.368.336,99	2.206.892,05	2.368.336,99	0	0,00	2.206.892,05	2.368.336,99
Demais elementos do grupo	4.184.026,04	4.404.265,36	3.992.400,66	4.101.257,96	191.625,38	303.007,40	3.992.400,66	4.101.257,96
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
44.90.52 – Material Permanente	737.496,12	1.324.324,24	191.773,65	621.980,62	545.722,47	702.343,62	191.773,65	621.980,62
44.90.39 – Out.serv.terc. - P.Jurídica	556.192,00	2.795.010,00	0	370.000,00	556.192,00	2.425.010,00	0	370.000,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro

Gerencial

Em, 19/03/2018

Análise crítica:

Quanto às Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2017, o aumento da folha ocorreu pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade.

Quanto às Outras Despesas Correntes, houve uma redução de 17,91%, comparando-se com o exercício de 2016, na natureza de despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, tendo em vista que em 2016 houve a contratação de uma empresa para implantação de um software para desenvolvimento de material didático online, bem como serviços técnicos para disponibilização, administração, operação e suporte para hospedagem de computação em nuvem para software de gerenciamento dos processos acadêmicos e pedagógicos com aderência a ambiente virtual de aprendizagem, a serem utilizados no Curso de Pedagogia Bilíngue à Distância do INES, no valor de R\$ 4.479.886,80.

Quanto à natureza de despesa - Locações de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, cozinheiro, profissionais da área de áudio e vídeo, etc., sem os quais não poderia manter a unidade funcionando.

No quadro Despesa de capital, na natureza de despesa 44.90.39 houve uma redução de 80,10% comparando-se com o exercício de 2016, tendo em vista que em 2016, houve a contratação de uma empresa para aquisição de solução de proteção de rede com características de *Next Generation Firewall*

(NGFW) para segurança de informação perimetral que inclui filtro de pacote, controle de aplicação, administração de largura de banda (QoS), VPN IPSec e SSL, IPS, prevenção contra ameaças de vírus, spywares e malwares Zero Day, Filtro de URL, bem como controle de transmissão de dados e acesso a internet compondo uma plataforma de segurança integrada e robusta no valor de R\$ 2.385.000,00.

2.5.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

Em 2017 e 2016, não houve utilização do cartão de Pagamento do Governo.

2.5.8 Desempenho operacional

Nos termos do documento Orientador do TCU, “para a UPC que tenha bem desenvolvido um conjunto de indicadores de desempenho, o resultado de tais indicadores pode ser analiticamente contemplado neste item.” Com fundamento nessa orientação, ver item 2.5.10 *Apresentação e análise de indicadores de desempenho*.

2.5.9 Renúncia de receitas

Esta Unidade Jurisdicionada não realiza gestão de renúncias tributárias.

2.5.10 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. O número de surdos matriculados = 400. Equação: $379 / 500 = 0,75$.

Análise crítica: O INES atendeu em 100% à demanda de vagas (ingresso + transferência), mas a matrícula efetiva ficou em 75% das vagas disponíveis. Conforme mencionado em relatório anterior, tal flutuação nos resultados desse indicador pode se relacionar à crescente oferta de educação bilíngue em

escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

2. Relação alunos / docente

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2017, havia 184 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 36 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES) e outros 22 estavam ocupando chefias, em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 126 (cento e vinte e seis) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2017 foi de 379 (trezentos e setenta e nove). Incluímos no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (126) e os alunos em escolarização (379). O resultado da operação $379 / 126 = 3,01$.

Análise crítica: O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O quadro docente efetivo, que havia crescido bastante entre 2014 e 2015, em razão de concursos públicos realizados, apresentou ligeiro decréscimo, devido à aposentadoria de docentes mais antigos após a incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772/2012) a seus vencimentos e como efeito dos temores em razão dos debates sobre a Reforma da Previdência. Daí a necessidade temporária de contratação de docentes.

3. Índice de titulação do quadro docente efetivo

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

N = 2 x 0,5	G = 8 x 1	A = 2 x 2	E = 55 x 3	M = 59 x 4	D = 22 x 5
N = 1,0	G = 8	A = 4	E = 165	M = 236	D = 110

Equação: $524 / 148 = 3,54$

Análise crítica: Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 163 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 815 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES vinha avançando ano a ano quanto aos resultados deste indicador de qualificação docente: **60%** da pontuação máxima em 2013, **63,5%** em 2014, **65%** em 2015, **69%** em 2016, mas apresentou pequeno decréscimo em 2017, fechando em **64,3%**. Se o ingresso de docentes surdos nomeados em 2014 e 2015 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação – mestrado e doutorado. O apoio previsto no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio colaborou para o aumento de doutores no quadro. Por outro lado, a perspectiva de incorporação de vantagens relativas à norma que institui o Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772/2012) favoreceu a busca, a partir de 2016, por docentes mais antigos, de títulos acadêmicos passíveis de incorporação, seguida de pedidos de aposentadoria voluntária.

4. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

Resultados: Em 2017, tivemos 36 professores substitutos ou temporários (do INES e do IFRJ) para um total de 184 docentes vinculados ao CAP-INES: $36 / 184 = 0,195$ (= 19,5%)

Análise crítica: O INES vinha melhorando continuamente seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, em 2014 foi de **0,13**, ou seja, 13%, e em 2015 foi de **0,09**, ou seja 9% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, por meio do qual foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 2014 e 2015. E em 2015, concluíram-se prazos de contratos, o que também concorreu para a melhoria dos resultados na época, conforme previsão em relatório anterior. Já em 2017, a marcha de aposentadorias decorrente da incorporação de vantagens e

dos temores quanto à Reforma da Previdência (ver item anterior) acarretou um retorno aos níveis de 2013.

5. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram:

Etapa SEDIN: 1,0 (100%)

Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento): = 1,0 (100%)

Etapa SEFN (Noturno): = 1,0 (100%)

Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME: = 1,0 (100%)

Análise crítica: Os resultados demonstram que melhorou o patamar em relação ao exercício anterior. Cabe realçar que o Edital do mais recente concurso público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto.

6. Taxa de evasão escolar

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 99. O número de alunos matriculados no ano letivo = 379. Equação: $99 / 379 = 0,26$.

Análise crítica: O resultado de permanência de alunos matriculados vinha oscilando: 86% em 2013, 90% em 2014, 86% em 2015, mas em 2016 e 2017 teve alteração mais expressiva, passando a 81% e a 74%. Os seguintes fatores deverão ser analisados: 1. a situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias, particularmente a dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, em especial no contexto de recessão e desemprego; 2. a grande distância entre moradia e escola para a maioria dos alunos. Mas a análise desse dado deve ser feita em conjunto com a variação no *ingresso de alunos*, que tem apresentado decréscimo ano a ano.

7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados e análise crítica: Em 2017, ampliou-se a utilização da Biblioteca pelo CAP-INES, com 18 alunos realizando pesquisas na internet, 21 alunos realizando pesquisa em itens do acervo e 9 alunos realizando 26 empréstimos. Possivelmente, o uso de novas tecnologias pode ter redirecionado as estratégias de pesquisa.

8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Para o cálculo deste Indicador, contabilizamos apenas os docentes efetivos do CAP INES em regência de turma em sala de aula ou em laboratórios e oficinas, que são 120 (cento e vinte). Desses, 36 (vinte e dois) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação: $24 / 126 = 0,19$. Em 2017, havia 184 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 36 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES) e outros 22 estavam ocupando chefias, em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), em licença

sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 126 (cento e vinte e seis) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. Sendo assim, vamos incluir no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (126).

Foi apurado que existem 24 docentes que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento.

Deste modo, a equação fica: $24 / 126 = 0,19$

Análise crítica: O resultado de **19%** indica, a princípio, diminuição no engajamento de docentes do Colégio em atividades ligadas à referencialidade do Instituto na área da surdez e pesquisa e extensão, mas pode estar ligado à marcha de aposentadorias nos dois últimos anos, que retiraram do quadro docentes com larga experiência na área, incluindo assídua participação nas ações de difusão de conhecimentos do INES.

9. Índice de tempestividade no atendimento educacional infantil

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES (informações fornecidas pelo SEDIN)

--- soma das idades: 37

--- nº de crianças: 14

--- equação: $37 / 14 = 2,64$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria) (informações fornecidas pela DIAU)

--- soma das idades: 08

--- nº de crianças: 14

--- equação: $08 / 14 = 0,57$

Resultado final: $A) - B) = 2,64 - 0,57 = 2,07$

Análise crítica: Entre 2016 e 2017, houve pequeno aumento (5,8%) na idade média de início de atendimento no INES, tendo havido, porém, sensível redução na idade média de ocorrência da surdez diagnosticada em audiometria. Chama a atenção a elevação na matrícula de crianças surdas na Educação Infantil do INES, de 8 em 2015 e 2016 para 14 em 2017, que pode estar ligada à disseminação da detecção precoce no campo da saúde auditiva. Para o ingresso mais tardio, ainda não há respostas. O Instituto deve apoiar a realização de pesquisas para uma avaliação da realidade da educação infantil e da situação de saúde auditiva de seus alunos para buscar respostas a este indicador.

10. Taxa de sucesso nas ações de preparação para o trabalho e a geração de renda

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à pessoas surdas da comunidade.

Equação básica - observação: vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

Resultados: Em 2017, houve 100 vagas em 14 cursos diferentes (artesanato com material reaproveitável; manicure e pedicure; pintura em tecido; aplicações e bordados, etc.) e 85 concluintes. Portanto, 85% foi o resultado da taxa de sucesso nessas ações.

Análise crítica: consideramos positivos os resultados, mas realçamos a necessidade de a Instituição buscar parcerias que possibilitem às pessoas surdas o acesso a efetiva profissionalização, por exemplo, com institutos federais e escolas técnicas do Sistema S.

11. Índice de efetividade na transição para o Trabalho Decente

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2016, houve 225 oportunidades de acesso ao trabalho, que compreendem (A) vagas de treinamento em serviço em empresas + (B) vagas em processo seletivo em empresas. Dessas vagas, 132 foram preenchidas. Equação: $132 / 225 = 58,6\%$

Análise crítica: O resultado de quase 60% de efetivações no trabalho de pessoas surdas encaminhadas pelo INES em relação às vagas disponibilizadas é bastante positivo, aliado ao fato de que mais que dobrou – de 15 para 35 – o número de empresas ofertantes de vagas, nos mais diversos ramos de atividade econômica.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Quadro V – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	229	200	201	206	219

Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Quadro VI – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,5	4,6	4,4	3,51	3,57
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Em 2017, contou-se com 35 (quarenta) docentes em atuação no Curso de Graduação, sendo 29 Doutores, 2 Mestres e 4 Especialistas. Aplicando-se a fórmula do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, temos: $[5 \times 29 + 3 \times 2 + 2 \times 4] \div [29 + 2 + 4] = [145 + 6 + 8] \div [36] = [159] \div [36] = 4,416666666666667$. Resultado: o ICQD do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES foi de **4,5**.

Análise crítica: Nos termos da legislação vigente e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos “NA” nos casos que correspondem a esse entendimento.

Quanto ao Quadro V, nos termos da Decisão do TCU em tela, “aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso”. Quanto ao Quadro VI, registramos que a implementação do curso iniciou-se em 2006, com apenas 8 (oito) professores efetivos, 4 deles com doutorado, e com esse quadro se manteve por alguns anos. Com a ampliação do número de turmas, foi necessária a contratação de professores temporários e isso impactou nos resultados. Em 2013, com o compromisso assumido pelo INES de conduzir um curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue de abrangência nacional, foi lançado o Edital nº 29/2013, que logrou aprovar e nomear, em 2014 e 2015, 28 (vinte e oito) novos docentes de Magistério Superior para o Quadro do Instituto, com titulação de Doutorado, o que teve impacto positivo sobre a qualificação docente. Isso explica a sensível melhora no perfil de qualificação do corpo docente do INES. Não obstante, o deslocamento de 4 docentes doutores para o Núcleo de Educação Online, ligado à Direção Geral, impactou o resultado final. A seguir, apresentamos outros Indicadores para o campo da Educação Superior, construídos pela Instituição.

1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a Educação Superior ofertada pelo INES atende à procura por vagas por parte de surdos e ouvintes.

Horizonte: atender integralmente a demanda das pessoas surdas e não-surdas por Ensino Superior, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo. Cálculo: $343 / 60$.

Resultado: Relação Candidato/Vaga					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
5,71	5,71	6,35	6,06	5	5

Análise crítica: O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para que se mantenha regular a demanda. Demonstra-se o acerto da definição de turnos Manhã e Noite (anteriormente, Tarde e Noite), estabelecidos para atender à situação do aluno trabalhador.

2. Relação alunos / docente em tempo integral

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Cálculo: $229 / 35 = 6,54$

Resultado: Relação Aluno/Docente em tempo integral					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
6,54	5,12	5,02	5,56	10,69	11,5

Análise crítica: A demanda pelo Curso Bilíngue cresceu e se mantém estável. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Nos últimos anos, houve ampliação expressiva do número de professores(as) efetivos(as), com boa titulação e todos(as) em regime de dedicação exclusiva, nomeados(as) a partir da aprovação em concurso público de provas e títulos.

3. Relação entre docentes temporários e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

Equação básica: número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
0,00	0,00	0,00	0,19	0,57	0,55

Análise crítica: O resultado positivo verificado em 2015 e mantido em 2016, de zerar a participação de substitutos na força de trabalho docente, deve-se à nomeação, em 2014 e 2015, de professores efetivos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013.

4. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

Equação básica: número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
1,00	1,00	0,55	0,16	0,24	0,26

Análise crítica: Foram alcançados os objetivos de prontidão para o ensino bilíngue, relacionados a dois fatos: primeiro, as nomeações, em 2014 e 2015, de docentes efetivos aprovados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, que valorizava o conhecimento da Libras e a experiência de trabalho com surdos; segundo, o cumprimento da exigência de que todos os docentes devem participar do curso de Libras ofertado pelo INES.

5. Taxa de sucesso no Ensino Superior

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Houve 23 concluintes de graduação em 2017 para 60 ingressantes em 2013 (para o período 2014-2017, quatro anos de tempo previsto para realização do curso). Sendo assim, temos $23 / 60 = 0,38\%$.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
0,38	0,55	0,64	0,73	1,2	0,46

Análise crítica: Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação e publicação de um Manual para a Elaboração de Monografias em Libras; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Observamos também um movimento de evasão e reingresso, relacionado à recessão e ao desemprego nos últimos anos.

6. Taxa de evasão

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Houve 24 desligamentos em 2017, para 229 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $24 / 229 = 0,10$

Resultado: Taxa de Evasão					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
0,10	0,09	0,21	0,16	0,21	0,11

Análise crítica: Houve sensível melhoria em relação à evasão, possivelmente relacionada às mudanças e aos apoios efetivados – geração de material de apoio acadêmico (resenhas, manual para elaboração de monografias) em Libras; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); ajuste de horários de oferta do curso para atender à condição do(a) aluno(a) trabalhador(a); qualificação do corpo docente, etc.

7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo 5 situações: pesquisa bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; frequência do usuário; consulta ao acervo e empréstimo de materiais) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

4.501 acessos por parte de alunos ou docentes / 256 alunos de graduação e da pós-graduação com matrícula ativa + 35 docentes (graduação e pós-graduação) = $4.501 / 291 = 15,46$.

Taxa de utilização da biblioteca do INES					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
15,46	9,13	10,03	3,90	3,74	1,71

Análise crítica: Os alunos têm utilizado com frequência cada vez maior a Biblioteca e o resultado é bastante positivo. Medida a ser adotada, em conformidade com o PDI, é a aprovação de uma Política de Acervo e a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
1,00	0,38	0,15	0,13	0,82	0,90

Análise crítica: O resultado anterior (2014 e 2015) explicava-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público nesses anos, que tiveram que construir uma experiência para ter condições de atuar na difusão de conhecimento na área da surdez e, em 2016, passaram também, como os mais experientes, a ter uma atuação desse tipo. Em 2017, todos os docentes contribuíram na realização da missão do INES como centro de referência na área da surdez.

9. Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria/extensão e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Resultado: Houve participação de 35 alunos de graduação em atividades de I.C. ou Monitoria/Extensão para 127 alunos habilitados (matrículas ativas menos alunos de último período, conforme normas vigentes, bem como alunos que apenas estão cursando dependência). Resultado $35 / 127 = 0,275$.

Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica					
2017	2016	2015	2014	2013	2012
0,27	0,25	0,13	0,03	0,03	0,09

Análise crítica: A instalação dos programas de apoio é recente, mas já está alavancando uma significativa participação de alunos, com 19 bolsistas de iniciação científica e 16 de monitoria, ao longo de 2017, 27,5% dos alunos habilitados.

10. Avaliação do curso de Graduação do INES segundo egressos

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

Análise crítica: Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador. Desde 2017, realiza-se projeto de pesquisa sobre egressos, coordenado pelo Professor Dr. Ricardo Janoário, do DESU.

REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ

1. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez à escolarização formal

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas à educação.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas à educação.

Equação básica: Número de pessoas de 0 a 12 anos de idade com surdez diagnosticada pela Divisão de Audiologia do INES – DIAU que foram encaminhadas formalmente para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) – do INES ou de outras instituições escolares (B + C + D) – dividido pelo número de pessoas de 0 a 12 anos de idade com surdez diagnosticada pela DIAU-INES (A + B).

Observação: Em 2014, o INES construiu formulários que são preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador. Os dados já começaram a ser coletados e mostram uma ampliação no percentual de atendimentos relacionados direta ou indiretamente relacionados ao acesso e permanência na escola por parte de crianças em idade de escolarização:

Quadro VII: Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola

Ano	Total de pessoas atendidas		Bebês para teste da orelhinha (C)	Crianças de até 12 anos (D)	Percentual de atendimentos relacionados à escolarização
	Da comunidade (A)	Alunos do INES (B)			
2013	3.506	581	1.550	1.067	78% (3.198 / 4.087)
2014	3.094	994	1.587	986	87% (3.648 / 4.088)
2015	2.667	457	1.033	837	74% (2.327 / 3.124)
2016	3.097	619	720	875	59% (2.214/ 3.716)
2017	2.030	487	353	535	54,8% (1.375 / 888)

2. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez ao Trabalho Decente

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas ao Trabalho Decente.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas ao Trabalho Decente, abrangendo, para esses sujeitos, as situações de: ingressar na Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem (maiores de 14 e menores de 24 anos, nos termos da Lei 11.180, de 2005); firmar Contrato de Trabalho, ainda que em regime de experiência (maiores de 16 anos, nos termos da CLT); participar de processo de reabilitação profissional (art. 203 da Constituição; Decreto 129, de 1991, que promulga a Convenção 159, da OIT; Decreto 3.048, de 1999).

Equação básica: Número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES, que foram encaminhadas para: matricular-se em curso de Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem; firmar Contrato de Trabalho, ainda que em caráter de experiência; ou participar de processo de Reabilitação Profissional junto ao INSS, dividido pelo número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

Observação 1: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Observação 2: Na passagem de 2013 a 2017, foi apurada a seguinte relação entre o atendimento audiológico de jovens e adultos realizado pelo INES e a utilização desse atendimento pelos usuários desse serviço para o acesso ou a permanência no trabalho.

Quadro VIII: atendimentos audiológicos e acesso ou permanência no trabalho

Ano	Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos	Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos para acesso ou permanência no trabalho	Resultado em termos percentuais
2013	1.470	587	40%
2014	1.515	885	29%
2015	1.254	553	44%
2016	2.121	623	29%
2017	1.629	581	35,7%

3. Taxa de sucesso em Curso de Libras

Objetivo: aferir em que medida o ensino de Libras desenvolvido pelo INES tem assegurado permanência e conclusão com bom aproveitamento.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem com sucesso sua aprendizagem de Libras em curso ministrado pelo INES.

Equação básica: número de concluintes com aproveitamento do Curso de Libras nos dois semestres letivos, dividido pelo número de matriculados nos dois semestres letivos.

Resultados: 1.461 concluintes / 1.629 matriculados = **0,897**

Análise crítica: O resultado alcançado, de 89,7% dos alunos matriculados concluírem o Curso de Libras, pode ser considerado bastante positivo. O número de desistentes no Curso de LIBRAS, segundo o relato dos alunos, está relacionado principalmente à situação socioeconômica, agravada pela recessão vigente em 2016 e pelo alto índice de desemprego. O gasto com passagens é apontado como principal motivo de desistência e/ou trancamento da matrícula.

O fato de que todos os professores de Libras do INES são profissionais surdos concursados e certificados concorre positivamente para o sucesso do Curso.

4. Índice de qualificação da produção editorial científica do INES na área da surdez

Objetivo: aferir em que medida o produto editorial *Espaço*, informativo científico do INES a partir da nova Política Editorial – que visa difundir o conhecimento resultante de pesquisa na área da surdez – atende aos requisitos estipulados pelo Sistema Qualis, da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para passar do Grau B4 para o Grau B3 até 2018. Buscar melhores resultados na avaliação do periódico científico institucional favorecerá a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (via disponibilização on-line e indexação em bases de dados), em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), bem como a captação e divulgação de artigos originais de

pesquisadores de ponta na área da surdez, em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência.

Horizonte: elevar o resultado da avaliação do período científico Espaço, do INES, no Sistema Qualis, da Capes, de B4 para B3 até 2018, por meio do cumprimento anual dos critérios próprios do Grau almejado. A meta é alcançar e manter o resultado 1, que indicará que todos os 10 quesitos estão plenamente atendidos.

Equação básica: número de itens plenamente atendidos pelo periódico científico *Espaço*, do INES, em relação aos critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, dividido pelo total de 10 (dez) critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, a seguir discriminados:

- “1 – (X) É publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica;
- 2 – (X) Atende às normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior);
- 3 – (X) Tem circulação nacional;
- 4 – (X) Está disponível on-line;
- 5 – (X) Possui periodicidade mínima de 2 números anuais;
- 6 – (X) Apresenta regularidade na edição dos números;
- 7 – (X) Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições;
- 8 – (X) Publica ao menos 12 artigos por ano, com diversidade institucional dos autores;
- 9 – (X) Pelo menos 40% de artigos estão vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 10 – (-) Está indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Observações: 1. Nos termos do sítio < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> >:

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.”

2. Nos termos do Documento de Área - Educação, disponível no sítio < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >, os critérios que possibilitam a um periódico alcançar a classificação B3 são os seguintes:

“Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial

e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições . Publicar no mínimo 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores; pelo menos 40% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Resultados: vide preenchimento dos quesitos acima: **90%**.

Análise crítica: O Resultado de 90% de atendimento dos critérios sinaliza a possibilidade de se alcançar, no médio prazo, uma elevação no Grau obtido no Sistema *Qualis*. Um importante impulso para esse resultado positivo foi a implementação da Política Editorial construída por um grupo de trabalho nos últimos anos. O Instituto, e particularmente o Departamento onde se desenvolvem as ações da Comissão Editorial, passou a contar com Tradutores e Intérpretes de Libras concursados e o Instituto passou a contar com uma jornalista também concursada. O INES busca, junto ao Ministério do Planejamento cargos para o Quadro de Pessoal do INES relacionados ao seu papel editorial, incluindo Revisor de Texto, Fotógrafo, Web Designer, etc.

5. Índice de democratização do acesso ao conhecimento e à informação na área da surdez, produzido e/ou disseminado pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os conhecimentos e informações gerados e/ou veiculados pelo INES via produção editorial (vídeos institucionais, anais de eventos, livros, publicações avulsas, periódicos escaneados ou em versão eletrônica, documentos históricos, etc.) têm seu acesso democratizado – em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência e em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), no sentido de estarem disponíveis para visualização e/ou *download* no Portal do Instituto na internet, observadas as normas de acessibilidade e respeitados os direitos autorais e demais dispositivos legais vigentes.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de itens da produção editorial do INES disponíveis no Portal do Instituto na internet.

Equação básica: número de itens (títulos) da produção editorial do INES plenamente disponíveis no Portal do Instituto na internet dividido pelo número de itens (títulos) catalogados da produção editorial do INES.

Resultados: Segundo dados de 2017, os títulos disponíveis da produção editorial do INES são 4 títulos de periódicos, 8 títulos de publicações em Português e 1 título de publicação em Libras:

1. PERIÓDICOS (4 títulos)
 - Arqueiro (periódico técnico)
 - Espaço (periódico técnico-científico)
 - Fórum (registro de evento)
 - Revista Audiologia

2. PUBLICAÇÕES EM PORTUGUÊS (8 títulos)
 - O mundo em Libras: 3 volumes
 - Coleção Histórica: 8 volumes

- O INES e a Educação de Surdos no Brasil: volume único
 - Direito das Pessoas Surdas
 - Cartilha do Estagiário
 - Prevenção de DST e AIDS
 - Anais do Congresso Internacional do INES: 18 volumes
 - Coleção Educação de Surdos: 10 volumes
3. PUBLICAÇÕES EM LIBRAS (1 título)
- Coleção Educação de Surdos

Todos os 13 títulos existentes (100%) estão disponíveis no Portal do Instituto na rede mundial de computadores, em: < <http://www.ines.gov.br/index.php/publicacoes> >.

Análise crítica: Deve-se destacar a disponibilização de toda a produção editorial recente do Instituto bem como de sua memória Institucional, em atendimento às diretrizes da Lei de Acesso à Informação e em consonância com a missão de um centro de referência.

6. Taxa de qualificação de profissionais ligados à educação de surdos por meio de eventos locais, nacionais e internacionais promovidos pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os eventos promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez alcançam profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nos eventos promovidos pelo INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nos eventos locais, nacionais e internacionais (Fóruns, Encontros, Seminários, Congressos, etc.) promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, dividido pelo total de participantes efetivos desses eventos.

Resultados: 4.450 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por estas ações do Instituto: 1 congresso internacional / seminário nacional; 3 seminários sobre educação de surdos; 8 fóruns bilíngues; 6 assessorias técnicas; 5 palestras; 2 capacitações de centros de apoio ao surdos dos Estados, e visitas técnicas ao INES. Equação: $4.038 / 4.450 = 0,90$.

Análise crítica: O resultado de 90% deve-se à definição de foco – na apresentação de eventos como congressos e fóruns, indicar o público alvo, para evitar a inscrição de pessoas que acabam não participando com proveito (alunos muito jovens; amigos ou parentes de surdos); o mesmo no estabelecimento de parcerias para seminários e assessorias técnicas – e à não realização, em 2017, do Encontro de Pais de Surdos do Estado do Rio de Janeiro, cujo público majoritário é composto de pais, mães ou responsáveis por pessoas surdas.

7. Participação de profissionais ligados à educação de surdos em ações de cooperação técnica com Estados e Municípios, promovidas pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida as ações de cooperação técnica com Estados e Municípios – promovidas pelo INES para apoiá-los na formulação e implementação de políticas públicas nessa área, visando à inclusão social e educacional das pessoas surdas, e para a difusão de conhecimentos e informações – têm alcançado profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento educacional das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nas ações de cooperação técnica do INES com Estados e Municípios – Seminários, Assessorias Técnicas (de responsabilidade do INES), Palestras de profissionais do INES em eventos locais, a convite dos organizadores, bem como Visitas Técnicas ao INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nas ações de cooperação técnica promovidas pelo INES dividido pelo total de participantes nessas ações.

Resultados: Equação: $1.433 / 1.433 = 1,0$.

Análise crítica: O índice de 100% reflete o interesse despertado, bem como sinaliza a efetivação do papel do INES como centro de referência nacional na área da surdez. Em 2017, em termos de cooperação técnica no Brasil, o INES promoveu 3 seminários que sobre educação de surdos, capacitando 750 profissionais; 6 assessorias técnicas que capacitaram 245 profissionais; seus profissionais ministraram 5 palestras, com público estimado de 300 profissionais; realizou capacitação dos Centros de Apoio aos Surdos dos Estados, alcançando 49 profissionais e, além disso, recebeu 89 profissionais de 18 estados brasileiros em visitas técnicas setoriais. Deve-se trabalhar para manter a participação desse público específico e ampliar a realização de Seminários nas regiões que mais necessitem.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

3.1 Descrição das estruturas de governança

Tomando por base a referência a conselho de administração, entendemos que o Conselho Diretor previsto no Regimento Interno da Instituição cumpre funções semelhantes, uma vez que, com ampla representatividade – direção, docentes, discentes, técnicos administrativos e pais de alunos –, ainda que demandando ajustes, tem como competências: a proposição de diretrizes de funcionamento; o parecer sobre proposta orçamentária; a participação no planejamento estratégico e no

acompanhamento de sua execução; o estabelecimento de critérios para a realização de concursos; a concepção de requisitos e normas de avaliação de desempenho, progressão, mudança de regime de trabalho de técnicos e docentes, etc. Suas regras são estabelecidas em regimento próprio.

O INES mantém as seguintes Comissões:

- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): A criação de uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) em cada instituição federal de ensino reporta-se ao Decreto nº94.664, de 1987. Tendo passado por mais algumas regulamentações durante esse período, atualmente as Leis nº 12.772 e 7.806, ambas de dezembro de 2012, definem que a CPPD deve “prestar assessoramento ao colegiado competente ou ao dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente”;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA): A legislação básica que fundamenta a avaliação institucional é a seguinte: Lei 9.394/1996 (LDB); Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES; Portaria MEC nº 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES. As competências da CPA são:
 - sensibilizar a comunidade interna para a importância da autoavaliação institucional;
 - escolher a metodologia da aplicação de uma avaliação institucional voltada para o INES;
 - avaliar o INES de forma global, tendo em vista o permanente aperfeiçoamento das atividades fim e meio, bem como sua integração;
 - avaliar a qualidade do processo pedagógico;
 - apresentar à comunidade interna, convidando a comunidade externa para os momentos de apresentação, os resultados das avaliações do INES;
 - manter os relatórios da CPA disponíveis no site do INES.

Com respeito aos demais Comitês, temos a informar que:

- 1) Em 2017, Engenheiro do Instituto elaborou diversos termos de referência para revitalização da Instituição e obras emergenciais. Encontra-se pendente a efetivação do Plano Diretor de Obras;
- 2) Em 2017, o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto (CEP-INES) – cadastrado, capacitado (pela Universidade Federal Fluminense) e autorizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 2016 – iniciou suas atividades de análise e parecer sobre projetos de pesquisadores de todo o Brasil.

Temos a informar, por fim, que em atendimento a diretrizes vigentes e a recomendações dos órgãos de controle, o INES adquiriu e instalou Sistema de Almoxarifado e Patrimônio, para o qual foi realizada capacitação.

O INES ainda não pôde implantar Unidade de Auditoria Interna em 2017, em decorrência da necessidade de ajuste na estrutura interna, Além disso, faz-se necessário retomar as discussões para atualização do Regimento Interno do INES, previstas no novo PDI INES, que está em fase de consolidação para aprovação, a fim de redimensionar suas ações e sua estrutura.

3.2 Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos

As atividades de correção no âmbito desta unidade acontecem regularmente, observados os normativos em vigor, inclusive no tocante ao registro das informações relativas a processos

disciplinares em observância aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam.

3.3 Gestão de riscos e controles internos

3.3.1 Ambiente de atuação

O ambiente de atuação do INES é de dupla natureza: o Instituto é, ao mesmo tempo, participante de processos de formulação de políticas públicas educacionais em nível nacional e ofertante de serviços educacionais em nível local. Isso demanda dupla expertise: acerca dos marcos jurídicos, políticos, teóricos e metodológicos concernentes à educação de surdos no mundo e no Brasil, e acerca das melhores práticas pedagógicas relacionadas a esse alunado.

O cenário no qual se insere o Instituto é complexo. Com quase 160 anos de existência, o que começou como pequena escola no Império é hoje um centro de referência nacional que oferta educação desde a estimulação de bebês até a pós-graduação. Nesse cenário, sua atuação nem sempre é bem compreendida, dadas suas especificidades históricas.

O INES já foi uma instituição asilar e segregadora, mas nem sempre e não apenas isso – tanto que nas décadas de 50 e 60 do século passado qualificou professores de todo o Brasil para o atendimento escolar de alunos surdos. Mas desde meados da década de 90 do século XX, teve seu papel redefinido na perspectiva de colaborar com os sistemas de ensino na quebra de barreiras a esses alunos e de promover a autonomia e a emancipação dos surdos como cidadãos e, cada vez mais, como integrantes de uma comunidade linguística brasileira – notadamente a partir da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, que reconheceram e dispuseram sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

As políticas educacionais vigentes definem como caminho prioritário a construção de escolas inclusivas, abertas e capacitadas ao atendimento da diversidade de seus alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva e com surdez.

E o ambiente de atuação do INES contempla o apoio à implantação dessas políticas, por meio:

- da formação e qualificação de docentes surdos e ouvintes (em nível de graduação e pós-graduação), no plano local (cursos presenciais) e nacional (curso a distância para polos de todo o País);
- da produção e socialização em nível local e nacional de conhecimento técnico e científico na área da surdez e da educação de surdos;
- da concepção, desenvolvimento e distribuição gratuita aos sistemas de ensino de materiais de apoio aos profissionais que atuam com alunos surdos ou com deficiência auditiva;
- da cooperação técnica com os sistemas de ensino na construção e implementação de suas políticas relacionadas a esse segmento da população;
- do apoio à consolidação e difusão da Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, por meio da web TV bilíngue – Libras e Português – acessível de diferentes formas.

Ao mesmo tempo, deve-se realçar que o INES, como instituição de ensino, busca definir e aperfeiçoar sua identidade como referência em Pedagogia Bilíngue, sintonizada com as demandas de identidade linguística e cultural das comunidades surdas brasileiras, amparadas na legislação acima citada e, sobretudo, no Decreto 6.949, de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com base no exposto, o cenário atual sinaliza que a missão do INES tem dois vetores:

- 1) apoiar os sistemas de ensino para que sejam construídas e consolidadas escolas públicas cada vez mais aptas a receber e atender com qualidade e acessibilidade o aluno surdo;

- 2) subsidiar a construção de uma política nacional de educação bilíngue – o que o Instituto vem fazendo, ao tomar parte em Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério da Educação para esse fim – que contemple escolas bilíngues pautadas nas reivindicações das comunidades surdas brasileiras, ao mesmo tempo tentando tornar-se uma escola bilíngue de referência.

3.3.2 Riscos ou obstáculos e ações implementadas

A seguir, descrevemos os principais riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos, bem como as correspondentes ações adotadas para enfrentá-los:

Riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos	Ações implementadas para mitigar os riscos ou obstáculos identificados
<p>a) A Lei de Acesso à Informação traz diretrizes claras de disponibilização de conteúdos gerados pela instituição a cidadãos e cidadãs brasileiros, e em 2015 o INES contava com apenas 17% de seus títulos disponíveis em seu portal na Internet. Assim, além de não se cumprir as diretrizes legais, comprometia-se o cumprimento de sua missão como centro de referência e também deixava de atrair pesquisadores de ponta, pelo fato de que periódicos científicos não disponíveis online têm notas menores no Sistema de Avaliação <i>Qualis</i>, da CAPES.</p>	<p>A partir de 2017, toda a linha editorial do INES – periódicos, publicações em português e vídeos em Libras encontra-se disponibilizada no portal do Instituto.</p>
<p>a) Os periódicos do INES, em especial a revista Espaço, estavam perdendo visibilidade e reconhecimento no meio científico devido à não atualização de seu formato em meio eletrônico.</p>	<p>Em 2016, deu-se a criação do Portal de Periódicos do INES, na plataforma <i>Open Journal Systems</i>, para disponibilização de periódicos técnicos e científicos do Instituto, e em 2017, todos os títulos já estavam lá disponíveis.</p>
<p>b) Com oferta de graduação e pós-graduação lato sensu, 10 grupos de pesquisa em funcionamento e 37 pesquisas em desenvolvimento no Instituto, uma instituição com a missão de ser um centro de referência não poderia deixar de ter um Comitê de Ética em Pesquisa próprio, ficando na dependência de parcerias e auxílios externos.</p>	<p>Em 2017, o INES conseguiu autorização de funcionamento e início das atividades de seu Comitê de Ética em Pesquisa, com recebimento, análise e emissão de parecer sobre projetos de pesquisa.</p>
<p>c) Corria o ano de 2017 e o Instituto ainda não contava com documento de planejamento estratégico para o período subsequente.</p>	<p>Foi designada no INES Comissão multissetorial encarregada de conduzir o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (Portaria 532, de 19/9/2016, publicada em 30/9/2016, com posse e início dos trabalhos em 6/10/2016). O documento está em fase de consolidação.</p>
<p>d) O INES vinha realizando atividades consideradas de ouvidoria (consultas, reclamações, sugestões, elogios) de maneira não-formalizada. Os vários setores tratavam de realizar tais atendimentos, sem um gerenciamento adequado, sem definição de local ou responsável específico, e sem utilização de recursos comunicacionais disponíveis. Isso foi trazido à tona em avaliações do Instituto relativas à oferta de ensino superior e poderia comprometer a transparência e o direito do usuário de discutir a atuação exercida pelo INES.</p>	<p>Por meio da Portaria 195, de 2017, o INES instituiu sua Ouvidoria Pública, recebendo e respondendo consultas, reclamações, sugestões e elogios de alunos, professores, funcionários e do público externo regularmente, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Houve 6 ações de capacitação de seus funcionários designados, definindo-se espaço, mobiliário, recursos tecnológicos.</p>

4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro IX - Força de trabalho da unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	511	416		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	511	416		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	504	409	8	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5	2	
2. Servidores com Contratos Temporários	35	35	22	20
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	547	452		

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – INES

Quadro X – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	226	178
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	219	178
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	

1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	
2. Servidores com Contratos Temporários		35
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	226	213

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

Quadro XI – Detalhamento do quadro de cargos em comissão e funções comissionadas da unidade

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados	1	1		
2. Funções Gratificadas	52	42		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		37		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		5		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	61	51		

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

4.1.1.1 Qualificação e capacitação da força de trabalho da unidade

A Unidade vem mapeando demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas e, nos termos do Decreto 5.707/2006 e dispositivos regulamentares, o Instituto, nos termos de seu Plano Anual de Capacitação – PAC e Programa de Apoio, vem apoiando servidores em eventos de capacitação de curta média e longa duração.

Análise crítica: Algumas das carências do quadro de pessoal do Instituto haviam sido supridas com o ingresso dos servidores aprovados em concursos públicos para os cargos de Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, Técnico Administrativo em Educação e Professor de Magistério Superior, cujas nomeações ocorreram a partir do mês de outubro de 2014 e se estenderam ao longo de 2015. Tais nomeações, em observância aos termos da Lei nº 8.745/93, levaram à inicialmente à diminuição do número de profissionais contratados. Igualmente, o Instituto conseguiu zerar sua cota de terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97.

A partir de 2016, com a concessão de valores relativos ao Reconhecimento de Sabres e Competências, nos termos da Lei 12.772/2012 e respectivos dispositivos de regulamentação e o incentivo que aquela Lei dá à busca de titulação, ampliaram-se significativamente tanto o número de aposentadorias voluntárias, principalmente da carreira docente, quanto o número de afastamentos para capacitação de longa duração (pós-graduação stricto sensu: mestrado e doutorado), e com isso aumentou o número de contratos temporários.

4.1.2 Demonstrativo das despesas do pessoal

Quadro XII - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017										
	2016	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	22.555.285,81	650.964,70	3.289.861,85	14.211.835,43	3.400.494,96	1.769.380,81	NA	2.909.118,20	NA	48.786.914,79
	2016	21.897.702,17	12.164.920,65	3.141.369,50	1.513.870,70	3.046.002,95	1.989.769,45	NA	1.792.781,59	44.852,76	45.591.569,77
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017										
	2016	235.200,27	49.471,88	19.303,95	5.464,17	36.778,32	15.112,79	NA	NA	NA	361.331,38
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	1.303.398,52	NA	105.328,92	141.429,97	266.894,08	NA	NA	NA	NA	1.817.051,49
	2016	1.255.909,23	NA	109.725,18	18.011,34	271.078,07	NA	NA	NA	NA	1.654.723,82

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração (DEPA)

4.1.3 Riscos identificados na gestão de pessoas

A Unidade vem mapeando as demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas. No entanto, cumpre destacar que algumas categorias funcionais da carreira dos cargos Técnicos Administrativos em Educação, a exemplo, do Analista de Tecnologia da Informação (NS) e do Assistente de Alunos (NM), registram algumas desistências ou vacâncias, mas tais questões na sua quase totalidade foram sanadas por nomeações de candidatos aprovados e habilitados em concursos públicos. Nos subitens abaixo, informamos sobre eventuais ocorrências de irregularidades em 2017 ou em anos anteriores com repercussão no exercício de referência.

4.1.3.1 Irregularidades na área de pessoal

4.1.3.1.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201701584/01, de 18 de setembro de 2017, da Controladoria Geral da União, recebemos planilha contendo indícios de exercício de outra atividade remunerada de vários servidores.

Procedemos à análise das 79 ocorrências constantes das planilhas. Destas, instauramos 8 Processos Administrativos Disciplinares, que estão em andamento. Os outros 71 casos foram resolvidos, tendo os servidores comprovado documentalmente que não se tratava de nenhuma irregularidade. Essas informações foram repassadas à CGU.

Todos os processos encontram-se integralmente cadastrados no Sistema CGU-PAD.

4.1.3.1.2 Terceirização irregular de cargos

Não houve no exercício de referência.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Não houve contratação de estagiários no exercício de referência. Não obstante, o quadro de contratos estabelecidos ou mantidos para a prestação de serviços (pessoal de apoio) apresenta-se a seguir.

Quadro XIII – Contratos de prestação de serviços (pessoal de apoio)

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos						
UG/Gestão: 152005						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços continuados de 02 (dois) salva-vidas e de 01 (um) operador de piscina.	05.389.181/0001-03	17/03/2016	16/03/2021	Ensino médio completo	E
2016	Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos.	09.000.091/0001-30	17/02/2016	16/02/2021	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Prestação de serviços de: combate, controle e monitoramento de pragas urbanas, englobando: dedetização, desratização, descupinização em todas as áreas internas e externas do INES, bem como combate às larvas de mosquito	09.263.494/0001-71	01/06/2016	31/05/2021	Não há especificação.	P
2016	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva	03.045.711/0001-70	01/12/2016	30/11/2021	Ensino Fundamental Completo	P

	nas instalações prediais					
2016	Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos e serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional	34.028.316/0002-94				Não há especificação. E
2016	Prestação de serviços de suporte técnico (service desk) e manutenção de equipamentos de informática.	11.425.781/0001-82	01/12/2016	30/11/2021		Não há especificação. P
2016	Prestação de serviços continuados de Telefonia Móvel (SMP) pós-pago, com fornecimento de aparelhos e do serviço de longa distância nacional, para uso funcional.	40.432.544/0001-47	23/12/2016	22/12/2021		Não há especificação. P
2016	Prestação de serviços de: Assistência técnica, socorro mecânico e manutenção preventiva para veículos oficiais do INES.	34.043.125/0001-10	09/06/2016	08/06/20121		Não há especificação. P
2016	Prestação de serviços técnicos continuados de Operação e controle de 2 (dois) estúdios de gravação e transmissão de vídeo-aulas e controle do Auditório, bem como Manutenção	27.815.174/0001-69	07/11/2016	06/11/2021		Nível técnico E

	preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio, vídeo e iluminação dos estúdios e auditórios.					
2012	Prestação de serviços de suporte à infraestrutura de TI.	32.185.480/0001-07	24/06/2015	24/06/2016	Nível Técnico	P
2012	Prestação de serviços de suporte à infraestrutura de TI.	32.203.135/0001-40	24/06/2014	24/06/2017	Nível técnico	E
2012	Prestação de serviços de lavagem e passagem de roupas do INES.	33.216.805/0001-26	18/08/2015	18/08/2016	Não há especificação.	P
2012	Prestação de serviço de seguros automotivos.	61.573.796/0001-66	26/11/2015	25/11/2016	Não há especificação.	P
2013	Prestação de serviço de distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica	09.168.704/0001-42	02/01/2013	01/01/2018	Não há especificação.	A
2013	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	04.371.782/0001-26	23/01/2013	22/01/2018	Não há especificação.	P
2013	Contratação de serviços continuados de 23 recepcionistas.	14.793.641/0001-55	01/03/2013	28/02/2018	Ensino Fundamental.	P
2013	Contratação de fornecimento mensal continuado de serviço telefônico fixo comutado STF,	33.000.118/0001-79	02/06/2013	31/05/2018	Não há especificação.	P

	modalidade local e longa distância internacional das ligações originadas no Instituto Nacional de Educação de Surdos					
2015	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em todo o sistema de monitoramento por câmeras do INES	35.855.733/0001-93	03/11/2015	02/11/2020	Não há especificação.	E
2013	Contratação de serviços de feitura, distribuição, guarda de alimentos e limpeza da cozinha.	03.358.040/0001-06	11/09/2013	10/09/2018	Nível fundamental.	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro	32.086.274/0001-31	13/11/2013	12/11/2018	Não há especificação.	P
2013	Contratação de serviços especializados para manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade.	02.590.254/0001-32	01/01/2014	02/01/2019	Não há especificação.	P
2014	Contratação de serviços continuados de 04 (quatro) cozinheiros para atender a Divisão de Nutrição do INES.	08.228.161/0001-49	10/03/2014	09/03/2019	Nível fundamental.	P
2014	Contratação de serviços de vigilância/segurança patrimonial desarmada	03.372.304/0001-78	01/05/2014	30/04/2019	Nível fundamental.	P
2014	Contratação de	10.548.069/0001-08	09/06/2014	29/01/2020	Não há especificação.	E

	serviços de programação visual (apuração, criação e execução do projeto gráfico e digital/eletrônica) para as publicações do INES					
2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da central telefônica PABX marca LEUCOTRON 01E130RA4RD.	68.568.021/0001-41	01/07/2014	30/06/2019	Não há especificação.	P
2016	Contratação de serviços de manutenção de sistemas de refrigeração.	03.716.285/0001-50	01/08/2016	31/07/2021	Não há especificação.	E
2016	Manutenção software de gestão patrimonial e almoxarifado	24.936.973/0001-03	01/12/2016	30/11/2021	Não há especificação.	P
2015	Contratação de serviços de coleta e transporte de lixo extraordinário.	09.423.108/0001-61	13/10/2015	12/10/2020	Não há especificação.	E
2014	Fornecimento de solução para interpretação e comunicação com surdos e clientes com capacidade reduzida de audição, por meio de equipamentos de videoconferência e intérpretes em LIBRAS), em Regime de Comodato	13.659.947/0001-50	02/12/2014	01/12/2019	Não há especificação.	P
2015	Contratação de	68.313.105/0001-34	13/11/2015	13/11/2020	A única exigência foi	E

	serviços continuados de 06 motoristas.				a carteira de Habilitação na categoria "D".	
2015	Serviço de recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos e materiais.	08.228.161/0001-49	06/04/2015	05/04/2020	Ensino médio completo ou Curso na área de Logística e Administração de Almoarifado.	A
2015	Serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES	02.196.013/0001-03	01/04/2015	01/04/2020	Não há especificação.	A
2015	Prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos elevadores	05.531.749/0001-89	30/07/2015	29/07/2020	Não há especificação.	A
2015	Serviços de fiscalização e acompanhamento das obras e serviços de reforma elétrica e predial	01.329.144/0001-59	17/08/2015	17/04/2016	Nível superior completo.	A
2016	Prestação de serviços de promoção de eventos.	08.973.746/0001-93	05/10/2016	04/10/2017	Não há especificação.	E
2015	Prestação dos serviços de programação visual (apuração, criação e execução do projeto gráfico e digital/eletrônica) para as publicações do INES	00.568.263/0001-00	16/12/2015	16/12/2016	Não há especificação.	A
2015	Prestação dos serviços de produção gráfica	12.622.028/0001-40	17/12/2015	17/12/2016	Não há especificação.	A

	para publicações do INES					
2012	Fornecimento de gás canalizado	33.938.119/0001-69	02/01/2012	01/01/2017		
2012	Fornecimento de energia da Light	60.444.437/0001-46	02/01/2012	01/01/2017		
2013	Locação de copiadoras	05.630.085/0001-05	03/06/2013	02/06/2018		
2014	Fornecimento de antivírus	00.394.445/0273-01	29/09/2014	29/09/2017		
2016	Serviço de correio eletrônico colaborativo	01.427.728/0001-67	25/04/2016	24/04/2021		
2016	Serviço de urgência e emergência médico escolar	42.355.131/0001-32	01/07/2016	30/06/2021		
2016	Desenvolvimento gráfico e midiático - NEO	07.402.534/0001-93	03/10/2016	02/10/2021		
2016	Serviço de firewall	73.514.382/0002-45	04/11/2016	03/11/2021		

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração do INES

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve no exercício de referência.

4.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados, dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados e análise crítica: Todo o quadro técnico administrativo do INES, nos termos da legislação vigente, é composto exclusivamente de servidores efetivos concursados. O INES alcançou a meta, em cumprimento à legislação vigente e às indicações dos órgãos de controle.

2. Taxa de prontidão bilíngue do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Ainda não foram criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador, mas podemos adiantar que todos os servidores concursados nomeados nos últimos anos, nos termos de nosso PDI 2012-2016, têm passado pelos cursos de Língua de Sinais do INES.

3. Índice de titulação do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Observação: O INES conta com o seguinte perfil de corpo técnico administrativo:

Ensino Fundamental Incompleto (I) ou Completo (C)		Ensino Médio (Md), Médio e Técnico (MT), Médio Profissionalizante (MP) ou apenas Técnico (T)				Ensino Superior: Graduação (G); Aperfeiçoamento (A); Especialização (E); Mestrado (M)				
I	C	Md	MT	MP	T	G	A	E	Ms.	D
0	2	47	10	2	1	51	n/c	85	22	2

Cálculo: $(51 \times 1 + 0 \times 2 + 85 \times 3 + 22 \times 4 + 2 \times 5) / (51 + 0 + 88 + 22 + 2) = (51 + 0 + 255 + 88 + 10) / (160) = 404 / 160 = 2,52$

Análise crítica: A busca por qualificação para fins de obtenção de Retribuição por Saberes e Competências, associada à viabilização de apoio à capacitação por meio de programa institucional, tem levado à elevação desse índice, que passou de **2,37** em 2015 e 2016 para **2,52** em 2017.

4. Taxa de capacitação de servidores públicos federais em exercício no INES em processos de qualificação e requalificação

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Observação: Em 2017, teve sequência a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES e de seu Programa de Apoio, o PAC-INES. Houve 412 servidores participando de eventos do Instituto (Encontros, Fóruns e Congresso Internacional) e 4 capacitações gerenciadas pela DICTE. Além disso, dentro do PAC-INES, que prevê apoio institucional à realização de cursos de educação formal, temos servidores apoiados para fazer graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado. Em 2017, não houve cálculo desse indicador.

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

4.2.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da unidade

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
 - Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950;
 - Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;
 - Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994, do Ministério do Estado da Administração Federal e Reforma do Estado;
 - Lei 8.112/90.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UNIDADE;

Os veículos disponíveis são vitais para o pleno funcionamento do Instituto. Por meio da sua frota veicular, o INES assegura o atendimento de todas as suas demandas logísticas. Considerando os seus 11.000m² de área edificada e seus 44.000m² de área geográfica, destaca-se e ratifica-se como iniciativa pioneira a aquisição, em 2011, do Carro Elétrico, movido a bateria elétrica recarregável, utilizado para o transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção, consoante a matéria disposta no Decreto de nº 5.296/2004.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UNIDADE, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UNIDADE (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CLASSIFICAÇÃO	QUANT.	GRUPO
Renault	Logan Sedan	2007/2008	Flex	KXP 1129	Veículo de serviço	01	IV-A
Renault	Logan Sedan	2013	Flex	KPW 3406	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Kombi	2008/2009	Flex	KNT 4433	Veículo de serviço	01	IV-A
ZC 2068 6P, com 01 cadeirante.	Veículo Elétrico Obs. Fabricado sob encomenda.	2011	Bateria Recarregável	LUX 9656	Veículo de serviço utilizado para transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004	01	IV-A
Agrale	Microônibus	2007/2008	Diesel	LUX 9656	Veículo de uso coletivo	01	IV-D
Fiat	Van-Ducato	2007/2008	Diesel	LUV 9886	Veículo de uso coletivo, adaptado com plataforma elevatória, com vistas ao transporte de cadeirante. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004.	01	IV-D
Fiat	Van Ducato	2010	Diesel	LLM 5271	Veículo de uso coletivo	01	IV-D

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES		
RELAÇÃO DE GASTOS DOS VEÍCULOS DO INES - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017		
VEÍCULOS	QUILÔMETROS RODADOS	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
KOMBI (KNT-4433)	7546,45	1006,22
VAN DUCATO (LUV-9886)	7412,85	823,65
VAN DUCATO (LLM-5271)	9925,96	945,33
LOGAN (KXP-1129)	7062,23	759,38
LOGAN (KPW-3406)	6902,82	639,15
ÔNIBUS (LUX-9646)	2015,49	341,61
TOTAL:	40865,80	4515,29
MOTORISTAS	IDADE	
AVELINO	62	
MARCELO	38	
MICAEL	29	
ANDRÉ	42	
LUCIANO	36	
SILVIO	54	
		IDADE MÉDIA DOS MOTORISTAS: 43

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

GRUPO	MÉDIA
IV-A	8,2
IV-D	10

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos: R\$ 19.352,33
- Manutenção de Veículos: R\$ 39.824,88
- DPVAT: R\$ 743,02
- Seguro dos Veículos: R\$ 4.315,37
- Acessórios para Veículos: 0,00
- Instalação de Plataforma Elevatória para Acessibilidade: R\$ 0,00
- Total: R\$ 64.235,60

g) Plano de substituição da frota;

Está em fase elaboração o plano de diretrizes para a substituição de veículos. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
Atividades fins e meios da Instituição.

i) Estrutura de controles de que a UNIDADE dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
Adoção de todos os procedimentos de segurança que garantam a utilização da frota de veículos.

4.2.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da unidade, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
Não se aplica no caso do INES.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
Não se aplica no caso do INES.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;
Não se aplica no caso do INES.

- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
Não se aplica no caso do INES.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UNIDADE;
Não se aplica no caso do INES.
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UNIDADE (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
Não se aplica no caso do INES.
- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;
Não se aplica no caso do INES.
- h) Idade média anual, por grupo de veículos;
Não se aplica no caso do INES.
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;
Não se aplica no caso do INES.
- j) Estrutura de controle existente na UNIDADE para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
Não se aplica no caso do INES.

4.2.1.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Encontra-se em fase de elaboração, nesta UNIDADE, o plano de diretrizes para a substituição de veículos e destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização, por meio de contrato com oficina mecânica especializada. Existe, no momento, somente um veículo fora de uso: Volkswagen Parati, ano 2005, Flex, Placa KQQ 2647, considerada veículo de serviço pertencente ao Grupo IV-A. Ela deverá ser submetida à avaliação mecânica em 2018 para definição da possibilidade ou não de reparos para colocá-la em funcionamento.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro XIV - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	0	0
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Quadro XV – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da unidade, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152005	600100390.500-5	21	3	173.735.968,71	31.12.2015	216.693.769,83		
152005	600103032.500-6	Locação para terceiros	3	218.962,73	31.12.2015	273.103,25		
152005	600104260.500-9	Locação para terceiros	3	382.820,02	31.12.2015	477.475,75		
152005	600104666.500-6	Em regularização - outros	3	221.904,93	31.12.2015	276.772,94		
152005	600104667.500-1	Em regularização - outros	3	428.133,88	31.12.2015	533.993,87		
152005	600104668.500-7	Em regularização - outros	3	181.710,02	31.12.2015	226.639,47		
152005	600104669.500-2	Em regularização - outros	3	181.710,02	31.12.2015	226.639,47		
152005	600104670.500-8	Em regularização - outros	3	250.362,86	31.12.2015	312.267,35		
152005	600104671.500-3	Em regularização - outros	3	246.423,86	31.12.2015	307.354,40		
Total: 219.328.016,33							0,00	0,00
Fonte: Atualização pelo índice IPCA								

4.2.3.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Não houve no exercício de referência.

4.2.3.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UNIDADE

O INES não tem imóveis funcionais da União sob sua responsabilidade.

Análise crítica: Os bens imóveis relacionados no quadro em tela, de propriedade da União e sob responsabilidade e cadastrados via SPIUNET na UG do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, são controlados pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU/RJ. No âmbito do INES, o gerenciamento do Patrimônio é realizado pelo Serviço de Patrimônio, setor este ligado tecnicamente ao Departamento de Planejamento e Administração – DEPA/INES.

Informo que o Departamento de Planejamento e Administração(DEPA), designou o engenheiro civil Klaus Lennon Ferreira Pontes, matrícula 1219492, para realização dos procedimentos (cálculo da área construída do edifício principal e das oito casas) para fins de regularização dos imóveis do INES. A capacitação do servidor mencionado para a execução dessa tarefa está sendo providenciada por conta do órgão.

Conforme visto no treinamento de capacitação no SPIUNET, feito pela senhora Fátima Vieira Saraiva, os procedimentos para regularização dos imóveis dependem da conclusão dos trabalhos do servidor citado anteriormente. A senhora Fátima enfatizou-me que deveria ser feito levantamento da área construída dos imóveis com laudo técnico assinado pelo profissional responsável para que as reavaliações do ano de 2016 pudessem ser lançadas e, somente desta forma poderíamos dar continuidade na regularização dos referidos imóveis.

Quanto aos imóveis ocupados irregularmente, informamos que os mesmos já se encontram desocupados, e somente outros quatro encontram-se ocupados por servidores ativos.

Informamos ainda que nos anos de 2015 e 2016 não houve mudança no quadro patrimonial do INES.

4.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O INES não tem sob sua responsabilidade bens imóveis locados de terceiros.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

O INES possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), disponível em seu portal na internet, que abrange o triênio 2015-2017. O PDTI-INES tem por objetivo avaliar as situações atuais e futuras da gestão de TI, tendo como parâmetros os objetivos estratégicos da organização. Dessa forma, o documento é o principal instrumento orientador da organização no sentido de direcionar seus investimentos e aquisições de bens e serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação (TIC) de forma a maximizar o cumprimento de seus objetivos estratégicos, permitindo nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo, planejando e elaborando metas e ações para sua implantação. Nos termos do item 1.3 – Alinhamento Estratégico daquele documento, afirma-se que:

um elemento chave para o sucesso do PDTI do INES é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico de TIC e as estratégias de negócio do Instituto. Como não havia um PETI (Planejamento Estratégico de TI), o documento norteador deste trabalho de análise passou a ser o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012-2016, que define os objetivos e perspectivas estratégicas do Instituto. (PDTI-INES 2015-2017)

A Divisão de Informática do INES compõem-se de uma Chefia, por servidor efetivo da Casa, e quatro Setores: Administrativo, Desenvolvimento de Sistemas, Redes e Segurança e Suporte ao Usuário. Ao final de 2017, havia, além da Chefia (um Analista em T.I.), uma Assistente Administrativa; 2 Analistas em T.I. em Desenvolvimento; 2 técnicos em T.I. em Rede e 3 Técnicos em T.I. em Suporte. Existe outra estrutura no INES que contempla a área de T.I. Trata-se do Núcleo de Educação Online (NEO), vinculado à Direção Geral e cuja atribuição é a criação de infraestrutura em T.I. para a efetivação do Curso de Pedagogia Bilíngue a ser conduzido pelo INES para polos de todo o Brasil, conforme estabelecido no Plano Viver sem Limite. No NEO, há 5 Técnicos em T.I., 1 Assistente Administrativo e 3 Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.

A Instituição dispõe hoje de um quantitativo em torno de 500 estações de trabalho, 91 notebooks, 519 tabletes, 19 servidores de rede, sendo 15 em Linux e 04 em Microsoft Windows, 104 SWITCHs, 25 Racks, 02 Roteadores, 02 DIO, 12 prédios interligados por Fibra Óptica, tráfego de dados internamente a 10/100 Mb/s e um link de Internet por Fibra Óptica de 1GB/s de velocidade com a RNP - Rede Rio.

A Divisão de Informática, durante esse período, vem atendendo a toda demanda de trabalho, executando treinamentos, desenvolvendo sistemas, orientando assim um melhor aproveitamento e tornando mais dinâmicos os trabalhos técnicos e pedagógicos.

Com referência aos equipamentos direcionados aos usuários, o INES se encontra em condições bastante aceitáveis no aspecto da atualização de hardware, pois as especificações técnicas da SLTI proporcionaram uma grande melhoria na aquisição de novos equipamentos, pois os padrões mínimos exigidos, sem dúvida, influenciaram na qualidade dos equipamentos adquiridos.

Ressaltamos as informações abaixo prestadas sobre o **processo de desenvolvimento/manutenção** do(s) seguinte(s) sistema(s):

O INES possui servidores de banco de dados concentrados no seu Data Center principal. Segundo dados levantados existem atualmente 55 bases de dados em 04 servidores físicos, isto acontece porque existem servidores de desenvolvimento e produção. A plataforma de banco de dados existente hoje no INES é SQL Server 2000, PostgreSQL e MySQL.

Destacamos ainda como pontos positivos da área de TI em 2017, alguns deles já como realizações de metas estabelecidas no PDTI 2015-2017:

- Suporte ao Congresso do INES (anual).
- Atendimento a maior número de projetos de sistemas de informática.
- Ampliação do alcance da rede sem fio. Houve troca de equipamentos com access points mais novos e eficientes.
- Suporte aos usuários utilizando tecnologia de acesso remoto.
- Substituição de equipamentos antigos.
- Atualização de conteúdos do site do INES.
- Atualização dos servidores de DESENVOLVIMENTO e PRODUCAO
- Atualização do servidor de e-mails, utilizando o software ZIMBRA
- Manutenção preventiva de computadores.
- Instalação de micros e impressoras nos diversos Setores e Departamentos
- Manutenção da página da CPL - Comissão Permanente de Licitação, para a divulgação dos pregões eletrônicos.
- Apoio técnico aos diversos projetos da Instituição
- Suporte Técnico aos Fóruns pontuais do DDHCT
- Manutenção dos Sistemas de apoio ao negócio da instituição.
- Participação no Fórum e cursos da RNP 2017.

- Atualização e expansão gradativa do parque de equipamentos de informática.
- Atualização dos computadores da Sala dos Servidores da DINFO.
- Aquisição de uma nova solução Firewall.
- Atualização gradativa do parque de equipamentos (computadores, notebooks e servidores).
- Aquisição de uma nova solução Zimbra.
- Formalização do Acordo de Cooperação do INES com a REDECOMEP.
- Atualização da versão do software de virtualização VMWARE.

Entre as ações planejadas para o ano de 2018, podemos mencionar:

- Expansão do Link de fibra ótica, através da RNP do projeto da RedeCOMEP.
- Continuidade na Atualização e expansão gradativa do parque de equipamentos de informática.
- Reestruturação do cabeamento lógico de todo o INES.
- Implantação da rede sem fio corporativa.
- Ampliação do número de profissionais da área de desenvolvimento.
- Ampliação do número de profissionais da área de rede.
- Aprovação da política de segurança do Instituto.
- Configuração e otimização de ativos de rede.
- Projeto para controlar a segurança na entrada e saída de pessoas nas dependências do Instituto.
- Reestruturação da infraestrutura da rede lógica, visando melhorar o desempenho e a disponibilidade do serviço.
- Projeto de implantação da nova rede sem fio do INES com cobertura em todos os prédios.
- Continuidade na atualização gradativa do parque de equipamentos (computadores, notebooks e servidores).
- Implantação do Serviço *Outsourcing* de impressão.
- Aquisição de licença para Windows Server para atualização do Active Directory.
- Aquisição de licença para Windows 10, visto que a Microsoft não já retirou o suporte à versão Windows 7, utilizada atualmente na instituição.
- Aquisição de licença para Microsoft Office.
- Manutenção do Acordo de Cooperação do INES com a REDECOMEP.
- Estudo da viabilidade para instalação de um gerador visando suprir eventuais piques ou falta de energia, sem causar interrupção dos nossos servidores.
- Verificar a possibilidade de hospedagem dos serviços de email e do sítio da instituição, simultaneamente no INES e na *cloud* da RNP, possibilitando talvez um plano de contingência na paralisação destes serviços.
- Renovação da licença de Antivírus F-Secure ou abertura de pregão para aquisição de nova solução de Antivírus.
- Reforma na rede elétrica do CPD.
- Instalação de nobreak no CPD.
- Troca dos aparelhos de ar condicionado da sala dos servidores por modelos mais eficientes.

O principal risco a ser enfrentado é o fato de ainda não ter se constituído o Comitê Gestor de T.I. do Instituto, mas haver apenas um Técnico com a responsabilidade pela Gestão de T.I. Entre outras atribuições, o Comitê, que se pretende instituir em 2018, deverá definir um plano de capacitação de servidores na área. Acerca do tema capacitação, apenas um foi realizada em 2017, do Chefe do Setor, mas deve-se ressaltar que a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que fornece o link para o Instituto, disponibiliza, todo ano, vagas em cursos de capacitação para seus parceiros.

4.3.1 Principais sistemas de informações

SISTEMA	DESCRIÇÃO	TECNOLOGIA	SITUAÇÃO
Sítio INESNET – IntraNet do INES	Sítio que disponibiliza as informações e serviços aos usuários da rede interna.	PHP / Wordpress PostgreSQL	Manutenção
GESTOR – Sistema de Gestão do Gabinete	Sistema que gerencia as informações do Gabinete, como: Notícias, Agenda e acompanhamentos gerencial dos demais sistemas.	PHP PostgreSQL	Manutenção
Novo sítio (portal) INES – Atualização do Portal Internet do INES	Novo portal com gerenciador de conteúdo, que se encontra em desenvolvimento.	PHP / Wordpress PostgreSQL	Manutenção
HELPDESK - GLPI	Sistema que controla e gerencia os atendimentos da área de informática.	PHP /GLPI PostgreSQL	Manutenção
SCRH – Sistema de Controle de RH	Sistema de controle do setor de Recursos Humanos e suas demais funções.	PHP MySQL	Manutenção
SAE – Sistema de Administração Escolar	Sistema de controle acadêmico para os alunos até o ensino médio.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SES – Sistema de Entrada e Saída de Alunos	Sistema que controla e gerencia a entrada e a saída dos alunos.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SES Refeitório	Sistema para controle da distribuição de alimentos , e cardápio pelo refeitório e nutricionista.	PHP MySQL	Manutenção
DESU	Sistema de controle acadêmico que atende aos alunos do ensino superior.	PHP PostgreSQL	Manutenção
DESU – Portal do Aluno	Novo sistema de acesso para consultas dos alunos do DESU.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGU – Sistema de Gerenciamento Unificado	Sistema Global para o gerenciamento do departamento administrativo.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGA – Sistema de Gerenciamento de Almoxarifado	Módulo do SGU, que gerencia o setor de almoxarifado com todas as suas funções.	PHP MySQL	Manutenção
SGC – Sistema de Gerenciamento de Compras	Módulo do SGU, que organiza e informatiza as compras para o Instituto.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGL – Sistema de Gerenciamento de Licitações	Módulo do SGU, que controla e informatiza o setor de licitações.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGP – Sistema de Gerenciamento de Patrimônio	Módulo do SGU, que informatiza o setor de patrimônio.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SIDOC – Sistema de Protocolo	Sistema de controle de movimentações de documentos.	Visual Basic 6 SQL Server	Manutenção
Inscrições Vestibular	Sistema de Inscrições no Vestibular	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Pós Graduação	Sistema de Inscrições na pós graduação	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Libras	Sistema de Inscrições no Curso de Libras	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições PROPP	Sistema de Inscrições do Programa de Prática Profissional na Área de Surdes.	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições GINES	Sistema de Inscrições no Gremio Estudantil do Ines	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Intercâmbio CAS	Sistema de inscrições de intercâmbio CAS	PHP	Manutenção

		MySQL	
Inscrições Assessorias Técnicas	Sistema de inscrições de Assessorias Técnicas	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Ines Pais	Sistema de Inscrições no Evento Ines Pais	PHP MySQL	Manutenção
DIESP	Controle de estoque do DIESP	PHP MySQL	Manutenção
GitLab	Sistema de controle de versão	Git / Ruby	Manutenção
SISPAT-ASI	Sistema proprietário do departamento de Patrimônio		Manutenção
SOPHIA	Sistema proprietário da biblioteca		Manutenção
SOPHIA WEB - Biblioteca	Sistema Integrado ao SOPHIA, para consulta ao acervo da Biblioteca. Suporte esporádico para atualizações	PHP	Manutenção
DIEPRO – Sistema de Gestão Administrativa do Departamento	Sistema de controle de encaminhamentos profissionais.	PHP MySQL	Desenvolvimento
NOVO SCRH	Sistema de controle do setor de Recursos Humanos e suas demais funções.		Levantamento
SLP – Sistema de Logística de Publicações	Sistema que controla e informatiza o recebimento e distribuição das publicações.		Levantamento
SCE – Sistema de Controle do Estacionamento	Sistema para controle do estacionamento de veículos do Instituto.		Levantamento
SCL – Sistema de Controle do Curso de Libras	Sistema que controla e gerencia os alunos do curso de LIBRAS.		Levantamento
SPE – Sistema de Prontuário Eletrônico	Módulo do SAE, que controla e informatiza todos os atendimentos feitos aos alunos.		Levantamento
DIMO – Sistema de Controle dos Atendimentos Médico	Sistema de controle de perícias médicas.		Levantamento
DIAU	Sistema da Divisão de Audiologia		Levantamento

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro VI - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela UNIDADE observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x

5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Considerações Gerais:

O Instituto tem concentrado esforços visando garantir a sustentabilidade socioambiental e econômica pela redução de consumo, reciclagem e reutilização de recursos, e tem desenvolvido ações com o objetivo de incentivar a redução de gastos e consumo, principalmente, de água, energia e papel. Com o objetivo de reduzir o consumo de água, e tendo em vista a grande utilização dos banheiros pelos alunos que possuem diversas necessidades especiais, foram adquiridas, em 2016, torneiras com temporizador para evitar desperdício.

Em estudo realizado com o objetivo de diminuir o consumo de energia, foi identificado que devido ao grande tráfego de pessoas no Instituto, não seria vantajoso substituir lâmpadas convencionais por lâmpadas com detector de presença, e que o mais adequado seria a substituição por lâmpadas de Led. Feita a substituição em parte da Instituição, em 2017 concluiu-se a aquisição de 3.000 lâmpadas de led que veem sendo substituídos gradativamente conforme necessidade por motivos de economicidade.

Foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorização para utilização do Sistema Eletrônico de Informações (Sei) e participação no projeto Processo Eletrônico Nacional (Pen), com intuito de diminuir consideravelmente o consumo de papel no Instituto, em dezembro de 2017 fomos informados pelo MPOG que tal autorização não seria mais concedida pelo Ministério e sim pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região, já reiteramos a solicitação de autorização junto ao TRF4 . Além das ações citadas, o Instituto possui coleta seletiva de lixo e parceria para coleta do óleo de cozinha utilizado pela Divisão de Nutrição no preparo da merenda escolar.

Em atendimento à legislação vigente, o descarte de cartuchos de impressoras é feito através de parceria com a empresa Intertoner Comércio de Informática Ltda., para a correta destinação dos mesmos.

O Instituto já tomou ciência da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e está tomando providências para sua adesão.

Para aquisição de materiais e contratação de serviços é utilizado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis, elaborado pela AGU e incluso nos termos de referencia exigências quanto à sustentabilidade ambiental, em observância aos parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012. Ainda não possuímos plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do referido Decreto, mas pretendemos elaborá-lo e submetê-lo à análise e aprovação do Conselho Diretor do Instituto em 2018.

Se hoje já contamos com cestos e contêineres identificados para descarte de resíduos recicláveis, que separamos, ainda se faz necessário providenciar sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, o que igualmente planejamos fazer no próximo exercício.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

A Lei nº 12.527/2011 tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em sintonia com esse dispositivo, o PDI INES 2012-2016 contemplou, como um dos objetivos estratégicos da Instituição, “construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva (...) do bom atendimento ao cidadão; da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas”. Assim, em 2013, foram iniciadas ainda informalmente as atividades de ouvidoria e o gerenciamento da conta do Instituto no na plataforma do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em ambos, como em todo o INES, vêm sendo asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras). Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.

A Ouvidoria Pública do INES foi formalizada por meio da Portaria 195, de 18/4/2017. Por meio dela, o INES recebe e responde – por meio da Direção Geral e dos Departamentos concernentes – consultas, reclamações, sugestões e elogios de alunos, professores, funcionários e do público externo regularmente, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Todo cidadão, seja oriundo este do público interno ou do público externo, pode registrar sua manifestação pelo sistema de ouvidorias do poder executivo <https://sistema.ouvidorias.gov.br> e acompanhar a tramitação da sua demanda, que recebe um código (NUP); pelo endereço eletrônico: ouvidoria@ines.gov.br pelo telefone 2205.6410; atendimento presencial na sala da Ouvidoria, localizada no prédio principal do INES; e por meio de carta pelo endereço Rua das Laranjeiras, 232 – sala da ouvidoria – Prédio Principal – 22240-003 – Laranjeiras – RJ. Em 2017, foram definidos servidores responsáveis, realizadas 6 capacitações, recebida Certificação em Ouvidoria (parceria Enap/OGU), definido espaço e horários devidamente divulgados e disponibilizados mobiliário e computadores. Entre 18/4/2017 e 29/12/2017, foram contabilizadas 73 manifestações no sistema e-Ouv, mais 18 atendimentos gerais. Desses 91 casos, 59 referiam-se a solicitações, 24 a reclamações, 7 a elogios e 1 a sugestão. Prevaleceu o acesso via e-mail (38), seguido de e-Ouv (26) e presencial (21), telefone (2) e carta (4). Quase metade das demandas foi da comunidade externa (45). Os temas recorrentes foram Recursos Humanos (20), Acessibilidade (10) e Libras (10).

Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas e também possibilitar o recebimento de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, o INES conta com servidor responsável e espaço definido, ao lado da Ouvidoria INES; e-mail: sic@ines.gov.br e telefone 2205-6410 ou 2285-7692. Os pedidos chegam geralmente via sistema, e são disponibilizados link e informações básicas no portal do INES na Internet. Em 2017, houve 39 atendimentos, com 92,31% respondidos e 7,69 tramitando fora do prazo. Os temas que tiveram o maior número de questões respondidas foram: Governo e Política – Administração Pública (concursos, gestão de recursos humanos), com 29 perguntas (74,6% do total), a maior parte com acesso concedido (21) ou parcialmente concedido (6). Houve prevalência de solicitantes do Rio de Janeiro (36%) seguido de São Paulo (12%) e, depois, Paraíba, Minas Gerais e Santa Catarina (8% cada). Em termos de gênero, houve certo equilíbrio (52% de homens e 48% de mulheres), mas chamou a atenção o fato de a maioria (72%) dos solicitantes apresentar alto nível de escolaridade (graduação, mestrado, doutorado).

A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil – criada em 2013, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, A TV INES avançou na democratização da informação e do entretenimento acessível: assegurou grade de programação 24 horas; passou a ter o seu sinal retransmitido por satélite para Centros de Apoios aos Surdos em todo o Brasil; passou a utilizar o YouTube como plataforma de acesso por internautas e alcançou transmissão ao vivo de seu sinal pela internet. Em 2017, de forma a tornar a informação ainda mais acessível à comunidade surda, a TV INES desenvolveu e disponibilizou o aplicativo do Primeira Mão, primeiro telejornal no Brasil integralmente em Libras e Português, criado no ano anterior. O programa é feito semanalmente com as principais notícias do Brasil e do mundo e conta com a parceria do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e da Rede TV, que oferecem o conteúdo jornalístico.

O sítio eletrônico do INES, acessível para pessoas surdas (vídeos em Libras) e para pessoas com deficiência visual (sintetizador de voz), disponibiliza, além das informações acerca do Instituto, seus serviços, produtos e eventos e modos de acessá-los, os telefones e e-mails de contato dos responsáveis de cada setor, bem como um mapa de localização do INES. Toda a linha editorial do INES (periódicos, publicações em português e vídeos em Libras) está disponibilizada no portal do Instituto.

A imprensa em geral (TV, rádio, jornais e veículos online, além de assessorias de comunicação e produtores culturais) é atendida por Jornalista concursada, com bom domínio da Libras e Mestre em Comunicação, que colabora no aperfeiçoamento do sítio eletrônico do INES para torná-lo mais eficaz e amigável no atendimento ao cidadão.

No sítio eletrônico foram incluídas, em 2016, uma área de informações sobre o Núcleo de Educação Online e uma área com informações sobre os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), ambas com links acessíveis pelo menu principal da página inicial e vasto conteúdo informativo, em língua portuguesa e em libras por meio de vídeos.

Seguindo a tendência de outras instituições públicas de se tornarem presentes e acessíveis também no âmbito das mídias digitais e das tecnologias de informação atuais, em 2015 foi criada uma página oficial do INES na rede social Facebook, a fim de intensificar a comunicação da instituição com os públicos interessados e reforçar a divulgação de eventos, ações e atividades do INES e/ou de interesse da comunidade surda. A página é atualizada constantemente pela Jornalista, que também registra e responde a comentários com dúvidas cujo teor seja diretamente relacionado à atuação do INES. O link para a página está disponível no sítio eletrônico do INES, que alimenta o conteúdo compartilhado na rede social.

Além da página do Facebook e do próprio sítio eletrônico, que são constantemente abastecidos de notícias sobre a instituição, constituem veículos de informação a página da intranet, acessada apenas pela rede interna de computadores do INES, e os murais e quadros de avisos espalhados fisicamente pelo instituto.

No sítio do INES, em 2017, estavam disponibilizados links para os seguintes aplicativos de acessibilidade aos cidadãos:

- Dicionário de Libras Online;
- Repositório Huet – que abriga conteúdos digitalizados relacionados à educação de surdos;
- Biblioteca, com link para busca no acervo online;
- Link para o sítio < www.deficienteonline.com.br >, com oportunidades de emprego;
- Link para vídeo sobre educação de trânsito para surdos, no sítio do DETRAN-RJ;
- Link para o Guia de Aplicativos do Governo Federal, em <http://www.aplicativos.gov.br/> ;
- Suíte Vlibras, tradutor de conteúdo digital para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para viabilizar o acesso de pessoas surdas aos conteúdos de computadores, dispositivos móveis e plataformas *web*;
- App TV INES, para acesso à programação da TV INES em smartphones (Android e Apple iPhone);
- Hand Talk, ferramenta para dispositivos móveis que faz uso de um personagem para converter textos, imagens e áudio para Libras;
- Uni-Libras, dicionário com índice em Libras que permite ao usuário encontrar sinais por meio de vídeos, fotos e palavras. O aplicativo também oferece opções de busca (em Libras ou português) na internet, vídeos com intérprete e download de conteúdos;
- Sintetizador de Voz NVDA, leitor de ecrã, livre e de código aberto, para o sistema operativo Microsoft Windows. As informações do programa são fornecidas através de voz sintética e/ou Braille e permitem, às pessoas com deficiência visual, em igualdade de custos com os restantes indivíduos, aceder ao computador, que está a executar o Windows.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Embora o INES ainda não tenha formalizado a Carta de Serviços ao Cidadão – que será elaborada e publicada em 2017 – em consonância com o disposto no artigo 4º do Decreto 6.932/2009, as informações claras, precisas e acessíveis (textos em português, vídeos em Libras para alcançar o cidadão surdo usuário da língua de sinais, sintetizador de voz disponível para alcançar o cidadão com deficiência visual e indicação de telefones e e-mail de todos os setores e mapa de localização do INES) relativas aos seguintes serviços/ produtos/ eventos estão disponíveis em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < www.ines.gov.br >:

- Atendimentos clínicos: avaliação audiológica de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, sempre gratuitos e abertos à comunidade, com indicação da sistemática e telefones para agendamento;
- Ensino público gratuito:
 - Educação Básica: no Colégio de Aplicação do INES (incluindo descrição das etapas ministradas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio –; dos atendimentos específicos a alunos surdos com múltiplas deficiências e demais serviços, como a qualificação para o trabalho e o encaminhamento ao emprego) – estão informados telefones, dias e horários de atendimento;
 - Educação Superior: curso de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue. Estão disponíveis os editais de seleção (em português e em Libras), bem como informações relativas a: infraestrutura existente; recursos de acessibilidade e atendimento prioritário; mecanismos de participação da comunidade acadêmica (colegiado, centro acadêmico); laboratórios e biblioteca (incluindo catálogo online, mapa de localização e contatos telefônicos e via e-mail);
- Cooperação técnica com Estados e Municípios brasileiros: abrange seminários e assessorias técnicas: estão disponíveis as áreas de conhecimento atendidas, a duração de cada atividade, os requisitos materiais e tecnológicos, as normas, formulários, contatos, etc.
- Produtos: publicações impressas, CDs e DVDs produzidos pelo Instituto e encaminhados gratuitamente a instituições de ensino e pesquisa, bibliotecas, etc. Estão descritos: a forma de solicitação; a pessoa responsável; os telefones e o e-mail de contato. Deve ser realçado que em 2016 todos os periódicos técnicos e científicos do Instituto foram disponibilizados no portal do INES, assim como a coleção videográfica Educação de Surdos, em 10 volumes.
- Eventos: seminários, congressos, fóruns, encontros realizados pelo INES, são sempre noticiados em português e em Libras;
- “Trabalhe conosco”: o cidadão interessado em trabalhar no INES encontrará sempre em formato acessível as informações relativas a concursos públicos, bem como as informações que lhe permitam conhecer o Instituto: história; estrutura e organograma; regimento interno; plano de desenvolvimento institucional; projeto político-pedagógico, etc.
- Acessibilidade: Arquivos de legislação, aplicativos úteis, descrição das medidas adotadas no espaço do Instituto, incluindo atendimento prioritário.
- Acesso à Informação: arquivos e links sobre ações e programas; convênios; despesas; licitações e contratos; servidores; Lei de Acesso à Informação; informações classificadas; relatório de gestão; ouvidoria; e-SIC; detalhamento diário de despesas.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Em 2018, o INES deverá formalizar instrumentos globais que lhe permitam avaliar sistematicamente a satisfação de usuários com seus produtos, serviços e eventos. Não obstante, o Instituto já adota mecanismos para medir a satisfação de cidadãos-usuários. Temos os seguintes exemplos desses mecanismos:

- Formulários de avaliação por parte do participante são encartados no material fornecido em cada evento realizado pelo INES em todo o Brasil há pelo menos 10 anos: seminários, assessorias técnicas, fóruns, encontros de pais, congresso internacional, etc. Os resultados são tabulados e informados em relatórios setoriais, e tomados como subsídios para decisões futuras;
- A Comissão Própria de Avaliação – CPA – prevista na Lei 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – aplica regularmente, desde 2008, questionários de avaliação dos serviços educacionais ofertados pelo INES, respondidos por alunos surdos e ouvintes de graduação e pós-graduação, abarcando qualidade das aulas, relacionamento com professores e demais servidores, infraestrutura existente, etc. Os resultados desses questionários são tabulados e analisados, e compõem documento encaminhado ao MEC em processos de credenciamento, recredenciamento e reconhecimento de curso, nos termos da legislação vigente;
- Os Professores do Curso de Libras aberto à comunidade já coletam subsídios a suas atividades por meio de avaliações respondidas por seus alunos acerca de seu trabalho. A partir de 2015, o mesmo será feito também por docentes do Colégio de Aplicação do INES;
- A TV INES, web TV bilíngue – Libras e Português – mantida pelo Instituto, também fundamenta suas definições de programação a partir do nível de satisfação dos cidadãos-teleespectadores, de maneira direta (mensagem) ou indireta (contagem de visualizações, acessos, streaming, etc.).
- O departamento de Ensino Superior fez com que o curso de pós-graduação lato sensu *Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção* disponibilizasse formulários online para que os alunos avaliassem a condução das disciplinas. Os resultados formam tabulados e encaminhados aos docentes de cada disciplina.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O INES disponibiliza, em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < www.ines.gov.br > e de modo acessível para pessoas surdas, com deficiência auditiva e com deficiência visual, informações relativas a sua atuação consideradas relevantes e úteis ao cidadão que busca, com razão, uma gestão pública transparente. São elas:

- Regimento Interno;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Projeto do Curso de Graduação;
- Editais dos processos seletivos do curso de Graduação;
- Projeto Político-Pedagógico do Colégio de Aplicação;
- História do Instituto;
- Relatórios de Gestão;
- Link para o portal Transparência Pública, do Governo Federal, para informações acerca de licitações, despesas e convênios;
- Link para o Portal da Transparência, do Governo Federal, onde é possível acessar informações sobre servidores;
- Editais de concursos públicos em formato acessível;
- Legislação concernente aos direitos das pessoas surdas;

- Contato para imprensa, com jornalista concursada e credenciada;
- Contato para agendamento de visita técnica guiada ao Instituto;
- Legislação concernente ao direito de acesso à informação;
- Agenda do Diretor Geral, com as atividades programadas para os próximos dias.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Com respeito à acessibilidade por parte de cidadãos surdos ou com deficiência auditiva, nos termos da Lei 10.098, de 2000, do Decreto 5.296, de 2004 e normas ABNT, o INES dispõe de:

- servidores capacitados para realizar atendimento em português oral ou em língua de sinais à pessoa surda que integre a comunidade do INES (alunos, professores, técnicos-administrativos, pais) e à pessoa surda ou com deficiência auditiva que procure o Instituto;
- professores da Educação Básica e da Educação Superior concursados e conhecedores das particularidades linguísticas relacionadas à surdez e à deficiência auditiva, inclusive no tocante à avaliação de conhecimentos a partir da produção escrita do aluno surdo, e todos com curso de Libras concluído ou em andamento;
- garantia da atuação de qualificados e concursados Tradutores e Intérpretes de Libras em todas as atividades pedagógicas – ensino, pesquisa e extensão –, administrativas, artístico-culturais e científicas no âmbito da Educação Básica, da Educação Superior e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, alguns deles habilitados a atuar também como guias-intérpretes para acessibilidade de pessoas surdocegas;
- garantia de registro em vídeo de trabalhos para avaliação de aproveitamento em disciplinas e monografias (trabalhos de conclusão de curso) apresentadas em Língua de Sinais, com apoio de Tradutores e Intérpretes de Libras e orientações registradas em um Manual da Monografia em Libras, criado em 2015 e operacionalizado em 2016;
- inserção da Libras como disciplina no Ensino Fundamental e também no curso de graduação em Pedagogia;
- adoção de práticas da Pedagogia Visual reivindicadas pelo movimento social surdo e por pesquisadores para promover a acessibilidade linguística do aluno surdo;
- contratação de solução tecnológica (central de intermediação) para tradução e interpretação em Libras por meio da atuação de profissionais e de equipamento de videoconferência, que substitui com vantagem o telefone adaptado;
- manutenção de um sítio eletrônico totalmente acessível para cidadãos surdos e com deficiência auditiva, em que os conteúdos relevantes a esses segmentos (apresentação do Instituto, História, Regimento Interno, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto político-Pedagógico, etc.) são apresentados em texto e em vídeo (Libras);
- disponibilização de dicionário virtual de Libras no sítio eletrônico do Instituto;
- produção e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos, destinados a promover a acessibilidade a conteúdos pedagógicos e outros nas práticas pedagógicas do próprio Instituto e encaminhados gratuitamente aos sistemas de ensino de todo o Brasil;
- divulgação da produção científica recente em educação de surdos em evento internacional de periodicidade anual, em que é assegurada interpretação para a língua brasileira de sinais;
- concepção e desenvolvimento de uma web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – que estende seu alcance à rede mundial de computadores, a tablets, celulares, smartphones e TVs digitais e que é apresentada prioritariamente em Língua de Sinais

(mas também com a sonorização cabível e legenda), levando informação, cultura e entretenimento ao cidadão surdo ou com deficiência auditiva;

- sinalização luminosa em elevador para indicação a essas pessoas;
- produção de conteúdos e mídias específicos em estúdio próprio (Laboratório de Novas Tecnologias) para viabilizar a acessibilidade linguística de alunos: resenhas, resumos, apresentações, palestras, etc., gravados em vídeo por pessoas surdas ou Tradutores e Intérpretes de Libras;
- construção, com base em estudos e pesquisas, de glossário de termos acadêmicos em núcleo de pesquisa com participação de profissionais surdos, Tradutores e Intérpretes de Libras, linguistas, professores do ensino superior e do CAP INES, etc. – projeto Manuário – Dicionário Acadêmico Bilíngue Libras/Português;
- criação do Portal de Periódicos do INES, na [plataforma Open Journal Systems](#), para disponibilização de periódicos técnicos e científicos do Instituto.

No tocante à acessibilidade por parte de cidadãos com deficiência visual ou com deficiência física e mobilidade reduzida, com base na aludida legislação, o INES contempla, para o período de vigência do PDI:

- assento de uso preferencial sinalizado nos auditórios do Instituto;
- elevador adaptado para acesso a palco, coxias e camarins no auditório do Instituto;
- pessoal capacitado para atender pessoas com deficiência visual;
- reserva de vagas sinalizadas no estacionamento da instituição, próximas ao prédio principal e ao prédio do Ensino Superior, para veículos que transportem pessoas com deficiência;
- disponibilização de área especial para embarque e desembarque dessas pessoas;
- atuação assegurada de Guia-Intérprete para pessoas surdocegas, uma vez que há Tradutores e Intérpretes de Libras concursados na Instituição que possuem qualificação para essa função;
- autorização para entrada de cão-guia para deficientes visuais;
- docentes que fizeram cursos nas áreas da deficiência visual e da surdocegueira, considerando que crianças surdocegas são atendidas no Instituto;
- existência de veículo leve movido a energia elétrica que serve para transporte na área do INES de pessoas com deficiência visual, física ou com mobilidade reduzida ou alunos surdos com múltiplas deficiências;
- participação de pessoas cegas e surdocegas em eventos do INES, sendo assegurada a atuação de guias-intérpretes quando demandado;
- garantia, para candidatos com deficiência visual, de prova ampliada e leitor no processo seletivo ao Curso Bilíngue de Pedagogia do INES;
- indicação sonora e em Braille dos andares no elevador do prédio da Educação Superior do INES.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Base conceitual das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10)14; as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI15, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As demonstrações contábeis apresentadas neste item foram extraídas do SiafiWeb, pela transação “DEMONSTRATIVOS”, da Unidade Gestora 152005.

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial: origem (DVP x BP);
- II. Orçamentário: origem (BO); e
- III. Financeiro: origem (BF e DFC).

(a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o INES e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o INES, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo

Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias¹⁶ ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Os demonstrativos serão apresentados na seguinte sequência, acompanhados das respectivas revisões analíticas:

- a)* Balanço Orçamentário + Restos a Pagar;
- b)* Balanço Financeiro;
- c)* Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- d)* Balanço Patrimonial;
- f)* Demonstração das Variações Patrimoniais.

6.2 Demonstrações Contábeis: Revisão Analítica e Notas Explicativas

A análise dos dados de cada demonstrativo foi feita com base no instrumento da “Revisão Analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes em função da materialidade e/ou da importância do item ou conta contábil nesta Unidade Gestora (UG), por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

6.3 Balanço Orçamentário e Restos a pagar:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-RJ
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	DEZ (Encerrado)
EMISSION	09/03/2018

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	138.728.425,98	138.728.425,98
TOTAL	-	-	138.728.425,98	138.728.425,98
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

Fonte: Siafi, 2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-RJ
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	DEZ(Encerrado)
EMISSION	09/03/2018

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2017
DESPESAS	135.045.489,00	147.104.715,00	137.434.737,86	129.789.728,91	129.789.728,91	9.669.977,14	7.645.008,95
Pessoal e	98.304.417,00	110.332.037,00	109.592.793,58	109.592.793,58	109.592.793,58	739.243,42	0,00
Juros e Encargos	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	36.741.072,00	36.772.678,00	27.841.944,28	20.196.935,33	20.196.935,33	8.930.733,72	7.645.008,95
DESPESAS DE	2.725.000,00	2.725.000,00	1.293.688,12	191.773,65	191.773,65	1.431.311,88	1.101.914,47
Investimentos	2.725.000,00	2.725.000,00	1.293.688,12	191.773,65	191.773,65	1.431.311,88	1.101.914,47
Inversões	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS	137.770.489,00	149.829.715,00	138.728.425,98	129.981.502,56	129.981.502,56	11.101.289,02	8.746.923,42
AMORTIZAÇÃO DA	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM	137.770.489,00	149.829.715,00	138.728.425,98	129.981.502,56	129.981.502,56	11.101.289,02	8.746.923,42
TOTAL	137.770.489,00	149.829.715,00	138.728.425,98	129.981.502,56	129.981.502,56	11.101.289,02	8.746.923,42

Fonte: Siafi, 2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-RJ
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	DEZ(Encerrado)
EMISSION	09/03/2018

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2017
DESPESAS CORRENTES	135.045.489,00	147.104.715,00	137.434.737,86	129.789.728,91	129.789.728,91	9.669.977,14	7.645.008,95
Pessoal e Encargos Sociais	98.304.417,00	110.332.037,00	109.592.793,58	109.592.793,58	109.592.793,58	739.243,42	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36.741.072,00	36.772.678,00	27.841.944,28	20.196.935,33	20.196.935,33	8.930.733,72	7.645.008,95
DESPESAS DE CAPITAL	2.725.000,00	2.725.000,00	1.293.688,12	191.773,65	191.773,65	1.431.311,88	1.101.914,47
Investimentos	2.725.000,00	2.725.000,00	1.293.688,12	191.773,65	191.773,65	1.431.311,88	1.101.914,47
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	137.770.489,00	149.829.715,00	138.728.425,98	129.981.502,56	129.981.502,56	11.101.289,02	8.746.923,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	137.770.489,00	149.829.715,00	138.728.425,98	129.981.502,56	129.981.502,56	11.101.289,02	8.746.923,42
TOTAL	137.770.489,00	149.829.715,00	138.728.425,98	129.981.502,56	129.981.502,56	11.101.289,02	8.746.923,42

Fonte: Siafi, 2017

Notas explicativas ao Balanço Orçamentário

Neste item serão apresentadas as notas explicativas ao balanço orçamentário e aos restos a pagar:

Receitas orçamentárias

No exercício de 2017, não houve receitas realizadas (arrecadadas), gerando um déficit orçamentário de R\$ 138.728.425,98 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos). Face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG/UPC” os créditos orçamentários movimentados (recebidos) por qualquer órgão não são mais demonstrados nesse demonstrativo.

Despesas orçamentárias

É aquela que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de [crédito orçamentário](#) que a corresponda suficientemente.

Analisando a tabela 1 abaixo que apresenta as despesas orçamentárias por categoria econômica, verifica-se que do total da dotação atualizada para o exercício de 2017, 92,59% das despesas foram empenhas, sendo que a maior parte destas 93,43% são despesas correntes (despesas utilizadas para o custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública).

Tabela 1 – Despesas por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%Execução
Despesas Correntes	147.104.715,00	137.434.737,86	93,43%
Despesa de Capital	2.725.000,00	1.293.688,12	47,47%
Total das despesas:	149.829.715,00	138.728.425,98	92,59%

Fonte: Siafi, 2017

De acordo com a tabela 2 abaixo, as despesas correntes e de capital executadas são apresentadas por grupo de despesa. Analisando o grupo de despesas correntes, verificou-se que o grupo de despesas que teve o maior valor executado foi o de Pessoal e Encargos sociais no percentual de 99,33%, sendo este grupo também o que apresenta o maior percentual de composição, chegando a um percentual de 74,50% das dotações para despesas correntes, ficando bem acima da participação do grupo de despesas “Outras Despesas Correntes” que teve o percentual de 75,71% das despesas executadas com composição de 18,93% das dotações.

Nas despesas de capital houve apenas a participação do grupo de despesas “investimentos” que fez a execução de 47,47% da dotação atualizada, sendo que também manteve este percentual quando se compara com a composição total deste grupo de despesas.

Tabela 2 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo de despesas

GRUPO DESPESA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%Desp. EMP./ DOT atual	COMPOSIÇÃO: (EMP)/(DOT)
DESPESAS CORRENTES	147.104.715,00	137.434.737,86	93,43%	93,43%
Pessoal e Encargos Sociais	110.332.037,00	109.592.793,58	99,33%	74,50%
Juros e Encargos da Dívida	-	-		
Outras Despesas Correntes	36.772.678,00	27.841.944,28	75,71%	18,93%
DESPESAS DE CAPITAL	2.725.000,00	1.293.688,12	47,47%	47,47%
Investimentos	2.725.000,00	1.293.688,12	47,47%	47,47%
Inversões Financeiras	-	-		
Amortização da Dívida	-	-		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-		
RESERVA DO RPPS	-	-		
SUBTOTAL DAS DESPESAS	149.829.715,00	138.728.425,98	92,59%	92,59%

Fonte: Siafi, 2017

Restos a pagar

Para a elaboração da nota explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, referente ao orçamento consignado na LOA, computando-se também os créditos orçamentários recebidos de outros órgãos para execução de determinados programas governamentais.

No encerramento do exercício financeiro de 2016 a inscrição e reinscrição de restos a pagar não processados (RPNP) totalizaram o valor de R\$ 15.442.337,79, sendo destes, R\$ 10.724.465,39 foram liquidados (executados) durante o exercício de 2017, totalizando um percentual de 71,51% dessas despesas. O saldo remanescente de R\$ 4.272.465,39 foi reinscrito para o ano de 2018.

Tabela 3 – Restos a pagar Inscritos e Reinscritos em 2016 e 2017

Restos a pagar inscritos e reinscritos em 2016 e 2017			
RPNP inscritos e reinscritos	2017	2016	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	14.662.301,82	10.893.186,45	34,60%
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	780.035,97	1.597.183,88	-51,16%
TOTAL:	15.442.337,79	12.490.370,33	23,63%

Fonte: Siafi, 2017

Na tabela acima demonstra a evolução dos restos a pagar inscritos e reinscritos em 2016 e 2017: No exercício de 2016 houve uma inscrição e reinscrição de restos a pagar que totalizaram R\$ 12.490.370,33.

Observando a evolução do saldo da conta restos a pagar inscritos e reinscritos no exercício de 2017 foi verificado que esta conta fechou o ano com R\$ 15.442.337,79, com um crescimento de 23,63% em comparação com 2016. Este aumento foi alavancado pelo crescimento de 34,60% dos RPNP inscritos em 31 de dezembro de 2016, mesmo com o decréscimo de 51,16% da conta dos RPNP inscritos em outros anos.

A tabela abaixo demonstra a execução dos restos a pagar não processados por grupo de despesas:

Tabela 4 – Execução de RPNP em 2017 por Grupo de Despesa

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RPNP EM 2017 - POR NATUREZA DE DESPESA (Exercícios Anteriores à 2017)						
RPNP por grupo de Despesa	(1)	(2)	(3)	(4)	SALDO Remanescente	(5)=(4)/(3)
	Total Inscrições de RPNP	CANCELADOS	Total de Inscrições de RPNP (-) Cancelados	Liquidados		% Executados
DESPESAS CORRENTES	11.747.806,65	433.233,24	11.314.573,41	7.346.548,42	3.968.024,99	64,93%
Pessoal e Encargos						
Juros e Encargos da						
Outras Despesas	11.747.806,65	433.233,24	11.314.573,41	7.346.548,42	3.968.024,99	64,93%
DESPESAS DE CAPITAL	3.694.531,14	12.588,65	3.681.942,49	3.377.916,97	304.025,52	91,74%
Investimentos	3.694.531,14	12.588,65	3.681.942,49	3.377.916,97	304.025,52	91,74%
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL:	15.442.337,79	445.821,89	14.996.515,90	10.724.465,39	4.272.050,51	71,51%

Fonte: Siafi, 2017

Detalhando-se os restos a pagar não processados (RPNP) reinscritos referentes a exercícios anteriores a 2017 por credor, verificou-se que a Empresa MS TECH que está implantando um software para implantação do módulo do curso de libras em EAD é responsável pelo maior valor inscrito, totalizando R\$ 3.819.255,80, o que representa 89,40% do valor total inscrito. Este contrato está sendo executado por etapas. Conforme tabela 4 abaixo:

Tabela 5 – RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores a 2017 – por CREDOR

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
inscritos em EXERCÍCIOS ANTERIORES a 2017 por CREDOR		
CREDOR	VALOR (R\$)	AV
HALBATROZ 470 SERVICOS TEC.DE CONSTRUCAO LTDA	304.025,52	7,12%
DILAROCÉ CONSULTORIA PROJETOS E TREIN. EIREL	28.886,25	0,68%
CTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME	38.516,94	0,90%
GLOBALPRINT EDITORA GRAFICA LTDA - EPP	3.370,00	0,08%
MSTECH EDUCACAO E TECNOLOGIA EIRELI	3.819.255,80	89,40%
MCT RIBEIRO EVENTOS EIRELI - ME	77.996,00	1,83%
TOTAL:	4.272.050,51	100,00%

Fonte: Siafi, 2017

No encerramento do exercício financeiro de 2017 a inscrição de restos a pagar não processados (RPNP) totalizou o valor de R\$ 8.746.923,42, destas despesas, 87,40% são referentes a despesas correntes, que totalizaram o valor de R\$ 7.645.008,95, e também, 12,60% são referentes a despesas de capital, que totalizaram o valor de R\$ 1.101.914,47. Conforme tabela 5 abaixo:

Tabela 6–RPNP inscritos em 31/12/2017 por Grupo de Despesa

RPNP por grupo de Despesa	RPNP Inscritos em 31/12/2017	AV
DESPESAS CORRENTES	7.645.008,95	87,40%
Pessoal e Encargos Sociais		
Juros e Encargos da Dívida		
Outras Despesas Correntes	7.645.008,95	87,40%
DESPESAS DE CAPITAL	1.101.914,47	12,60%
Investimentos	1.101.914,47	12,60%
Inversões Financeiras		
Amortização da Dívida		
TOTAL:	8.746.923,42	100,00%

Fonte: Siafi, 2017

Detalhando-se os restos a pagar não processados (RPNP) inscritos em 31/12/2017 por credor, verificou-se que a Empresa Roquete Pinto é responsável pelo maior valor inscrito, totalizando R\$ 5.936.445,75, o que representa 67,87% do valor total inscrito como RPNP. Devido ao valor substancial deste contrato, empenhou-se o valor total após sua renovação anual que acaba ultrapassando o exercício financeiro. Os demais valores inscritos são referentes a serviços prestados até dez/2017, e não liquidados, ao qual, após o término do exercício passaram como restos a pagar em 2018. Conforme tabela 6 abaixo:

Tabela 7 – RPNP Inscritos em 31/12/2017 – por CREDOR

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS inscritos em 31/12/2017 por CREDOR		
CREDOR	VALOR (R\$)	AV
SM PRODUÇÕES LTDA - EPP	126.247,55	1,44%
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA -SESI	158.615,82	1,81%
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUC. ROQUETTE PINTO	5.936.445,75	67,87%
TL PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA - ME	206.250,00	2,36%
EQUIPE CHANNEL PRODUÇÕES E EVENTOS NAC. E INTER	129.700,00	1,48%
MALUTEC INFORMÁTICA EIRELI - EPP	303.450,00	3,47%
MSTECH EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI	200.000,00	2,29%
HABTO OBJETOS LTDA	100.368,00	1,15%
2R DATATEL TELEINFORMÁTICA LTDA	565.692,00	6,47%
OUTROS	1.020.154,30	11,66%
TOTAL:	8.746.923,42	100,00%

Fonte: Siafi, 2017

Balço Financeiro:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS PERÍODO DEZ(Encerrado)
SUBTÍTULO 152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE EMISSÃO 09/03/2018
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2017

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS					ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS				
	2017	AV 17	2016	AV 16	AH		2017	AV 17	2016	AV 16	AH
Receitas Orçamentárias						Despesas Orçamentárias	138.728.425,98		133.442.923,55		0,04
Ordinárias						Ordinárias	67.670.037,19		54.428.503,53		0,24
Vinculadas						Vinculadas	71.058.388,79		79.014.420,02		-0,10
(-) Deduções da Receita Orçamentária						Educação	71.025.532,79		68.260.808,06		0,04
						Seguridade Social (Exceto RGPS)	32.856,00		10.752.640,00		-1,00
						Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			971,96		
Transferências Financeiras Recebidas	149.496.654,95		129.016.091,00		0,16	Transferências Financeiras Concedidas	720.027,31		446.915,32		0,61
Resultantes da Execução Orçamentária	133.349.482,68		118.936.933,08		0,12	Resultantes da Execução Orçamentária	474.977,77		4.768,56		98,61
Repasso Recebido	51.679,32		29.111,96		0,78	Repasso Concedido	474.977,77		4.768,56		98,61
Sub-repasso Recebido	133.297.803,36		118.907.821,12		0,12	Independentes da Execução Orçamentária	245.049,54		442.146,76		-0,45
Independentes da Execução Orçamentária	16.147.172,27		10.079.157,92		0,60	Transferências Concedidas para Pagamento de RP			191,45		
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	15.777.083,61		9.807.581,53		0,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	245.049,54		441.955,31		-0,45
Movimentação de Saldos Patrimoniais	370.088,66		271.576,39		0,36	Aporte ao RPPS	-		-		
Aporte ao RPPS	-		-			Aporte ao RGPS	-		-		
Aporte ao RGPS	-		-								
Recebimentos Extraorçamentários	8.994.143,09		15.371.340,81		-0,41	Despesas Extraorçamentárias	10.852.501,34		10.375.508,50		0,05
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-		65,82			Pagamento dos Restos a Pagar Processados	125.865,82		-		
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.746.923,42		14.662.301,82		-0,40	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.724.465,39		10.108.490,64		0,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.170,13		267.017,86		-0,99	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.170,13		267.017,86		-0,99
Outros Recebimentos Extraorçamentários	245.049,54		441.955,31		-0,45	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-		-		
Arrecadação de Outra Unidade	245.049,54		441.955,31		-0,45						
Saldo do Exercício Anterior	876.496,25		754.411,81		0,16	Saldo para o Exercício Seguinte	9.066.339,66		876.496,25		9,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	876.496,25		754.411,81		0,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.066.339,66		876.496,25		9,34
TOTAL	159.367.294,29		145.141.843,62		0,10	TOTAL	159.367.294,29		145.141.843,62		0,10

Fonte: Siafi, 2017

Notas explicativas ao Balço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/1964, **in verbis**: “O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados como saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”.

Também seguindo um entendimento parecido a NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 e alterada pela Resolução CFC nº 1.268/2009, versa que o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados como saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A tabela abaixo demonstra os ingressos recebidos durante o ano de 2017 que totalizaram um valor de R\$ 159.367.294,29. Comparando com o valor recebido no ano anterior houve um aumento substancial de 10%. Dos valores orçamentários recebidos, o que mais se destaca por seu volume é o item “Sub-repasse Recebido” no valor de R\$ 133.349.482,68 que são transferências de recursos financeiros realizados pelas UGE dos Órgãos Setoriais.

Nos ingressos extraorçamentários o destaque é a Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 8.994.143,09 que houve um decréscimo de 40% em relação ao ano anterior.

Tabela 8 – Composição dos Ingressos de 2017:

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH
Transferências Financeiras Recebidas	149.496.654,95	129.016.091,00	16%
Resultantes da Execução Orçamentária	133.349.482,68	118.936.933,08	12%
Sub-repasse Recebido	133.297.803,36	118.907.821,12	12%
Independentes da Execução Orçamentária	16.147.172,27	10.079.157,92	60%
Transferências Recebidas para Pagamento de	15.777.083,61	9.807.581,53	61%
Recebimentos Extraorçamentários	8.994.143,09	15.371.340,81	-41%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.746.923,42	14.662.301,82	-40%
Saldo do Exercício Anterior	876.496,25	754.411,81	16%
Caixa e Equivalentes de Caixa	876.496,25	754.411,81	16%
TOTAL	159.367.294,29	145.141.843,62	10%

Fonte: Siafi, 2017

No grupo dos dispêndios o item que teve a maior variação foi “repasse concedido” no valor de R\$ 474.977,77 variando em mais de 100%, ocasionado por transferências de valores para as Universidades que servirão de polo de apoio para o curso EAD de Libras.

Tabela 9 – Composição dos Dispêndios de

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH
Despesas Orçamentárias	138.728.425,98	133.442.923,55	0,04
Ordinárias	67.670.037,19	54.428.503,53	0,24
Vinculadas	71.058.388,79	79.014.420,02	-0,10
Transferências Financeiras Concedidas	720.027,31	446.915,32	0,61
Resultantes da Execução Orçamentária	474.977,77	4.768,56	98,61
Repasse Concedido	474.977,77	4.768,56	98,61
Independentes da Execução Orçamentária	245.049,54	442.146,76	-0,45
Despesas Extraorçamentárias	10.852.501,34	10.375.508,50	0,05
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.724.465,39	10.108.490,64	0,06
Saldo para o Exercício Seguinte	9.066.339,66	876.496,25	9,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.066.339,66	876.496,25	9,34
2017: TOTAL	159.367.294,29	145.141.843,62	0,10

Fonte: Siafi, 2017

Resultado Financeiro

No ano de 2017 o resultado financeiro foi nulo, visto que, tanto os valores dos ingressos quanto dos dispêndios, fecharam o ano em R\$ 159.367.294,29.

Demonstração dos Fluxos de Caixa:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -
TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-RJ
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 09/03/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016	Análise Horizontal
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	11.759.534,03	3.809.944,40	2,09
INGRESSOS	149.743.874,62	129.725.064,17	0,15
Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos das Operações	149.743.874,62	129.725.064,17	0,15
Ingressos Extraorçamentários	2.170,13	267.017,86	-0,99
Transferências Financeiras Recebidas	149.496.654,95	129.016.091,00	0,16
Arrecadação de Outra Unidade	245.049,54	441.955,31	-0,45
DESEMBOLSOS	-137.984.340,59	-125.915.119,77	0,10
Pessoal e Demais Despesas	-127.924.581,76	-116.866.919,91	0,09
Legislativo	-	-	-
Judiciário	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-
Administração	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-
Assistência Social	-	-	-
Previdência Social	-54.102.237,00	-47.919.740,29	0,13
Saúde	-	-	-
Trabalho	-	-	-
Educação	-73.822.344,76	-68.947.179,62	0,07
Cultura	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-
Urbanismo	-	-	-
Habituação	-	-	-
Saneamento	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-
Agricultura	-	-	-
Organização Agrária	-	-	-
Indústria	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-
Comunicações	-	-	-
Energia	-	-	-
Transporte	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-
Encargos Especiais	-	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-	-
Transferências Concedidas	-9.337.561,39	-8.334.266,68	0,12
Intergovernamentais	-	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
A Municípios	-	-	-
Intragovernamentais	-9.337.561,39	-8.334.266,68	0,12
Outras Transferências Concedidas	-	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-722.197,44	-713.933,18	0,01
Dispêndios Extraorçamentários	-2.170,13	-267.017,86	-0,99
Transferências Financeiras Concedidas	-720.027,31	-446.915,32	0,61

Fonte: Siafi, 2017

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.569.690,62	-3.687.859,96	-0,03
INGRESSOS	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	
DESEMBOLSOS	-3.569.690,62	-3.687.859,96	-0,03
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.144.680,62	-3.317.859,96	-0,65
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.425.010,00	-370.000,00	5,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	
INGRESSOS	-	-	
Operações de Crédito	-	-	
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	
Transferências de Capital Recebidas	-	-	
Intergovernamentais	-	-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
Dos Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-	-	
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-	
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	
DESEMBOLSOS	-	-	
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.189.843,41	122.084,44	66,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	876.496,25	754.411,81	0,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.066.339,66	876.496,25	9,34

Fonte: Siafi, 2017

Notas Explicativas aos fluxos de caixa:

De acordo com a NBC T 16.6 a demonstração dos fluxos de caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e o **saldo do caixa na data das demonstrações contábeis** e também permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A atividade que contribuiu para o fluxo positivo de caixa para o exercício de 2017 foi a atividade operacional que compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública. Comparando-se com o exercício anterior esta atividade teve um crescimento acima de 200%, onde as transferências financeiras tiveram o maior ingresso de recurso nesta atividade.

Na atividade de investimentos, não houve ingressos no exercício de 2017, apenas dispêndios, o que gerou um fluxo negativo de R\$ 3.569.690,62, mas comparando-se com o exercício anterior houve apenas um decréscimo de 3%.

Não houve fluxo de caixa da atividade de financiamento para o exercício de 2017.

Tabela 10 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa –

ATIVIDADES	2017	2016	Análise Horizontal
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	11.759.534,03	3.809.944,40	209%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.569.690,62	-3.687.859,96	-3%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	
TOTAL:	8.189.843,41	122.084,44	

Atividades

Fonte: SIAFI, 2017

Balço Patrimonial:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS-RJ
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR

EXERCÍCIO 2017
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 09/03/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH
ATIVO CIRCULANTE	10.696.129,77	2.331.704,09	3,59	PASSIVO CIRCULANTE	-	125.865,82	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.066.339,66	876.496,25	9,34	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a	-	-	
Créditos a Curto Prazo	-	-		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	45.850,90	56.852,07	-0,19	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	125.800,00	-1,00000
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	
Estoques	1.583.939,21	1.398.355,77	0,13	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-		Provisões a Curto Prazo	-	-	
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-		Demais Obrigações a Curto Prazo	-	65,82	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	196.323.093,32	193.741.074,49	0,01	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de	-	-	
Estoques	-	-		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	
Investimentos	-	-		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Participações Permanentes	-	-		Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Propriedades para Investimento	-	-		Provisões a Longo Prazo	-	-	
Propriedades para Investimento	-	-		Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-		Resultado Diferido	-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-		TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	125.865,82	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-					
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-					
Demais Investimentos Permanentes	-	-					
Demais Investimentos Permanentes	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-					
Imobilizado	192.540.887,79	192.383.878,96	0,00082				
Bens Móveis	13.670.052,99	12.525.372,37	0,09139				
Bens Móveis	14.139.825,09	12.995.144,47	0,08809				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-469.772,10	-469.772,10	0,00000				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-					
Bens Imóveis	178.870.834,80	179.858.506,59	-0,00549				
Bens Imóveis	180.194.919,88	180.194.919,88	0,00000				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.324.085,08	-336.413,29	2,93589				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-					
Intangível	3.782.205,53	1.357.195,53	1,78678				
Softwares	3.782.205,53	1.357.195,53	1,78678				
Softwares	3.782.205,53	1.357.195,53	1,78678				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-					
Diferido	-	-					
TOTAL DO ATIVO	207.019.223,09	196.072.778,58	0,05583	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	207.019.223,09	196.072.778,58	0,05583

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH
ATIVO FINANCEIRO	9.066.339,66	876.496,25	9,34384	PASSIVO FINANCEIRO	13.018.973,93	15.568.203,61	-0,16375
ATIVO PERMANENTE	197.952.883,43	195.196.282,33	0,01412	PASSIVO PERMANENTE	-	-	
				SALDO PATRIMONIAL	194.000.249,16	180.504.574,97	0,07477

Fonte: Siafi, 2017



Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.505.911,18	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	19.691.607,56	19.411.496,65
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.505.911,18	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	19.691.607,56	19.411.496,65
Garantias e Contragarantias	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros	2.505.911,18	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	515.022,23	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	19.176.585,33	19.411.496,65
Outros Atos Potenciais Ativos a	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	2.505.911,18	-	TOTAL	19.691.607,56	19.411.496,65

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	479.701,90
Recursos Vinculados	-4.432.336,17
Educação	-5.059.036,23
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	668.587,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-41.886,94
TOTAL	-3.952.634,27

Fonte: Siafi, 2017

Notas explicativas ao Balanço Patrimonial

Abaixo serão detalhadas as principais variações ocorridas durante o exercício de 2017 no Balanço Patrimonial:

O principal item do balanço patrimonial, seu ativo, fechou o exercício de 2017 com um saldo de R\$ 207.019.223,09, com uma variação de 5,58% quando comparado com o exercício anterior. As principais variações dos itens que compõem o ativo são as seguintes:

- a) **Imobilizado** – Dentre as contas contábeis que compõem o ativo imobilizado a conta “bens móveis” teve uma variação de 9,13% em relação ao exercício anterior, fechando o ano de 2017 com um saldo líquido de R\$ 13.670.052,99. Não houve registro de variação de depreciação durante o exercício de 2017.

Não houve variação da conta bens imóveis, em contrapartida a depreciação desta conta foi de R\$ 1.324.085,08, variando em quase 300% com relação ao período passado. Ressalta-se que esses lançamentos de depreciação são realizados automaticamente pelo SPIU.

- b) **Intangível** – Este item patrimonial registrou uma variação patrimonial de 178% em comparação com o exercício anterior. Puxado principalmente pela aquisição de equipamentos da conta “software” que encerrou o ano com um saldo de R\$ 3.782.205,53.

Do lado do Patrimônio Líquido, a principal variação refere-se ao resultado do exercício que são valores registrados a partir do confronto entre as VPAs e VPDs, representando o resultado patrimonial que pós encerramento recebe este saldo. Houve uma variação de cerca de 100% desta conta em comparação com o exercício anterior fechando com um saldo de R\$ 15.264.318,54.

Demonstração das Variações Patrimoniais:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2017
SUBTÍTULO	152005 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS-RJ	PERÍODO	DEZ(Encerrado)
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	EMISSÃO	09/03/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	149.741.704,49	129.511.323,83	0,15621
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	
Impostos	-	-	
Taxas	-	-	
Contribuições de Melhoria	-	-	
Contribuições	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	
Venda de Mercadorias	-	-	
Vendas de Produtos	-	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	-	-	
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-	
Aportes do Banco Central	-	-	
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-	
Transferências e Delegações Recebidas	149.496.654,95	129.069.368,52	0,15827
Transferências Intragovernamentais	149.496.654,95	129.016.091,00	0,15874
Transferências Intergovernamentais	-	-	
Transferências das Instituições Privadas	-	-	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	
Transferências do Exterior	-	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-	
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	53.277,52	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-	
Reavaliação de Ativos	-	-	
Ganhos com Alienação	-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-	
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	245.049,54	441.955,31	-0,44553
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	
Resultado Positivo de Participações	-	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	-	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	245.049,54	441.955,31	-0,44553

Fonte: SIAFI, 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	134.477.385,95	122.007.915,25	0,10220
Pessoal e Encargos	57.074.183,32	54.047.096,00	0,05601
Remuneração a Pessoal	43.156.803,80	40.826.530,22	0,05708
Encargos Patronais	9.383.315,33	8.293.104,07	0,13146
Benefícios a Pessoal	4.471.483,15	4.873.205,35	-0,08243
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	62.581,04	54.256,36	0,15343
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	52.998.192,68	45.631.623,13	0,16144
Aposentadorias e Reformas	43.260.202,85	36.356.178,12	0,18990
Pensões	9.654.965,40	9.218.123,00	0,04739
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	
Benefícios Eventuais	-	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	83.024,43	57.322,01	0,44839
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.542.664,10	21.737.353,56	0,08305
Uso de Material de Consumo	908.866,90	1.651.300,10	-0,44961
Serviços	21.646.125,41	19.829.044,90	0,09164
Depreciação, Amortização e Exaustão	987.671,79	257.008,56	2,84295
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	-	-	
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	
Descontos Financeiros Concedidos	-	-	
Aportes ao Banco Central	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	
Transferências e Delegações Concedidas	720.027,31	446.915,32	0,61110
Transferências Intragovernamentais	720.027,31	446.915,32	0,61110
Transferências Intergovernamentais	-	-	
Transferências a Instituições Privadas	-	-	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	
Transferências ao Exterior	-	-	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	1.335,18	#VALOR!
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	
Perdas com Alienação	-	-	
Perdas Involuntárias	-	-	
Incorporação de Passivos	-	1.335,18	#VALOR!
Desincorporação de Ativos	-	-	
Tributárias	2.995,77	879,78	2,40514
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.426,62	879,78	0,62156
Contribuições	1.569,15	-	#VALOR!
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	139.322,77	142.712,28	-0,02375
Premiações	-	-	
Resultado Negativo de Participações	-	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	-	
Incentivos	138.000,00	141.200,00	-0,02266
Subvenções Econômicas	-	-	
Participações e Contribuições	-	-	
Constituição de Provisões	-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.322,77	1.512,28	-0,12531
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15.264.318,54	7.503.408,58	

Fonte: SIAFI, 2017

Notas explicativas a DVP:

As demonstrações das variações patrimoniais demonstram as variações decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

Durante o exercício financeiro de 2017 houve um crescimento das “variações patrimoniais aumentativas” em 15,82% comparando com o exercício anterior, refletido na conta “transferências intragovernamentais” que demonstram os valores transferidos da UGE da Setorial Financeira de Órgão Superior.

Nas variações patrimoniais diminutivas as variações que mais se destacaram foram as seguintes:

- a) **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** – A conta “Aposentadorias e Reformas” variou em 18,99% comparando-se com exercício anterior, ocasionado pela grande quantidade de funcionários que se aposentaram no decorrer do exercício de 2017.
- b) **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Dois itens se destacaram: o item “Uso de Material de Consumo” obteve uma variação negativa de 44,96% ocasionado pela diminuição da demanda de consumo de materiais. E a conta “Depreciação, Amortização e Exaustão” que variou em mais de 280% em comparação com o exercício anterior ocasionado pelo registro da depreciação dos bens imóveis pelo SPIUNET.

Resultado Patrimonial

Os valores registrados em VPAs e VPDs são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial, sendo estes registrados na conta de patrimônio líquido do balanço patrimonial. No final do exercício de 2017 este resultado ficou em R\$15.264.318,54, cerca de 100% maior que o valor registrado no exercício anterior.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de deliberações e recomendações do TCU

Não houve conclusão ou pendências de atendimento a deliberações e recomendações do TCU no exercício de referência.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro XVII - Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Todas as ocupações irregulares de imóveis já não mais existem.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então permitir que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto positivo: esforço por parte da CGU/RJ para a solução desta pendência. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação por parte da GRPU/RJ;

Quadro XVIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Havia três imóveis que se encontravam irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício nº. 015/2013/GAB/INES, de 17 de janeiro/2013, para a Procuradoria Regional da União, solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse das mesmas. Como resposta aquela Procuradoria Regional da União, solicitou por meio do Ofício de Nº. 0178/25/2013-PRU/RJ, datado de 04/02/2013 a necessidade envio de documentação relativa aos feitos. Tal documentação foi encaminhada para a referida Procuradoria por meio do Ofício de Nº. 058/2013/GAB/INES, datado de 25/02/2013. Por razões externas, a referida Procuradoria solicitou o reenvio da documentação citada por meio do Ofício nº. 1154/25/2014-PRU/RJ/CPAM, datado de 19/02/2014. Assim, o INES reenviou toda a documentação solicitada, por meio do Ofício de Nº. 064/2014GAB/INES, datado de 24/02/2014. Dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, estava a emissão, pelo INES, da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Em face desse fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou da Procuradoria Regional da União as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Em 2016, informamos que todos os imóveis que estavam irregularmente ocupados por familiares de servidores falecidos já foram desocupados.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então viabilizar que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES. Já em relação aos imóveis ocupados por familiares de servidores falecidos, dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, visando à sua desocupação. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou então os imóveis. Face a este fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União, no sentido de promover as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis, ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Em 2016, informamos que todos os imóveis que estavam irregularmente ocupados por familiares de servidores falecidos foram desocupados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto positivo: Articulação junto à Procuradoria Regional da União, no sentido de encontrar soluções para os impasses registrados e sucesso na desocupação dos imóveis. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação.

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

7.3 Medidas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Não houve dano ao erário no âmbito desta unidade no exercício de referência.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Esta unidade observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, valendo-se da atuação de controle por parte dos fiscais de contratos designados.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Esta unidade não mantém contratos com empresas beneficiadas por desoneração da folha de pagamento.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Esta unidade não realiza ações ou despesas com publicidade e propaganda.

7.7 Outras informações sobre a gestão

7.7.1 Parcerias de cooperação técnico-científica

Relatório de convênios ou instrumentos congêneres em vigor no INES - Exercício de 2017

Posição em 28/12/2017.

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Convênio nº 843/2012	Universidade Federal Fluminense - UFF	Concessão de estágios obrigatório e não obrigatório a alunos regularmente matriculados nos cursos da UFF: Biblioteconomia, Psicologia, Administração, Nutrição, Letras, História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática.	25/4/2012	25/04/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº20/2012 Processo nº 23102.001846/2012-66	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO: Biblioteconomia, Nutrição, Licenciatura em Letras, Letras, Licenciatura em História, História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática.	24/04/2012 Vigência a partir da publicação (30/4/2012)	30/04/2017 (60 meses)	-----
Convênio / 2012 Processo nº 23079.023018/2012-42	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Convênio de Concessão de Estágio Obrigatório, nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Letras, Biblioteconomia, História, Matemática, Física, Letras-Literatura, Letras-Inglês, Fonoaudiologia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, Administração e Química.	04/05/2012	03/05/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº47/2012 Processo nº E03/4923/2012	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEE/RJ	Oferta de estágio curricular para estudantes do INES em Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino (DESU/ Estágio em Gestão).	25/10/2012	25/10/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº 003/1038/2012 Processo nº 147.717/2012	Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro	Cooperação recíproca entre as partes, no sentido de viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	14/11/2012	14/11/2017 (60 meses)	-----

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Convênio nº 001/2014 Processo nº 23121.000516/2014-97 Termo Aditivo nº 001/2016	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	Convênio de Concessão de Estágio - oferecimento de estágio obrigatório, não remunerado, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, aos alunos regularmente matriculados no Curso de Licenciatura em Letras/Libras/Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Prorrogação do prazo de vigência do convênio por 36 meses.	09/10/2014 12/9/2016	09/10/2016 (24 meses) 08/10/2019 (36 meses)	Até 60 meses
Convênio nº 001/2015 Processo nº 23121.001412/2014-08	Universidade do Estado do Pará - UEPA	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	29/5/2015	28/5/2020 (60 meses)	-----
Convênio nº 002/2015 Processo nº 23121.000668/2015-71	Instituto Euvaldo Lodi - IEL	Convênio de Concessão de estágio obrigatório e não obrigatório – intermediação, pelo IEL, na qualidade de agente de integração, entre o INES e as CONCEDENTES, visando a implementação de programa de estágio.	25/6/2015	25/6/2020 (60 meses)	-----
Convênio nº 04/2016 (SME/RJ) Processo nº 07/005.935/2015	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio não obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no curso de Pedagogia.	21/01/2016	31/12/2017	-----
Convênio nº 39/2016 (SME/RJ) Processo nº 07/001.851/2016	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no curso de Pedagogia.	27/4/2016	31/12/2017	-----
Convênio nº 01/2016 (INES)	FAETEC	Concessão de estágio obrigatório pelo INES aos alunos regularmente matriculados da FAETEC.	03/6/2016	03/6/2021 (60 meses)	-----

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Convênio nº 23/2016 (FME/Niterói)	Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ	Concessão de estágio obrigatório pela FME aos alunos do INES regularmente matriculados no Curso de Pedagogia e demais áreas de interesse da FME; oferta de até 02 (duas) vagas, para servidores (professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental), da FME, no Programa de Prática Profissional –PROPP, quando oferecido pelo INES, desde que atendam aos requisitos estabelecidos para inscrição.	22/3/2016 (abertura do processo FME) 14/6/2016	22/3/2018 (24 meses) 14/6/2018 (24 meses)	Até 60 meses
Convênio nº 03/2016 (INES) Processo nº 23121.001296/2016-81	IBC	Oferta de estágio obrigatório, pelo Instituto Benjamin Constant, a alunos regularmente matriculados no Curso Bilíngue de Pedagogia do INES.	04/11/2016	03/11/2018 (24 meses)	Até 60 meses
Termo de Cooperação Técnica nº 001/2017 (INES) Processo nº 23121.001584/2016-35	INDC/UFRJ	Colaboração técnico-científica e intercâmbio cultural, abrangendo atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.	12/01/2017	11/01/2022 (60 meses)	-----
Convênio nº 01/2017 (INES) Processo nº 23121.000823/2016-30	UERJ	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UERJ: Administração, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Educação, Educação Física, Engenharia Civil, Filosofia, Física, Geografia, História, História da Arte, Letras, Letras (Inglês/Literaturas), Letras (Português/Espanhol), Letras (Português/Inglês), Letras (Português/Literaturas), Matemática, Medicina (Otorrinolaringologia), Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Química e Serviço Social.	06/02/2017	05/02/2022 (60 meses)	-----

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Convênio nº 02/2017 (INES) Processo nº 23121.000760/2017-01	UFF	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UFF: Administração, Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social - Jornalismo, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Filosofia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Química, Serviço Social, Processos Gerenciais (Tecnológico).	25/4/2017	24/4/2022 (60 meses)	-----
Convênio nº 03/2017 (INES) Processo nº 23121.000447/2017-64	UNIRIO	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UNIRIO: Administração Pública, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Ciências Sociais, Enfermagem, Filosofia, História, Letras, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Serviço Social, Sistemas de Informação.	28/4/2017	27/4/2022 (60 meses)	-----
Convênio nº 04/2017 (INES) Processo nº 23121.000841/2017-01	UFRJ	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRJ: Administração, Artes Visuais – Escultura, Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Psicologia, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social – Jornalismo, Engenharia Civil, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Letras - Libras, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas – EAD, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Dança, Licenciatura em Ed Artística, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Música, Licenciatura em Química, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Química e Serviço Social.	03/5/2017	02/5/2022 (60 meses)	-----

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Acordo de Cooperação	FAPERJ	Doação de exemplares de livros, periódicos e suportes audiovisuais pela FAPERJ à biblioteca do INES, a fim de promover, apoiar e sustentar o desenvolvimento científico e tecnológico, que constitui finalidade da FAPERJ.	09/5/2017	31/12/2018	Até 08/8/2020
Convênio nº 005/2017 (INES) Processo nº 23121.001451/2017-40	Universidade Veiga de Almeida - UVA	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UVA: Administração, Ciência da Computação, Ciências Biológicas – Licenciatura, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Jornalismo, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Fonoaudiologia, Letras, Nutrição e Serviço Social.	14/11/2017	13/11/2022 (60 meses)	-----
Convênio nº 238/2017 (SME/RJ) Processo nº 07/006.417/2017	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no curso de Pedagogia.	16/11/2017	01/01/2018 a 31/12/2019	-----
Convênio nº 239/2017 (SME/RJ) Processo nº 07/006.418/2017	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio não obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no curso de Pedagogia.	16/11/2017	01/01/2018 a 31/12/2019	-----

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS QUE ACEITAM ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA BILÍNGUE DO INES PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
(Art. 8º da Lei nº 11.788/2008)

INSTITUIÇÃO
Instituto Nossa Senhora de Lourdes - INOSEL
Secretaria Municipal de Educação de Belford Roxo
Secretaria Municipal de Educação de Japeri
Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias
Secretaria Municipal de Educação de Mesquita
Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis
Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis
Secretaria Municipal de Educação de Queimados
Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA EM VIGOR NO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Posição em 28/12/2017.

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
TED nº 005/2016 Processo nº 23121.001694/2015-16	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	12/12/2016	31/12/2017
Termo Aditivo nº 01/2017		Prorrogação do prazo de vigência do TED.	19/10/2017	30/6/2018
TED nº 01/2017 Processo nº 23121.000856/2016-80	Universidade Federal de Lavras - UFLA	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	11/01/2017	31/12/2017
TED nº 002/2017 Processo nº 23121.001357/2014-48	Universidade Federal da Bahia	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	19/01/2017	31/12/2017
Termo Aditivo nº 01/2017		Prorrogação do prazo de vigência do TED.	18/10/2017	30/6/2018
TED nº 003/2017 Processo nº 23121.001359/2014-37	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	23/01/2017	31/12/2017
Termo Aditivo nº 01/2017		Prorrogação do prazo de vigência do TED.	27/10/2017	30/6/2018
TED nº 004/2017 Processo nº 23121.000818/2014-65	Universidade Federal do Ceará - UFC	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	24/01/2017	31/12/2017

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
TED nº 005/2017 Processo nº 23121.001606/2016-67 Termo Aditivo nº 01/2017	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho. Prorrogação do prazo de vigência do TED.	08/02/2017 30/10/2017	31/12/2017 30/6/2018
TED nº 006/2017 Processo nº 23121.001358/2014-92 Termo Aditivo nº 01/2017	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho. Prorrogação do prazo de vigência do TED.	02/3/2017 12/12/2017	31/12/2017 30/6/2018
TED nº 007/2017 Processo nº 23121.001184/2014-68 Termo Aditivo nº 01/2017	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho. Prorrogação do prazo de vigência do TED.	08/3/2017 11/10/2017	31/12/2017 30/6/2018
TED nº 008/2017 Processo nº 23121.001394/2017-07	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	30/8/2017	31/12/2018
TED nº 009/2017 Processo nº 23121.001064/2015-41	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	16/10/2017	15/10/2022
TED nº 010/2017 Processo nº 23121.001680/2015-01	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	24/10/2017	31/12/2022

CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES EM ANDAMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA NO ANO DE 2018:

INSTRUMENTO	INSTITUIÇÃO	OBJETO
Termo de Cooperação Técnica	Universidade Federal Fluminense	Oferta de programas de pós-graduação.
Termo de Cooperação Técnica	Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais – Maceió - Alagoas	Formação e capacitação de profissionais na área da educação de surdos
Termo de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Ceará	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termo de Execução Descentralizada	Universidade Federal de Lavras	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Convênio	Universidade Estácio de Sá	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade Federal de Goiás	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade Federal de Santa Catarina	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade Federal de Viçosa	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro	Oferta de estágio curricular para estudantes do INES em Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino (DESU/ Estágio em Gestão).
Termo de Cooperação Técnica	Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro	Cooperação recíproca entre as partes, no sentido de viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.
Acordo de Cooperação Técnica	Hospital Central da Polícia Militar do Rio de Janeiro	Realização de treinamento na Divisão de Audiologia do INES para alunos da residência médica do Hospital.

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE, CPF nº 732.846.617-00, Diretora do Departamento de Planejamento e Administração - DEPA, do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2018.

MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE

CPF: 732.846.617-00

**Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA)
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)**

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema e-Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da (**nome da UPC**) estão devidamente registrados no Sistema e-Pessoal para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2018.

MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE

732.846.617-00

**Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA)
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)**

Declaração de cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/1993 quanto à entrega de declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a Coordenação de Recursos Humanos, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2018.

MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE

732.846.617-00

**Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA)
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)**

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial é registrada mensalmente no Sistema SIAFI, em consonância com a atribuição conferida pelo Decreto nº 6.976/2009, que dispõe sobre as competências dos órgãos integrantes do Sistema de Contabilidade Federal; e em cumprimento aos procedimentos estabelecidos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.15, que trata da “Conformidade Contábil”.

De acordo com a macrofunção, o registro da conformidade contábil abrange os seguintes níveis:

- a) Conformidade de UG;
- b) Conformidade de Órgão e;
- c) Conformidade de Órgão Superior.

Na UPC, o registro abrange os dois primeiros níveis que envolvem o registro “com ocorrência” e/ou “sem ocorrência”.

O registro, de periodicidade mensal, é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora Setorial Contábil (UG 150003/1) e credenciado no SIAFI para este fim. A segregação de funções é observada no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União nº. 01, de 06 de abril de 2001.

1.1 Descrição do processo da Conformidade Contábil

Para o registro da conformidade contábil são utilizados os seguintes instrumentos e procedimentos para tratamento e análise dos dados:

- Levantamento, no auditor contábil CONDESAUD, de todas as equações que possuem ocorrência (restrição) vinculada e que apresentarem desequilíbrio. Com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público- PCASP em 2015, foram criadas 701 equações, tanto de contas quanto de demonstrativos contábeis. De 2016 a 2017, foram acrescentadas mais equações, totalizando 718. Nem todas as equações são visualizadas por Unidade Gestora, conforme projeção definida pela CCONT/SNT. Exemplo: há equações que são visualizadas somente na projeção parâmetro “OFSS”, pois os desequilíbrios ocorrem nesse nível; em nível de UG ou de Órgão não são visualizados. As equações que possuem ocorrências vinculadas, seja “alerta” ou “ressalva”, constituem objeto de averiguação, assim como as demais equações, que também devem ser objeto de análise e regularização. O registro das restrições e das respectivas unidades, na transação >ATUCONFCON, é feito de forma manual (no SIAFI “tela preta”);
- Levantamento de saldos invertidos por **conta contábil** na transação Balancete, em nível de UG (administração direta) e em nível de Órgão (administração direta);
- Levantamento de saldos invertidos por **contas correntes de contas contábeis**, por meio de consulta ao Tesouro Gerencial, que demonstra as inconsistências de forma individualizada por UG;
- Extração de consulta/relatório no Tesouro Gerencial das unidades que fizeram o cálculo da Depreciação dos Bens Móveis, para verificação da compatibilidade da sua evolução ao longo do exercício, com base na média aritmética dos valores registrados em cada mês;

- Registro da ocorrência 302², tanto na Conformidade de UG quanto na Conformidade de Órgão para as unidades³ que não tiverem enviado as informações referentes aos relatórios sobre o RMA e o RMB, exigidos pela IN/SEDAP nº 205/88 e macrofunção [02.11.01 \(REL.MOV.ALMOXARIFADO E REL.MOV.BENS MÓVEIS\)](#);
- Verificação realização da Conformidade de Registros de Gestão, disciplinada pela macrofunção 02.03.14 (CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO), quanto à “falta de registro” (sem conformidade), bem como dos registros “com restrições”, em cada unidade gestora executora, por meio de consulta à transação >CONCONFREG;
- Verificação de outras inconsistências, como por exemplo: falta de regularização de saldos alongados registrados em contas transitórias; saldos irrisórios etc;
- Registro da ocorrência 318 por não atendimento de orientação da Setorial Contábil/MEC ou da CCONT/STN.

No exercício de 2017 o registro da Conformidade Contábil foi realizado sistematicamente de janeiro a dezembro pela Setorial Contábil/MEC, na Unidade Gestora Executora: 152005 - Instituto Nacional de Surdos (INES).

1.2 Ocorrências apontadas em 2017

Conformidade Contábil: os dados informados neste item foram obtidos por meio de controle próprio e de consulta à transação >CONCONFCON do Sistema SIAFI que demonstram os registros realizados pela Setorial Contábil/MEC, de ocorrências/restrições (alertas ou ressalvas), relativas às inconsistências ou desequilíbrios apresentados no Balancete e no Auditor Contábil de contas e de demonstrativos (CONDESAUD) do SIAFI Web.

Conformidade de Registros de Gestão: quanto à falta de registro ou registro com restrições referente à Conformidade de Registros de Gestão, os dados foram extraídos da transação >CONCONFREG, pois essa conformidade é registrada pelo conformista de gestão da unidade gestora executora.

Para maior compreensão, apresentamos abaixo os conceitos de alerta e ressalva, descritos na macrofunção que trata da Conformidade Contábil:

² A ocorrência 302 refere-se à FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB (transação >CONRESTCON).

³ Na administração direta, as unidades responsáveis pelo envio dos relatórios referentes ao RMA e ao RMB são: a SAA (150002/1), o IBC (152004/1) e o INES (152005).

a) Alerta⁴ - sinaliza a existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade dos registros, como por exemplo, a falta de envio do Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) e do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), para conciliação com os dados contábeis.

Unidade Gestora	Quantidade de Ocorrências	Código da Ocorrência ⁵
152005 - INES	03	302, 315 e 318

b) Ressalva⁶ - indica uma ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis, como por exemplo: saldos invertidos, uso indevido de eventos ou situações no CPR que provoca desequilíbrio em equações do auditor CONDESAUD, registro na conta “Outros” acima do percentual estabelecido na transação CONAUD, entre outros.

Unidade Gestora	Quantidade de Ocorrências	Código da Ocorrência ⁷
152005 - INES	03	632, 642, e 643

1.3. - Ocorrências não sanadas no exercício de 2017

- Ocorrência 302: Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB

Em 24/01/2018 o INES encaminhou por e-mail a esta Setorial Contábil relatórios contábeis de movimentação de bens móveis, assim como o RMB dos mesmos. Contudo, a falta ou atraso de remessa

⁴ Descrição/definição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

⁵ (Alerta): 302: Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB; 315: Falta/Restrição Conformidade Registros de Gestão; 318: Não Atendimento de Orientação do Órgão Contabilidade Setorial/Central. (Descrição: transação >CONRESTCON).

^{(5) (6)} Descrição/definição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil, com adaptações.

⁷ (Alerta): 302: Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB; 315: Falta/Restrição Conformidade Registros de Gestão; 318: Não Atendimento de Orientação do Órgão Contabilidade Setorial/Central. (Descrição: transação >CONRESTCON).

do referido relatório foi objeto de registro da restrição 302 na conformidade contábil ao longo do exercício de 2017.

Cabe informar quem em 2016 a unidade enviou para a SPO/MEC um relatório no qual relatava algumas irregularidades constatadas no setor de Patrimônio, tais como a não localização de 960 bens, nos processos de desfazimento de bens “*os procedimentos legais não foram seguidos, tais como: acompanhamento do SEPAT no sentido de controle e orientações para a execução do desfazimento, além de que não foi lançado nos sistemas tanto no ASI como no SIAFI*”.

O relatório do setor de patrimônio enviado pela unidade refere-se a quantidade significativa de bens patrimoniais não encontrados, fato que incompatibiliza os quantitativos verificados no sistema de patrimônio em relação aos registros da contabilidade, inviabilizando assim a emissão do RMB (relatório movimentação de bens móveis).

Desse modo, em tais circunstâncias a IN -TCU nº 71, de 28/11/2012, determina que o administrador público deverá adotar de imediato as medidas administrativas pertinentes a apuração das responsabilidades com vistas ao ressarcimento de dano ao Erário e demais providências que o relatório da sindicância apurar.

Para melhor elucidação dos fatos, caso o referido relatório não esteja atualizado, seria desejável que fosse realizado novo inventário para a obtenção da real situação patrimonial da unidade.

Para tanto, sugerimos que o procurador federal desse instituto tome conhecimento do assunto, a fim de estabelecer o rito de procedimentos que a situação requer.

Após a apuração dos fatos, informamos que comissão responsável poderá acessar o sítio da CGU (google) e consultar o manual de orientação denominado TCA - Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, que traz orientações destinadas à apuração simplificada, que poderá ser utilizado para se formalizar os procedimentos de ressarcimento dos bens, caso o valor do prejuízo ao Erário seja de até R\$ 8.000,00 reais.

A unidade enviou a esta Setorial Contábil em 24/01/2018, uma cópia do MEMO nº. 02/2018/SEPAT/INES, no qual informa que encontra-se em andamento um *inventário iniciado em 2017/01*, para que seja possível obter *a real situação física e contábil da Instituição*. A UG esclarece que os dados deste inventário somados ao resultados do inventário realizado em 2015 possibilitam

maior visibilidade *quanto aos bens não localizados* e ressalta que *alguns destes bens estão surgindo no decorrer do inventário* e que procederá aos devidos acertos nos processos de desfazimento de bens.

- Ocorrência 318 - Não Atendimento de Orientação Órgão Contabilidade Setorial/Central.

A ocorrência registrada neste código refere-se ao não atendimento, pela Unidade, de comunicas e e-mails enviados pela Setorial de Contabilidade ou pela CCON/STN, nos quais constavam orientações e procedimentos específicos para a regularização da inconsistência apontada; bem como ao não atendimento de memorandos, ofícios, documentos e solicitações similares. Deste modo, ao se registrar a conformidade contábil, tanto de UG quanto de órgão, além da ocorrência relacionada a cada inconsistência apresentada, é atribuída também essa ocorrência quando a unidade deixa de atender a orientações da Setorial de Contabilidade ou da CCONT/STN.

No exercício de 2017 foi aplicada à UG 152005/1 a restrição 318 na Conformidade Contábil em função da não regularização das seguintes inconsistências: Não envio das informações sobre RMB; Saldos Alongados/Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Não Circulante - "Obras em Andamento" - Exercícios Anteriores (12321.06.01).

- Ocorrência 632: - Saldo Along./Indev. Contas. Trans. Ativo Não Circ. Imobilizado

O INES apresenta o saldo de R\$ 2.564.959,71 constante da conta contábil 12321.06.01 - Obras em Andamento - Exercícios Anteriores, desde 2011. A UG informou, por meio do MEMO n°. 02/2018/SEPAT/INES que diante da necessidade de reavaliação dos bens imóveis e a redução ao valor recuperável para acerto da conta contábil **12.321.06.01 - Obras em Andamento**, foi solicitado a SPU/RJ, um curso de capacitação para o engenheiro da instituição.

- Ocorrência 642: Falta/Evolução Incompatível Dep.At.Imobiliz.

A Unidade informou que *todos os bens móveis foram devidamente depreciados* em seu sistema patrimonial desde 2015, contudo, o registro da depreciação no SIAFI não vem sendo realizado, em função de dificuldades encontradas para ajustar as diferenças verificadas no período de 2005 até a data atual entre o sistema patrimonial e o sistema SIAFI. Ressaltou, que com base nas divergências constatadas o serviço de patrimônio sugeriu ao Departamento de Planejamento e Administração da unidade a realização de um inventário anual, visando a regularização física e contábil dos bens. A sugestão foi acatada e o inventário iniciado em janeiro de 2017 encontra-se em andamento.

- Ocorrência 643: Falta/Evol.Incompatível Amortiz.Ativo Intangível

A unidade informa que os lançamentos referentes à amortização são gerados em seu sistema patrimonial, no entanto, assim como nos lançamentos da depreciação, foram verificadas divergências de 2005 até o momento entre o sistema patrimonial e o sistema SIAFI.

Brasília, 21 de março de 2018.

Núcia Ferreira da Silva
CRC-DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Prestadora da Conta

SEÇÃO: RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

Declaração do Contador com Ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Coordenação de Contabilidade e Custos

Declaração do Contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Prestadora da Conta **Instituto Nacional de Surdos - INES**, que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ressalvas apresentadas abaixo.

Ressalvas:

- a) *302: Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB* - Ao longo do exercício não houve o envio, mensal, à Setorial Contábil do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB);

- b) *318: - Não Atendimento de Orientação Órgão Contabilidade Setorial/Central* - Esta restrição foi atribuída em decorrência das ressalvas: 302 e 632.

- c) *632 - Saldos Along/Indev. Contas Trans. At.ã.Circ-Imob* - A unidade apresenta o saldo de R\$ 2.564.959,71, constante desde 2011 na conta transitória: 12321.06.01 - Obras em Andamento, o qual desvirtua a adequada situação patrimonial da unidade.

- b) *642: Falta/Evolução Incompatível Dep.At.Imobiliz.* - O cálculo da Depreciação de Bens Móveis ainda não foi iniciado.

c) 643: - *Falta/Evol.Incompatível Amortiz.Ativo Intangível* - O cálculo da amortização referente aos ativos intangíveis registrados no Balancete da UG ainda não foi iniciado.

Cabe ressaltar que as justificativas apresentadas pela unidade sobre as ressalvas citadas nesta declaração, bem como as providências adotadas para regularização das inconsistências relacionadas acima, estão detalhadas na *Declaração sobre a Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*, item "Ocorrências não sanadas no exercício de 2017".

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 21 de março de 2018.


Nácia Ferreira da Silva
CRC-DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Prestadora da Conta

Informações contábeis

Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

No âmbito deste Instituto, importante trabalho vem sendo feito no sentido de implementar as disposições da NBC T 16.9, que “*estabelece os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão*” e da NBC T 16.10 que “*estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público*”.

O Instituto ainda não está aplicando os dispositivos contemplados nas NBC T 16.9 e 16.10, em função de ter adquirido solução técnica de TI confiável para gerenciamento de patrimônio e almoxarifado e para realização dos cálculos necessários em agosto de 2014, como será a seguir detalhado, considerando que a aplicação dos dispositivos acima mencionados está condicionada à

existência de uma ferramenta sistêmica totalmente confiável de bens da UNIDADE, devidamente atualizada, para fins de processamento de cálculos contábeis.

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de N°. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado.

Em 2017, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados.

Assim, para a implantação dos dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, também tomamos as providências necessárias para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, tendo como a primeira etapa a realização de instrução processual, cujo objeto deteve-se à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação.

Efetuamos a contratação de suporte técnico especializado para o fornecimento de software de gestão pública, a partir da data de 05/08/2014, conforme contrato de N°. 23/2014, relativo ao Processo de N°. 23.121.000020/2014-13, que também envolve serviços de solução de automação do patrimônio/almojarifado inerente ao nosso Instituto. A implantação está em andamento, considerando a totalidade das demandas relativas às áreas citadas.

Em síntese, já realizamos os seguintes procedimentos técnicos: migração dos dados contidos nos registros de planilhas de que dispúnhamos e o levantamento e reemplaquetamento de todos os bens móveis do acervo (em finalização). Seguidamente, serão realizados os cotejamentos e a reavaliação dos bens adquiridos até 31/12/2009.

Assim, diante dos compromissos assumidos, nos últimos anos, já enviamos, por meio eletrônico, as prévias dos seguintes relatórios:

- 1) Prévia do Relatório Analítico de Bens Móveis - Por Conta;
- 2) Prévia do Relatório Sintético de Depreciação;
- 3) Prévia do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

Por fim, ressaltamos que os trabalhos ainda não foram totalmente finalizados, e esperamos que, em tempo breve, consigamos regularizar por derradeiro todas as pendências ao INES aplicadas.

Conformidade contábil

A verificação da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Educação de Surdos é realizada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2018-2022

Apresentamos, a seguir, trechos relevantes do Plano de Ação 2018-2022, com base no PDI INES 2018-2022, em fase de consolidação, e nos resultados alcançados até o presente.

INES – PDI 2018-2022

MISSÃO

Fazer da surdez um fator de cidadania no Brasil, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão pública de excelência.

VISÃO DE FUTURO

Alcançar, pelo comprovado impacto de suas ações na transformação da vida de pessoas e comunidades surdas, reconhecimento local, nacional e internacional na área da surdez, ao:

[ENSINO] - Ofertar ensino público e intercultural bilíngue (língua brasileira de sinais e língua portuguesa) balizado por padrões éticos e de excelência, da educação infantil à pós-graduação, de modo presencial, semipresencial e a distância, formando pessoas para a cidadania plena e para o trabalho qualificado;

[PESQUISA] - Construir conhecimentos e desenvolver tecnologias relacionadas à área da surdez, alicerçados em princípios éticos, caracterizados pelo pluralismo teórico-metodológico e orientados para agendas que expressem compromissos com a sociedade em geral e com a causa da surdez como fator de cidadania;

[EXTENSÃO] - Estabelecer uma relação dialógica e colaborativa com a sociedade em geral, as comunidades surdas e o poder público para a solução de problemas locais, regionais e nacionais relacionados à surdez, disponibilizando informações, conhecimentos, serviços, tecnologias e produções culturais de modo acessível sempre;

[GESTÃO] – Conjuguar o contínuo aperfeiçoamento das capacidades do INES em termos humanos, tecnológicos, materiais e gerenciais – via planejamento e acompanhamento participativos do desenvolvimento institucional – a sua participação na gestão de políticas públicas orientadas à surdez como fator de cidadania.

VALORES

Dignidade: Compreendida, com SARLET (SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.62), como:

“a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”.

Interculturalidade: Compreendida, com Catherine Walsh (2001) citada por Vera Maria Candau (em Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. Rev. Bras. Educ. vol.13 no. 37. Rio de Janeiro Jan./Abr. 2008), como:

- (a) “um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados”.

Cidadania: Compreendida, com José Murilo de Carvalho (em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002), como gozar “de todos os Direitos”, assim definidos:

Civis:

“São os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular.” (p. 9-10)

Políticos:

“Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado” (p. 9-10), bem como “formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas” (p. 228).

Sociais

“Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.” (p. 9-10)

Os Objetivos e Metas institucionais para o período de 2018 a 2021, balizados na Missão, Visão de Futuro e Valores definidos, seguem delineados por Funções, a saber:

FUNÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**UNIDADE RESPONSÁVEL: ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL DO INES****ABRANGÊNCIA:**

- Análise do contexto jurídico-político-social das ações do INES;
- Formulação e gestão de políticas e normas institucionais;
- Coordenação da participação do INES em processos de construção de políticas nacionais;
- Planejamento estratégico institucional;
- Apoio ao planejamento setorial;
- Construção e implementação de indicadores institucionais;
- Monitoramento e avaliação do desenvolvimento institucional;
- Elaboração do Relatório de Gestão.

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: AVALIAÇÃO SITUACIONAL</p> <ol style="list-style-type: none">1. Elaborar um diagnóstico transdisciplinar das condições socioeconômicas, epidemiológicas, educacionais e culturais relacionadas à surdez e às comunidades surdas no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;2. Lançar as bases para que a instituição adote um modelo de gestão por competências na implementação do PDI.	<p>* Construir, a partir de 2018, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC), o Ministério de Direitos Humanos, o IBGE (Ministério do Planejamento), o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Social.</p> <p>* Conduzir e avaliar o mapeamento periódico de nível de qualificação da força de trabalho, o mapeamento de competências e a identificação de necessidades de capacitação como ferramentas para aprimorar a força de trabalho do INES visando à implementação do PDI.</p>
<p>TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Subsidiar a formulação das diretrizes e políticas públicas nacionais nas áreas linguística, educacional, cultural, de saúde, de comunicação, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de	<p>* Constituir e coordenar, no INES, a Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em política pública e legislação nas esferas da linguística, educacional, cultural, de saúde, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de direitos humanos e de ética em pesquisa,</p>

<p>direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e em consonância com a diretriz bilíngue que baliza a atuação do Instituto;</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Incentivar a construção de conhecimento sobre políticas públicas relacionadas à surdez no Brasil. 3. Subsidiar e promover o exercício da cidadania pelas pessoas surdas no Brasil. 4. Formular políticas institucionais que atendam às demandas recorrentes do público deste Instituto. 5. Promover a gestão democrática. 	<p>entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e com participação de lideranças da comunidade surda brasileira.</p> <p>* Instituir e gerenciar o Concurso Nacional de Incentivo à Pesquisa na área da Surdez, que contemple o eixo da missão institucional: <i>fazer da surdez um fator da cidadania no Brasil.</i></p> <p>* Editar publicação eletrônica e série para TV INES sobre cidadania e surdez no Brasil e no mundo, visando favorecer a disseminação e a troca de experiências e informações sobre os debates políticos das comunidades surdas de diferentes países.</p> <p>* Criar uma Política de Assistência Estudantil para o Instituto, visando assegurar condições de permanência e sucesso e evitar a evasão na Educação Básica e no Ensino Superior.</p> <p>* Instituir um modelo participativo de planejamento e gestão orçamentária, envolvendo departamentos, servidores, alunos e familiares na definição de prioridades, observadas as diretrizes governamentais e o planejamento estratégico do Instituto.</p>
<p>TEMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Impulsionar e monitorar o desenvolvimento institucional do INES no período 2018-2021. 2. Orientar as ações do INES para a excelência no cumprimento de sua missão. 3. Adequar a estrutura organizacional do Instituto às novas diretrizes de planejamento estratégico. 	<p>* Constituir e coordenar a Comissão Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, para monitorar a implementação do PDI, com as atribuições de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e indicar aperfeiçoamentos nos processos institucionais e sua gestão; • Desenvolver a comunicação institucional; • Redefinir indicadores para as ações do INES definidas a partir das metas do PDI e iniciar a sua implementação na gestão de suas ações; • Acompanhar sistematicamente a execução das metas do PDI nos diferentes setores, apoiando os gestores; • Elaborar relatórios parciais e anuais de avaliação da implementação do PDI;

	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a execução do PDI e propor adequações ou mudanças, considerando: relatório anual da CPA e relatórios dos Departamentos que constituem o INES, para avaliar as condições estruturais do INES, a necessidade de equipamentos, o valor dos serviços prestados, quantidade de servidores, qualificação, qualidade da mão de obra na prestação dos serviços e sua avaliação, etc.; • Zelar pelo cumprimento do PDI em períodos de transição após escolha de Diretor(a) Geral. <p>* Coordenar o processo participativo de construção do novo Regimento Interno e do novo Conselho Diretor do INES.</p>
<p>TEMA: CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações. 2. Institucionalizar a Ouvidoria INES, em sintonia com as melhores práticas na área e com a Ouvidoria Geral da União. 	<p>* Criar o Núcleo de Auditoria Interna, subordinado diretamente à Direção Geral/INES, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; • auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais; • verificar a legalidade, eficiência e efetividade, frente aos resultados alcançados; • apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis. <p>* Criar a Comissão de Ética ligada diretamente à Direção Geral com o intuito de desenvolver o Código de Ética Profissional do INES tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, bem como planejar e implementar a divulgação do referido código, para posteriormente supervisionar a observância do mesmo, bem como receber notificações quanto a infração de normas e providenciar diligência para apuração do fato.</p> <p>* Construir, de modo participativo, um Código de Ética do Servidor</p>

	<p>do INES;</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do atendimento acessível e de qualidade ao cidadão; • da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; • da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; • da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. <p>* Instituir em 2018 a Ouvidoria INES por meio das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de servidores (cursos a distância respaldados pela CGU); • Designação de responsáveis; • Definição de espaço, mobiliário e recursos humanos e tecnológicos; • Reforma no Regimento Interno para contemplar Ouvidoria como instância independente; • Criação de espaço próprio interativo no portal INES na internet e na intranet.
<p>RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</p> <p>1. Fortalecer o papel do INES como referência na área da surdez.</p>	<p>* Construir e gerenciar uma agenda de relações interinstitucionais de âmbito local, regional, nacional e internacional.</p>

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO BÁSICA**UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO INES (DEBASI)****ABRANGÊNCIA:**

- Avaliações e encaminhamentos nas áreas: médica, social, psicológica.
- Estimulação precoce
- Educação infantil
- Atendimento especializado a crianças surdas com outras condições
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Preparação para o Trabalho e Geração de Renda

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: AVALIAÇÃO MÉDICA, PSICOLÓGICA E SOCIAL</p> <p>1. Prover atenção integral ao aluno do CAP-INES</p>	<p>* Viabilizar o atendimento psicossocial e médico em Libras de alunos do CAP-INES pelos profissionais da Disop.</p> <p>* Promover a retomada do atendimento odontológico a alunos do CAP-INES, incluindo o campo da Ortodontia.</p>
<p>TEMA: ESTIMULAÇÃO PRECOCE, EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO</p>	<p>* Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem;</p> <p>* Criar um espaço de convivência em LIBRAS, aberto a alunos, professores e técnicos;</p> <p>* Promover reuniões conjuntas e sistemáticas entre a equipe de LIBRAS e a equipe de Língua Portuguesa, com vistas a aperfeiçoar a proposta de educação bilíngue e efetivar a LIBRAS como L1 e o Português como L2;</p>

	<ul style="list-style-type: none">* Promover o debate e a definição de estratégias acerca dos processos de aquisição de Línguas Estrangeiras (Espanhol, Inglês) em sua modalidade escrita por alunos surdos, a partir da referência à LIBRAS;* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa, incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica;* Construir indicadores de qualidade da Educação Básica do INES, que incluam:<ul style="list-style-type: none">▪ a avaliação do nível de proficiência e didática em LIBRAS de docentes;▪ a avaliação em Libras do desenvolvimento dos alunos nas etapas do seu percurso escolar, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio;▪ o acompanhamento de egressos.* Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico-culturais e tecnológicas do mundo moderno;* Organizar programas curriculares pautados em habilidades, competências e atividades ocupacionais, com relatório individual do aluno, certificando a terminalidade específica de estudo para alunos que apresentam comprovada defasagem idade/série e que não puderam alcançar os objetivos curriculares definidos;* Mapear as causas da evasão escolar do CAP-INES e buscar ou alocar recursos para combatê-la;* Em articulação com o DDHCT, ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES.
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva; * Fomentar a participação de alunos do CAP-INES no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, visando apoiar o seu ingresso no ensino superior. * Ofertar atividades desportivas para jovens surdos. * Instituir trabalho sistemático, em espaço definido, de reforço escolar em áreas críticas do conteúdo curricular, como matemática e português. * Avaliar a situação de alunos surdos com outras condições matriculados no CAP-INES com vistas a favorecer o seu desenvolvimento escolar.
<p>TEMA: PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Estabelecer parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ONGs entre outros que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação e qualificação profissional a partir de 2018 e divulgar as parcerias através do site do INES, no espaço correspondente à DIEPRO; * Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2018, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS); * Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2018, em consonância com o Pronatec.

	<p>* Abrir a possibilidade de participação de mães de alunos do CAP-INES em cursos de geração de renda.</p> <p>* Ofertar cursos profissionalizantes, contemplando a formação de Instrutores de Libras.</p>
--	--

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR DO INES (DESU) E COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INES

ABRANGÊNCIA:

- Ensino de graduação presencial
- Ensino de graduação semipresencial
- Ensino de pós-graduação lato-sensu
- Ensino de pós-graduação stricto-sensu
- Pesquisa
- Extensão
- Acompanhamento de egressos

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: ENSINO</p> <p>1. Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação</p>	<p>* Matricular anualmente 70 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;</p> <p>* Garantir a manutenção do curso de pós-graduação em Educação Bilíngue;</p> <p>* Criar um curso de pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa como L2;</p> <p>* Criar curso de graduação tecnológica na área de tradução e</p>

<p>profissional, observada a área de formação.</p>	<p>interpretação;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Criar o curso de mestrado profissionalizante com a submissão do projeto à CAPES até 2018; * Oferecer a cada ano, já a partir de 2018, ao menos um curso de extensão ligado à LIBRAS; * Oferecer cursos de extensão em LIBRAS voltado para professores; * Construir, até 2018, uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior; * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas e oficinas; * Promover anualmente a realização da Jornada de Iniciação Científica. * Mapear as causas de evasão e buscar ou alocar recursos para combatê-la.
<p>TEMA: PESQUISA</p> <p>1. Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar o edital de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos; * Constituir uma Comissão Acadêmica para apoiar a elaboração de projetos de pesquisa / avaliação e para estabelecer elos com os órgãos de fomento e viabilizar a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; * Criar, em 2018, uma Coordenação de Pesquisa e Extensão para administrar os grupos de pesquisa, bem como a oferta de Cursos de pós-graduação. *Realizar, no ano de 2018, ações educativas em todos os setores do INES que se envolvam em pesquisa para orientar sobre o uso da

	<p>plataforma Brasil;</p> <p>* Implantar, no ano de 2018, um plantão de atendimento a pesquisadores para tirar dúvidas sobre o cadastro de projetos na Plataforma Brasil e sua tramitação;</p>
<p>TEMA: EXTENSÃO</p> <p>1. Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.</p>	<p>* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;</p> <p>* Promover concurso para intérpretes e professores de Libras.</p>
<p>TEMA: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO</p> <p>1. Renovar e implementar a informatização no DESU</p>	<p>* Comprar 15 novos equipamentos para a "Sala de Estudos" do DESU para que, ao menos três máquinas tenham capacidade mínima de edição de vídeo – ilha de edição;</p> <p>* Criar de um sistema de gestão acadêmica integrada para as duas modalidades do curso de pedagogia;</p> <p>* Comprar, em 2018, novos retroprojetores para as salas de aula e auditório;</p> <p>* Adquirir novos livros para a os cursos do DESU.</p>
<p>2. Propor para a Direção Geral a reforma das instalações físicas do DESU.</p>	<p>* Reformar a sala de estudo dos alunos;</p> <p>* Transformar espaços hoje ocupados por sanitários em refeitórios para professores/funcionários (térreo, entrada) e alunos (primeiro</p>

	<p>andar);</p> <p>* Transformar uma das salas do segundo andar em 4 saletas exclusivas para orientação acadêmica.</p>
--	---

FUNÇÃO: DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (DDHCT)

ABRANGÊNCIA:

- Preservação da memória e acervo cultural relacionado à área da surdez, aos surdos e à Língua Brasileira de Sinais
- Articulação e intercâmbio com instituições do Brasil e do exterior na área da surdez
- Ensino presencial, online (via TV INES) e EAD da Língua Brasileira de Sinais
- Promoção da identidade linguística da comunidade surda, por meio da TV INES
- Apoio à produção de conhecimentos e ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas à surdez no âmbito do INES
- Apoio à difusão de conhecimento e tecnologias na área da surdez, por meio de eventos, publicações e da TV INES
- Oferta de serviços de diagnóstico e orientação em saúde auditiva
- Cooperação técnica com Estados e Municípios na área da surdez

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: LIBRAS</p> <p>1. Contribuir para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, favorecendo sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.</p>	<p>* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES;</p> <p>* Veicular, em 2018, um curso de LIBRAS por meio de plataforma de EAD para professores da rede pública de todo o País.</p> <p>* Criar, em 2018, o Núcleo de exame e pesquisa sobre a Libras, para o desenvolvimento de matérias didáticos para ensino de Libras como Primeira Língua – L1 e segunda Língua – L2, pesquisas linguísticas sobre a Libras e teste de proficiência em Libras online.</p> <p>* Realizar anualmente, até 2019, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – PROLIBRAS.</p>

	<p>* Oferecer cursos de extensão em LIBRAS voltado para professores e para técnicos administrativos do INES.</p>
<p>TEMA: PUBLICAÇÕES</p> <p>1. Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;</p>	<p>* Alcançar o grau <i>Qualis</i> B2 na avaliação do periódico Espaço;</p> <p>* Elaborar e publicar, no período de vigência deste PDI, materiais relacionados a métodos de ensino de diferentes componentes curriculares para alunos surdos;</p> <p>* Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias;</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>
<p>TEMA: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO</p> <p>1. Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;</p>	<p>* Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar;</p> <p>* Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>* Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, etc.</p>
<p>TEMA: COOPERAÇÃO TÉCNICA</p>	

<p>1. Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares; * Realizar parceria com a Prefeitura do Rio para a inserção de crianças na educação infantil municipal e também, no que couber, para a doação de aparelhos auditivos, tomando essa experiência como base para a ação colaborativa do INES em âmbito nacional, em assessorias técnicas para Estados e Municípios; * Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais; * Estabelecer parcerias com CAPS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas; * Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
<p>TEMA: MEMÓRIA E DIFUSÃO</p> <p>1. Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;</p> <p>2. Contribuir para a Política da</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Criar, até 2018, um Centro de Memória Social dos Surdos e de Documentação da Língua Brasileira de Sinais no INES, conduzido por profissionais do Instituto habilitados nas áreas de História, Antropologia e Linguística, com participação de profissionais surdos qualificados e de Tradutores e Intérpretes da Libras, estabelecendo parcerias com os CAS, nos Estados, e com centros de pesquisa em universidades brasileiras; * Ampliar o quadro de profissionais visando ao pleno funcionamento

<p>Diversidade Linguística fomentando a preservação e a documentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como patrimônio imaterial do País e favorecendo sua inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística.</p>	<p>desse Centro: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista; Historiador;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Identificar e efetuar as restaurações necessárias de itens do acervo de obras e documentos raros do Instituto; * Digitalizar e disponibilizar no portal do Instituto as obras raras do Instituto, observadas as diretrizes pertinentes à sua preservação; * Constituir repositório digital das publicações completas do Instituto; * Instituir uma Política de Acervo e uma Comissão de Acervo com ampla representatividade;
<p>TEMA: IDENTIDADE LINGUÍSTICA DA COMUNIDADE SURDA</p> <p>1. Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Fortalecer as ações da TV INES, com diversificação de suas produções e ampliação de seu alcance, levando informação, formação e entretenimento de maneira acessível sempre, com protagonismo de profissionais surdos e colocando em primeiro plano a Língua Brasileira de Sinais em uma perspectiva intercultural.

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**UNIDADE RESPONSÁVEL: NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEO****ABRANGÊNCIA:**

- Disponibilização de acervo e publicações digitalizados
- Viabilização da oferta de cursos de graduação online
- Viabilização da oferta de cursos de pós-graduação online
- Viabilização da oferta de cursos de extensão online, incluindo de Libras
- Promoção de eventos e publicações relacionados à educação a distância
- Realização de capacitações em Educação a Distância para docentes, discentes e técnicos

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p> <ol style="list-style-type: none">1. Formar profissionais graduados e efetivamente preparados para atuar no magistério e suas interfaces em contextos bilíngues (LIBRAS – LP), capazes de participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;2. Oferecer oportunidade de aperfeiçoamento, especialização e treinamento profissional aos seus alunos;3. Incentivar, constantemente, a investigação científica e a prática da pesquisa, visando ao desenvolvimento científico tão necessário à sociedade, além de fomentar a criação e valorizar a diversidade cultural;4. Promover o aperfeiçoamento e a qualificação profissional permanente em nível de pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão;5. Utilizar criticamente os recursos tecnológicos, objetivando a melhoria contínua da qualidade	<ul style="list-style-type: none">* Ofertar curso de graduação em Pedagogia com 360 vagas, em 12 polos, para estudantes surdos e ouvintes, nas cinco macrorregiões do país a partir de 2018;* Desenvolver repositório institucional digital até 2018, com intuito de reunir diversas coleções de objetos educacionais digitais bilíngues (textos, vídeos, imagens, animações etc.)* Aumentar em 80% o fluxo de produção de materiais didáticos bilíngues do INES;* Criar revista eletrônica – INES/NEO para divulgação de produção acadêmica relacionada à Educação Online;* Promover eventos técnico-científicos em Educação Online a partir de 2018;* Promover cursos anuais e programas semestrais de capacitação em EaD para docentes, discentes e corpo técnico-administrativo;

<p>de vida;</p> <p>6. Realizar eventos que promovam o contato de discentes e docentes com a realidade externa ao INES e com profissionais das áreas de conhecimento com as quais a instituição trabalha em nível de graduação, pós-graduação e extensão;</p> <p>7. Incentivar a idealização e a concretização de atividades de cunho cultural e científico por parte de docentes e discentes, estimulando a criação cultural e a divulgação de conhecimentos e experiências desenvolvidos no INES;</p> <p>8. Estimular a criação cultural, a divulgação e a produção de conhecimentos na comunidade externa, mantendo os canais de comunicação sempre abertos e incentivando essa comunidade a tomar parte dos eventos promovidos no INES;</p> <p>9. Promover atividades e cursos de extensão abertos à participação de todos, visando à disseminação oriundos da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo INES;</p> <p>10. Desenvolver, na modalidade a distância, um ensino de qualidade e responsabilidade, primando pela excelência.</p>	<p>* Desenvolver projetos de pesquisa e extensão em Educação a Distância;</p> <p>* Construir o Curso de LIBRAS do INES, em 05 módulos, na modalidade a distância, para familiares de surdos e profissionais da educação de todo o Brasil;</p> <p>* Elaborar panorama da escolarização de estudantes surdos no país, apresentando informações estatístico-educacionais dos estudantes surdos com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica e Superior no âmbito nacional;</p> <p>* Estruturar um Departamento de Educação a Distância, com a designação de profissionais concursados na área, que assumam a responsabilidade pela formulação de diretrizes e pela construção de gerenciamento de projetos;</p> <p>* Implantar, até 2020, central de monitoramento para armazenamento e controle de tráfego de dados informacionais relacionados à EaD;</p> <p>* Implementar ao menos um curso de Pós-graduação em EaD até 2019.</p>
--	--

FUNÇÃO: SAÚDE E SURDEZ**UNIDADES RESPONSÁVEIS: DISOP, DIAU, DIFON, CAAF, DIMO****ABRANGÊNCIA:**

- Avaliação e atendimento de famílias e alunos dos pontos de vista médico, social e psicológico
- Diagnóstico em saúde auditiva para viabilizar o acesso a direitos sociais: educação, trabalho, assistência social, previdência
- Subsídios às políticas nacionais de saúde auditiva e de assistência social
- Indicações sobre próteses auditivas, terapias, etc.
- Construção de conhecimentos relacionados à saúde auditiva
- Difusão de informações e conhecimentos relacionados à saúde auditiva
- Assessoramento técnico sobre saúde auditiva a Estados e Municípios
- Atendimento fonoaudiológico a alunos do CAP-INES

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, TERAPIA</p> <p>1. Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<p>* Desenvolver ações de ensino e pesquisa em consonância com a função social do INES, articulada à assistência, à saúde de baixa e média complexidade e integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo ao seu público atendimento de qualidade, de acordo com os princípios éticos e humanísticos;</p> <p>* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;</p> <p>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;</p> <p>* Criar uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pediatra) de acolhimento, avaliação e orientação à família desde o momento do diagnóstico da surdez;</p> <p>* Promover a reforma e as adequações necessárias nas</p>

edificações e instalações que servem ao trabalho em Audiologia / Otorrinolaringologia e ao trabalho em Fonoaudiologia;

* Aprimorar a relação entre o diagnóstico, a “fila de espera” e a educação infantil;

* Definir uma política de avaliação dos bebês, incluindo um protocolo de atendimento e prazos, e uma proposta pedagógica de educação precoce, com definição dos recursos e profissionais necessários;

* Definir as atribuições, o perfil e o quantitativo necessário dos profissionais da área clínica e demandar novos concursos públicos quando necessário;

* Construir e implantar um projeto de qualificação dos novos profissionais da área de Saúde pela equipe atual com respeito à memória das práticas de atendimento na área da Surdez, em especial no campo do diagnóstico;

* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente;

* Institucionalizar o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde: Medicina (Otorrinolaringologia), Audiologia, Fonoaudiologia, Odontologia, Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Fisioterapia;

* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiologia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;

* Reorganizar o fluxo de informação no INES (DIAU, Serviço Social, Secretaria, Serviço Médico, SEDIN), criando-se um prontuário eletrônico único com acesso livre por parte dos setores de Serviço Social, Psicologia, Audiologia, Fonoaudiologia e Médico (com sigilo de informação) e acesso restrito por parte de outros segmentos (informações relevantes para a área pedagógica: tipo de perda, data do diagnóstico, causa, medicamentos, protetização).

* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento;

* Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento;

* Servir como campo de treinamento para o ensino de graduação das profissões de Saúde no que se refere à assistência de baixa e média complexidade;

* Formular propostas de cursos interdisciplinares de Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Saúde, Surdez e Educação*;

* Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear;

* Elaborar um Termo de Referência e efetuar a licitação com vistas a contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto;

	<p>* Construir um curso de Aperfeiçoamento em Audiologia, para graduados em Fonoaudiologia, com carga horária de 120 (cento e vinte) horas;</p> <p>* Promover ações interinstitucionais visando à ampliação dos conhecimentos e recursos relacionados à Surdez e Saúde.</p>
<p>TEMA: SURDEZ ASSOCIADA A OUTRAS DEFICIÊNCIAS</p> <p>1. Desenvolver programas de reabilitação para pessoas surdocegas ou surdas com múltiplas deficiências ou condutas típicas, visando ampliar sua autonomia e melhorar sua qualidade de vida, sempre em interface com o Colégio de Aplicação;</p>	<p>* Institucionalizar o Núcleo de Reabilitação no futuro Centro de Ciências da Saúde do INES, e contemplar: a elaboração de um documento de diretrizes, que contemple a perspectiva de acesso ao currículo escolar; a ampliação e qualificação do quadro de recursos humanos; os ajustes necessários em termos de instalações, recursos materiais e tecnológicos, e o estabelecimento de cooperação com instituições nacionais e internacionais.</p>

FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO**UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (DEPA)****ABRANGÊNCIA:**

- Gestão de pessoas
- Execução orçamentária e financeira
- Patrimônio
- Serviços gerais
- Compras
- Licitações e contratos
- Almoxarifado
- Nutrição

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: GESTÃO DE PESSOAS</p> <p>1. Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.</p>	<p>Criar um Núcleo de Capacitação de Pessoal, visando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar o levantamento anual de necessidades de capacitação;• Gerenciar a elaboração das turmas internas e suas respectivas avaliações;• Definir programas que atendam as necessidades institucionais, de acordo com as necessidades de capacitação dos setores e ao relatório de avaliação de desempenho;• Gerenciar os gastos com a capacitação;• Avaliar os resultados dos eventos de capacitação internos e externos;• Montar uma rede de colaboradores internos e externos;• Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para as ações de qualificação profissional e de programas de educação formal;• Estabelecer programas e rotinas continuadas de capacitação;• Executar rotinas de progressão por qualificação e de titulação;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver junto a CIS uma política de desenvolvimento na carreira dos técnicos administrativos e junto a CPPD do corpo docente. * Apoiar os servidores do Instituto em ações de capacitação em consonância com o PAC-INES e com o mapeamento de competências; * Elevar a qualificação da força de trabalho de INES por meio de: aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; * Criar um canal de comunicação com os servidores em relação às ações de gestão de pessoas. * Criar um setor responsável pela atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho do servidor.
<p>TEMA: GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>1. Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis; * Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores; * Fazer, por meio de parcerias, um levantamento, catalogação e avaliação da biodiversidade do trecho de Mata Atlântica que compõe a área do INES; * Realizar regularmente ações de preservação do referido trecho de Mata, e de educação ambiental com nossos alunos e com a comunidade.

TEMA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO

1. Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.

* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;

* Promover a implementação e avaliação do PDTI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;

* Atualizar o portal do INES na internet, observados os critérios de acessibilidade e acesso à informação definidos para os órgãos da administração pública federal.

* Implantar os projetos do Ministério do Planejamento referentes a sistemas de informação, como:

- **AFD – Assentamento Funcional Digital**: criação do dossiê em mídia digital, composto por documentos funcionais, digitais ou digitalizados, considerado fonte primária das informações dos servidores vinculados aos órgãos do SIPEC;
- **SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal**: ferramenta que substitui o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), atual responsável pela tarefa. O SIGEPE tratará das funções: Cadastro, Folha de Pagamento, Provisão da Força de Trabalho, Legislação Pessoal e Saúde, Qualidade de Vida; Evolução Funcional; Compensação de RH; Seguridade Social; Capacitação e Desenvolvimento; Monitoração; Avaliação de Desempenho; Gestão de Processos e Sistemas.
- **SEI: Sistema Eletrônico de Informações**: tramitação eletrônica de todos os processos em do órgão, trabalhando-os de forma mais integrada e ágil a partir de uma plataforma virtual, diminuindo o estoque de papel e acelerando as análises, permitindo a interligação e tramitação eletrônica de documentos e processos entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.